

Curso Preparatório CGRPPS - APIMEC

Itaúna, 21 e 22 de Agosto de 2019

Sabrina Amélia

Doutora em Finanças e Atuária – UFMG
Libertas & Associados





CAPACITAÇÃO

O EXAME CGRPPS

O que é?

Com o objetivo de elevar os padrões dos profissionais que atuam nos Institutos de Previdência dos Estados e dos Municípios, a Apimec, em parceria com a Associação Brasileira de Instituições de Previdência de Estados e Municípios - Abipem, implantou o Programa de Certificação de Gestores de Regime Próprio de Previdência Social - CGRPPS.

O exame CGRPPS visa comprovar a qualificação técnica necessária dos profissionais que atuam nas instituições de previdência estadual e municipal.

Como obter?

O exame é oferecido, em geral em tempo contínuo, e é realizado nos Centros de Testes da FGV, distribuídos em praticamente todo território nacional. Trata-se de uma prova de duas horas de duração com **50** questões de múltipla escolha contendo as seguintes matérias:

Economia e Finanças; Sistema Financeiro Nacional; Instituições e Intermediários Financeiros ;
Mercado de Capitais; Fundos de Investimento; Mercado Financeiro; Mercado de Derivativos;
Gestão do Passivo Previdenciário; Políticas de Investimento; Ética e Relacionamento.

Qual o critério de aprovação no exame?

Serão aprovados no exame os candidatos que obtiverem aproveitamento igual ou superior a 50% das questões. O resultado e o índice de aproveitamento do candidato será publicado no site <http://www.fgv.br/certapimec> em até 5 (cinco) dias úteis.

Quais as condições de realização do exame?

Recomenda-se que o candidato, um dia antes da data do exame, faça o login no Sistema de Certificação Apimec/FGV e confirme o local do exame através do menu "Agendamento".

O candidato deverá levar documento oficial e original com foto e a senha utilizada para acessar o sistema de agendamento, ela será utilizada para abrir a prova juntamente com o número do CPF. O candidato que não souber a senha e não levar o documento requerido não poderá realizar a prova.

Quais as condições de realização do exame?

Será permitido o uso de calculadora não alfanumérica.

Não é necessário levar caneta, lápis ou borracha. O candidato receberá folha de rascunho e lápis, caso seja necessário. Ao terminar o exame, as folhas de rascunho, utilizadas ou não, deverão ser devolvidas ao fiscal.

Durante a realização da prova não será permitida nenhuma espécie de consulta, empréstimo de material ou uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação (agendas eletrônicas, relógios digitais, telefones celulares, pagers, receptor, gravador, laptop, tablets e outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares. O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova sem autorização e acompanhamento do fiscal.

Qual a relação do CGRPPS com o registro no Ministério da Previdência Social?

O certificado CGRPPS é exigido para os profissionais que necessitam da certificação para o exercício do cargo, conforme Resolução CMN 3.506, de 26/10/2007 e normativos vigentes.

Lei nº 13.846 de 18 de junho de 2019

“Art. 8º-B Os dirigentes da unidade gestora do regime próprio de previdência social deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

I - não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar;

II - **possuir certificação e habilitação comprovadas**, nos termos definidos em parâmetros gerais;

III - possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

IV - ter formação superior.

Parágrafo único. Os requisitos a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo **aplicam-se aos membros dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos da unidade gestora do regime próprio de previdência social.**”


Qual o prazo de validade da Certificação de Gestor de RPPS e Renovação?

A certificação CGRPPS tem validade de 4 (quatro) anos contados a partir da data da solicitação do certificado. Antes do vencimento da certificação o profissional certificado deverá realizar novo exame CGRPPS utilizando os critérios de inscrição deste manual. O novo exame deverá ser realizado no prazo de 1 (um) ano anterior à data do vencimento da certificação.

Cidades com vagas para agendamento

| CT | UF | Cidade | Bairro | Vagas semanais * | Horários ** |
|----|----|----------------------|----------|------------------|-----------------------------|
| 1 | MG | Juiz de Fora | Centro | 32 | Clique aqui |
| 2 | MG | Belo Horizonte | Centro | 144 | Clique aqui |
| 3 | MG | Governador Valadares | Centro | 13 | Clique aqui |
| 4 | MG | Poços de Caldas | Centro | 16 | Clique aqui |
| 5 | MG | Juiz de Fora | Centro | 4 | Clique aqui |
| 6 | MG | Ipatinga | Centro | 13 | Clique aqui |
| 7 | MG | Patos de Minas | Caramuru | 4 | Clique aqui |
| 8 | MG | Viçosa | Centro | 9 | Clique aqui |
| 9 | MG | Pouso Alegre | Centro | 14 | Clique aqui |
| 10 | MG | Paracatu | Centro | 10 | Clique aqui |
| 11 | MG | Barbacena | Centro | 3 | Clique aqui |
| 12 | MG | Uberlândia | Centro | 16 | Clique aqui |
| 13 | MG | Uberaba | Centro | 34 | Clique aqui |
| 14 | MG | Itaúna | Centro | 9 | Clique aqui |
| 15 | MG | Varginha | Centro | 40 | Clique aqui |
| 16 | MG | Passos | Centro | 12 | Clique aqui |
| 17 | MG | Conselheiro Lafaiete | Lourdes | 6 | Clique aqui |
| 18 | MG | Patrocínio | Centro | 12 | Clique aqui |
| 19 | MG | Divinópolis | Centro | 13 | Clique aqui |
| 20 | MG | Governador Valadares | Centro | 9 | Clique aqui |
| 21 | MG | Caratinga | Centro | 18 | Clique aqui |

Onde posso realizar o exame?



**O EXAME
CGRPPS
TÓPICO 1
Economia e
Finanças**

CAPACITAÇÃO

| Tópicos | Material de Referência |
|---|---|
| I - ECONOMIA E FINANÇAS | |
| Conceitos Básicos Política monetária, fiscal e cambial Índices e indicadores Taxas de juros nominal, real, equivalente Capitalização Índices de referência (benchmark) | |
| 1 - Definições de Natureza Econômica 1.1 Base Monetária, meios de pagamentos, metas de inflação, Copom 1.2 Política cambial e fiscal 1.3 Superávits primário e nominal 1.4 Dívida interna e externa 1.5 Indicadores de atividade econômica | Decreto 3.088/99 e alterações - Metas de Inflação www.bcb.gov.br ; Assaf, A - Mercado Financeiro - Ed. Atlas Fortuna, Eduardo - Mercado Financeiro; produtos e serviços- Ed. Qualitymark |
| 2 - Índices de Preços: IGP-M, IGP-DI, INPC, IPCA, FIPE, IGP-10 2.1 Características: composição, divulgação, instituição responsável, período de coleta e de abrangência | www.fgv.ibre ; www.fipe.com.br ; www.ibge.com.br Fortuna, Eduardo - Mercado Financeiro: produtos e serviços - Ed. Qualitymark |
| 3 - Índices de Ações: IBOVESPA, IBRX- 50, IBRX 100 e FGV-100 3.1 Características: composição e divulgação | www.bmfbovespa.com.br ; www.portalibre.fgv.br ; Cavalcante, F. e Misumi, J.Y. - Mercado de capitais - Ed. Campus Fortuna, Eduardo - Mercado Financeiro: produtos e serviços - Ed. Qualitymark |
| 4 - Índices Econômicos: PIB, PNB | www.ibge.com.br |
| 5 - Índices de referência: CDI, TR, TJLP, PTAX, SELIC 5.1 Definição, composição e utilização 5.2 Taxa de juro nominal, real, equivalente | Lei 9.365/96 alterada pela Lei nº10.183/2001- TJLP e Lei 8.177/91 alterada pela Lei 8.660/93 e Resolução nº 3.354/2006 TR www.bcb.gov.br ; www.bmfbovespa.com.br ; www.anbima.com.br |

1 - Definições de Natureza Econômica

- 1.1 Base Monetária, meios de pagamentos, metas de inflação, Copom
- 1.2 Política cambial e fiscal
- 1.3 Superávits primário e nominal
- 1.4 Dívida interna e externa
- 1.5 Indicadores de atividade econômica

Em economia, base monetária se refere ao **volume de dinheiro criado pelo Banco Central** – isto é, moeda (em papel ou metálica) e reservas bancárias em poder das entidades financeiras ou depositadas no Banco Central. Trata-se de uma definição restrita da oferta de dinheiro, que diz respeito apenas às formas mais líquidas. A partir dessa base monetária, o sistema bancário, através dos créditos concedidos, cria moeda escritural e portanto aumenta a oferta de moeda.

O dinheiro é a soma de papel-moeda em circulação e a soma dos depósitos à vista. Todo o dinheiro que temos a nossa disposição (no bolso, carteira, etc.) e o dinheiro que temos disponível para saque nos bancos.

CARVALHO (2015) faz uma descrição detalhada da base monetária como sendo a soma do papel moeda em poder do público com as reservas totais dos banco comerciais ou seja é o total de moeda colocada em circulação pelo banco central; e faz ainda uma separação interessante que amplia o entendimento que chamou de Relações Fundamentais.

Base monetária

Relações fundamentais Segundo CARVALHO (2015):

- Papel moeda emitido menos caixa do Bacen é igual a papel moeda em circulação.
- Papel moeda em circulação menos caixa dos bancos igual a papel moeda em poder do público.

Base monetária

Quando o governo oferece títulos públicos federais com uma taxa atrativa nas operações de mercado aberto o efeito direto é:

As pessoas físicas adiam as suas decisões de consumo por identificaram uma oportunidade de investimento com rentabilidade interessante. Como a redução da circulação de recursos na economia (já que foram destinados a compra dos títulos públicos) reduz a demanda por bens e serviços e pode levar a redução dos preços e controle da inflação. Dessa forma o governo estará realizando uma operação de retração da base monetária.

Base monetária

Já a expansão da base monetária pode acontecer de diversas formas, uma delas seria afrouxar os percentuais de depósitos compulsórios pelos Bancos. Uma outra, e talvez a mais importante e mais comumente utilizada pelo BACEN, é a negociação de títulos no mercado aberto, ou seja, para expandir a base monetária o BACEN tem que recomprar títulos anteriormente vendidos. Como ele tem que pagar pela recompra, o dinheiro retorna aos Bancos e expande a base monetária, no seu conceito mais restrito (porque o conceito de base monetária mais ampla envolve outros ativos e não é objeto desse estudo), irrigando a economia com mais dinheiro. Com mais dinheiro disponível os Bancos vão querer emprestar mais. Exemplo: crédito consignado (empréstimo pessoal efetuado a funcionários que possuem vínculo com uma empresa e que terão as parcelas debitadas diretamente no contracheque de seu salário). Os beneficiados com o crédito sentem-se motivados a realizar e antecipar projetos e aumentam o consumo de bens e serviços, aquecendo a produção e acelerando de forma positiva a economia.

Base monetária

Oferta de moeda é sinônimo de meios de pagamento. É o estoque de moeda disponível para uso da coletividade – setor não bancário – a qualquer momento.

Os agregados monetários são as medidas quantitativas da oferta de moeda. Cada país classifica seus agregados monetários, geralmente por ordem de liquidez. No Brasil e em Portugal consideram-se cinco agregados monetários: M₀, M₁, M₂, M₃ e M₄

M₀ = Base Monetária Restrita = moeda emitida (papel-moeda e moeda metálica) + reservas bancárias (moeda em poder das entidades financeiras e seus depósitos no Banco Central);

M₁ = moeda em poder do público (papel-moeda e moeda metálica) + depósitos à vista nos bancos comerciais. M₁ é o total de moeda que não rende juros e é de liquidez imediata. sendo que Moeda em poder do público é a quantidade de moeda emitida pela autoridade monetária menos as reservas bancárias

Meios de Pagamento

M2 = M1 + depósitos a prazo (depósitos para investimentos, depósitos de poupança, fundos de aplicação financeira e de renda fixa de curto prazo) + títulos do governo em poder do público.

M3 = M2 + depósitos de poupança

M4 = M3 + títulos privados (depósitos a prazo e letras de câmbio)

Meios de Pagamento

Metas de Inflação é uma política econômica cujo principal objetivo dos países que a adotam é diminuir e manter a inflação em níveis baixos. Para isso, eles fazem um anúncio prévio de uma meta numérica para a inflação em prazo predeterminado e se comprometem explicitamente, através de ações do Banco Central, a buscar o cumprimento da meta fixada. Para alcançar a meta estabelecida, muitas vezes pelo Governo, o BC deve utilizar todos os instrumentos possíveis como a taxa de juros, o crescimento da base monetária ou a taxa de câmbio.

Os defensores do regime de metas de inflação acreditam que ele desempenha basicamente duas funções: **serve como elemento de coordenação de expectativas dos agentes econômicos** (principalmente aqueles que operam no mercado financeiro), e **funciona como mecanismo de transparência para a condução da política monetária**, auxiliando na redução das incertezas. Uma alta inflação dificulta a decisão de poupança de longo prazo e de investimento, exacerbando a volatilidade dos preços, e aumentando o risco de financiamento e dos contratos de trabalho.

Metas de Inflação



DICA

COPOM determina a Meta da taxa de Juros;

CMN determina a Meta de inflação.

COPOM

- É o Copom quem define a taxa de juros “Selic – Meta” e também a existência ou não do Viés;
- É composto atualmente pela diretoria colegiada do BACEN;
- Uma vez definido o viés, compete ao presidente do BACEN a tarefa de executar;
- Reunião em dois dias (terças e quartas), Sendo o primeiro dia reservado para apresentação de dados e discussões e no segundo dia acontece a votação e definição da taxa de juros;
- Calendário de reuniões (8 vezes ao ano) divulgado em até o fim de Outubro, podendo reunir-se extraordinariamente, desde que convocado pelo Presidente do Banco Central;
- Divulgação da ATA de reunião em 6 dias úteis em português e 7 em Inglês;
- Caso a Inflação (medida pelo IPCA) ultrapasse a meta estipulada pelo C.M.N (somado o intervalo de tolerância), o Presidente do Banco Central deve explicar os motivos do não cumprimento da meta através de uma Carta Aberta ao Ministro da Fazenda.

COPOM



Cuidado! O COPOM define a meta de taxa de juros que deve ser perseguida pelo BACEN. Porém, fica a critério do BACEN definir os instrumentos que utilizará para alcançar a meta. Se ele utilizar os depósitos compulsórios, a definição da proporção dos depósitos à vista que devem ser recolhidos ao BACEN pelos bancos comerciais é de sua inteira responsabilidade.

Política Cambial

Conjunto de medidas que determinam o comportamento da taxa de câmbio. É um fator cuja análise faz mais sentido quando o câmbio é controlado.

Atuam sobre as variáveis relacionadas ao setor externo da economia, ou seja, a relação comercial com outros países. Trata-se da taxa de câmbio (fixa ou flutuante), incentivo às exportações ou desestímulos às importações, etc.

O mercado de câmbio no Brasil se refere à compra e venda de moeda estrangeira e a operações realizadas por instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil, que incluem operações relativas a ouro-instrumento cambial, recebimentos, pagamentos, transferências do país e para o exterior referentes às despesas com cartões de crédito internacionais, transferências postais, entre outros.

O mercado cambial é altamente acompanhado e até vigiado pelas autoridades competentes, pois se as origens e destinos não forem monitorados corretamente, podem ser possibilitados crimes de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e transações relacionadas a atividades ilícitas, como tráfico de drogas e de animais, comércio ilegal de órgãos e até tráfico de pessoas.

Segundo Assaf Neto (2008), o mercado de câmbio é o ambiente no qual ocorrem as transações de compra e venda de moedas estrangeiras, utilizando como parâmetro de conversão a moeda nacional. A principal moeda estrangeira envolvida nessas transações é o dólar, e suas formas mais comuns de negociação são:

- **Dólar comercial**

É a cotação que acompanhamos nos meios de comunicação e mídias em geral. Esse dólar representa a cotação que está disponível apenas para as empresas que têm compromissos e negócios no exterior.

- **Dólar turismo**

É o valor que os viajantes pagam quando precisam de recursos para uma viagem ao exterior.

De acordo com SECURATO e SECURATO (2009), há quatro níveis de participantes no mercado de câmbio:

- São os usuários tradicionais, como turistas, importadores, exportadores, investidores, etc.
- Os bancos comerciais, que atuam como câmara de compensação entre usuários e recebedores de câmbio (atuam diariamente na compra e venda de moeda estrangeira para atender seus clientes);
Exemplo: Os bancos comerciais são autorizados pelo BACEN a comprar e vender livremente moedas estrangeiras durante o dia, mas ao final do dia precisam ficar com o saldo dentro dos limites permitidos de posições compradas ou vendidas;
- Corretores de câmbio são agentes através dos quais os bancos comerciais nivelam suas entradas e saídas de câmbio entre si. Para ajustar suas posições ao final do dia os bancos comerciais se utilizam dos corretores de câmbio;
- O Banco Central do Brasil (BACEN) que atua como comprador ou vendedor em última instância quando o mercado cambial do País se mostra em desequilíbrio (isto afeta a taxa de câmbio).

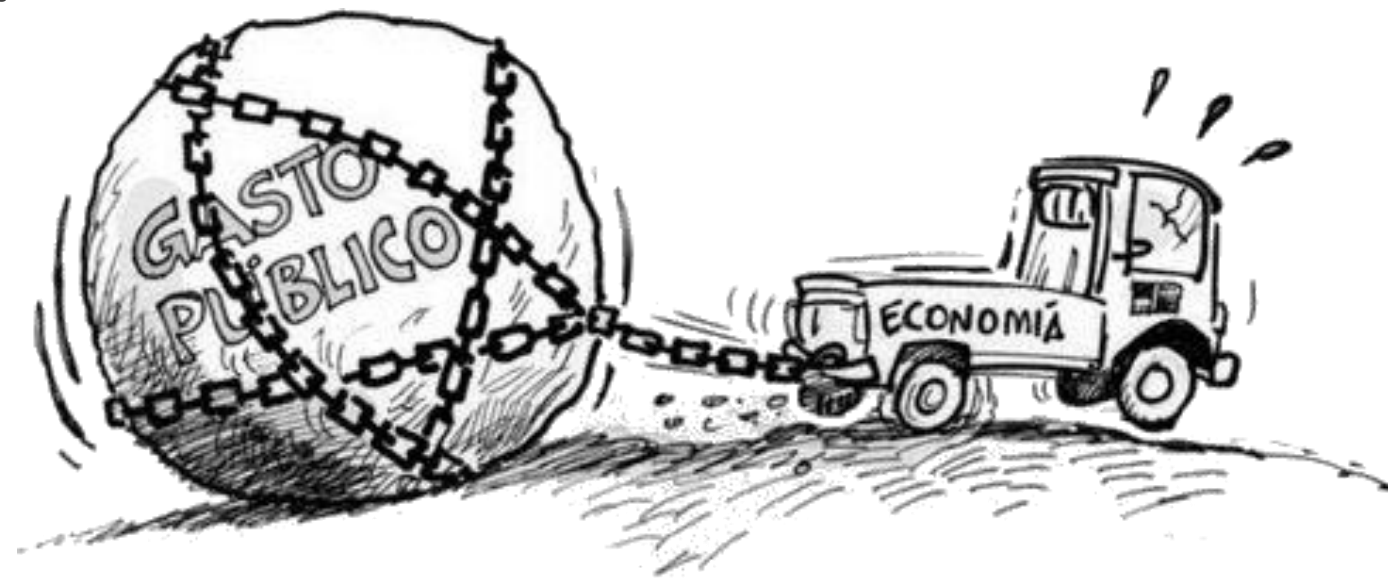
A cotação do dólar é definida diariamente pelo mercado ou agentes, empresas e corretores que analisam as notícias, traçam cenários, executam suas posições (realizam operações de compra e venda) e impactam a cotação do dólar.

Devido à relevância deste mercado para o funcionamento da economia, ele é acompanhado pelo Banco Central que, por possuir grande reserva de moedas estrangeiras, pode interferir no mercado, comprando ou vendendo dólares para assim influenciar seu preço ao longo das operações.

As operações de câmbio podem ser representadas de várias formas, como uma empresa que exporta produtos e recebe seu pagamento em dólares de seu cliente do exterior ou uma família brasileira que passará férias nos Estados Unidos e comprará dólares para despesas e aquisições previstas no país. No caso da empresa, ela deve entrar em contato com uma instituição financeira autorizada que possa receber o valor em dólares no exterior e os converter em reais, enviando posteriormente esse crédito ao Brasil. Já a família pode procurar uma instituição financeira ou casa de câmbio autorizada para efetuar a compra de dólares, cujos valores serão convertidos pela taxa de câmbio do dólar comercial.

Política Fiscal

Conjunto de medidas que determinam o nível de gastos públicos e a sua forma de financiamento. Essas medidas podem abranger alterações nas alíquotas e criação de tributos, definição de subsídios e execução do Orçamento, entre outras.



Política Fiscal

Todos os instrumentos de que o governo dispõe para a arrecadação de tributos (política tributária) e controle de suas despesas (política de gastos).

Mas, o que acontece quando o governo gasta mais dinheiro do que arrecada? A resposta é simples: a mesma coisa de quando você gasta mais do que ganha, ou seja, **dívida**.

Para se endividar o governo emite títulos públicos, que qualquer um, pessoas, bancos ou empresas podem comprar. Quando esses agentes compram os títulos do governo e o pagam em dinheiro, o governo usa esse dinheiro para tapar seus gastos acima do orçamento.

De acordo com o tesouro nacional:

“Política fiscal reflete o conjunto de medidas pelas quais o Governo arrecada receitas e realiza despesas de modo a cumprir três funções: a estabilização macroeconômica, a redistribuição da renda e a alocação de recursos. A função estabilizadora consiste na promoção do crescimento econômico sustentado, com baixo desemprego e estabilidade de preços. A função redistributiva visa a assegurar a distribuição equitativa da renda. Por fim, a função alocativa consiste no fornecimento eficiente de bens e serviços públicos, compensando as falhas de mercado.”

Política fiscal expansionista: aumento dos gastos do governo ou redução dos impostos. Possui como objetivo estimular a demanda privada e promover o crescimento econômico;

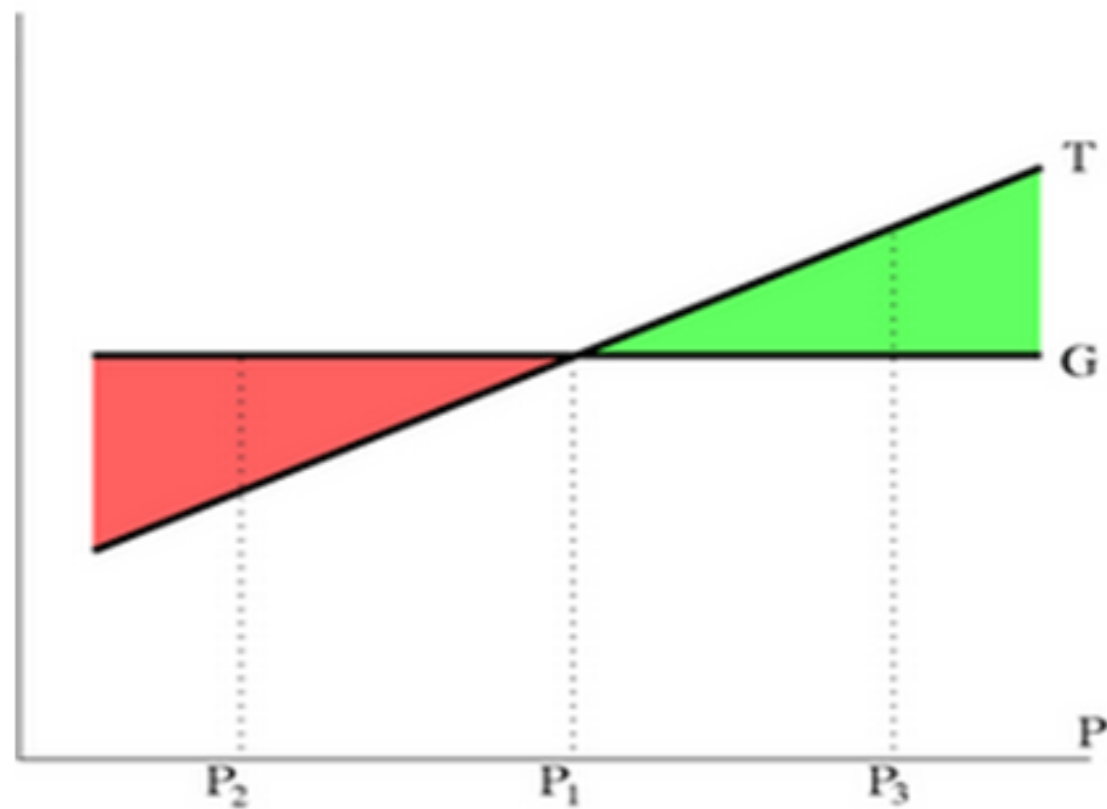
Política fiscal contracionista: redução dos gastos do governo ou aumento dos impostos. Objetiva desestimular a produção e reduz a renda e os preços.

A política fiscal é definida formalmente como:

$$Dg = T - G$$

em que Dg é o déficit público; T é a tributação e G é o gasto do governo.

Quando a tributação é inferior ao gasto o governo apresenta déficit (área vermelha do Gráfico), realizando uma política fiscal expansionista. Por outro lado, quando a tributação é superior ao gasto o governo apresenta superávit (área verde do Gráfico), realizando uma política fiscal contracionista.



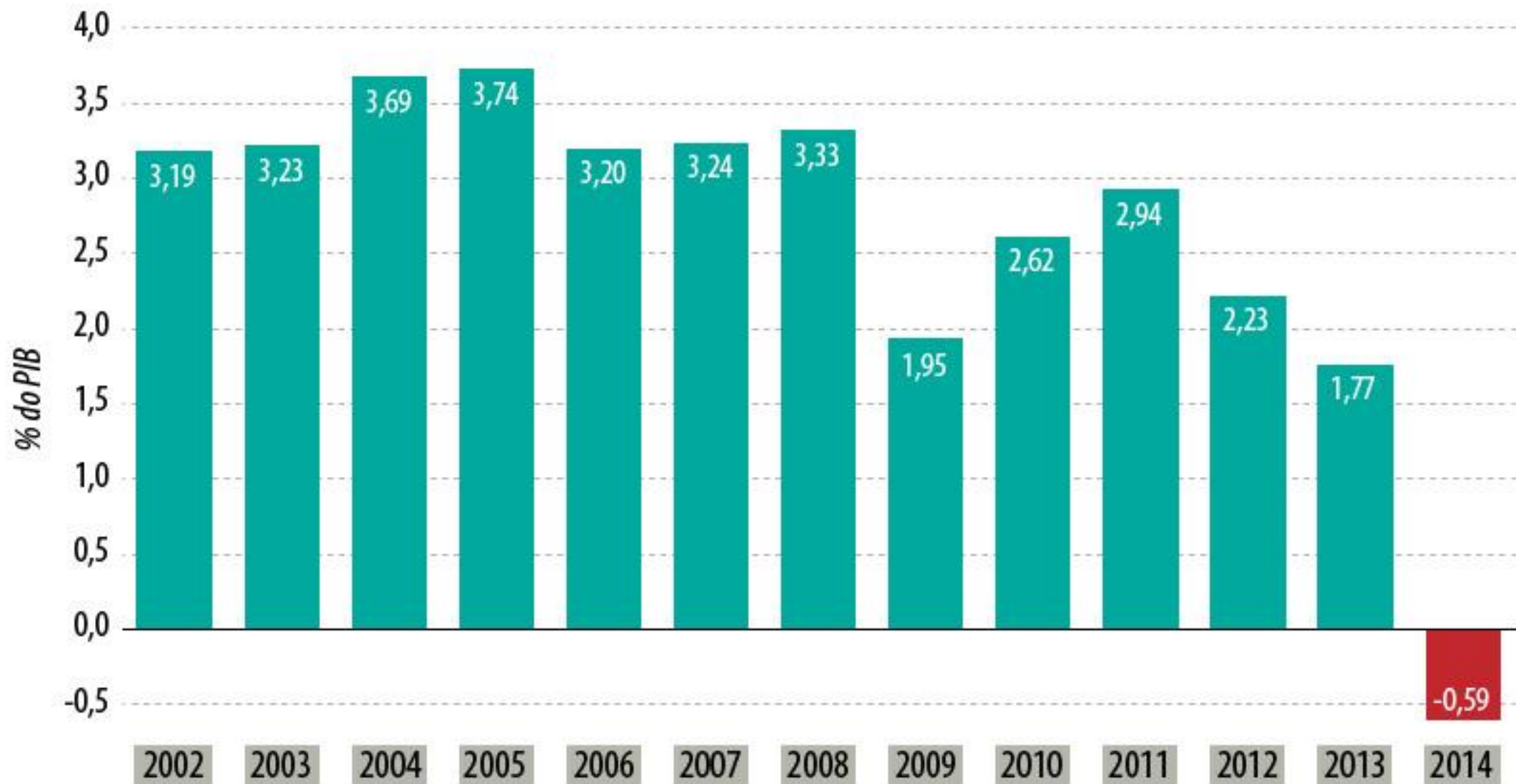
Superávit primário

Superávit primário é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros. O déficit primário ocorre quando esse resultado é negativo. Ambos constituem o "resultado primário".

O resultado primário é importante porque indica, segundo o Banco Central, a consistência entre as metas de política macroeconômicas e a sustentabilidade da dívida, ou seja, da capacidade do governo de honrar seus compromissos. A formação de superávit primário serve para garantir recursos para pagar os juros da dívida pública e reduzir o endividamento do governo no médio e longo prazos.

Em 2014, o resultado primário foi negativo pela primeira vez desde que o Banco Central começou computar dados do setor público, que inclui governos federal, estaduais, municipais e empresas estatais, em 2001. O déficit foi de R\$ 32,5 bilhões em 2014. Em 2013, houve um superávit de R\$ 91,3 bilhões.

Resultado primário do setor público



Fonte: Banco Central, março de 2015

O que é superávit/déficit nominal?

O resultado nominal do governo equivale à arrecadação de impostos menos os gastos, **incluindo os juros da dívida.**

É a medida mais completa, já que o número representa a total necessidade de financiamento do setor público.

Ao apresentar um déficit nominal, o governo terá que se financiar com a colocação de títulos públicos.

O conceito primário exclui da conta a despesa com juros da dívida. E qual o interesse no resultado primário? É que ao desconsiderar os juros pagos, este número dá a medida correta da situação fiscal do governo, pois fornece uma comparação simples e direta entre receita e a despesa que o setor público tem para fazer o Estado 'funcionar'.

Os dois, tanto o superávit primário quanto o nominal, são importantes. **Para medir a saúde financeira do setor público e a trajetória da dívida, o primário é um bom indicador, pois mostra se o governo está gerando um caixa razoavelmente bom. Já o superávit nominal dá uma visão mais precisa porque engloba tudo, despesa com juros também.**

O que é a Dívida Pública Federal?

A Dívida Pública Federal (DPF) refere-se a todas as dívidas contraídas pelo governo federal para financiamento do seu déficit orçamentário, nele incluído o refinanciamento da própria dívida, e para outras operações com finalidades específicas, definidas em lei.

É possível classificar a DPF de acordo com os instrumentos usados para captação de recursos e pela moeda na qual ocorre o pagamento de seus fluxos.

O que é a Dívida Pública Federal?

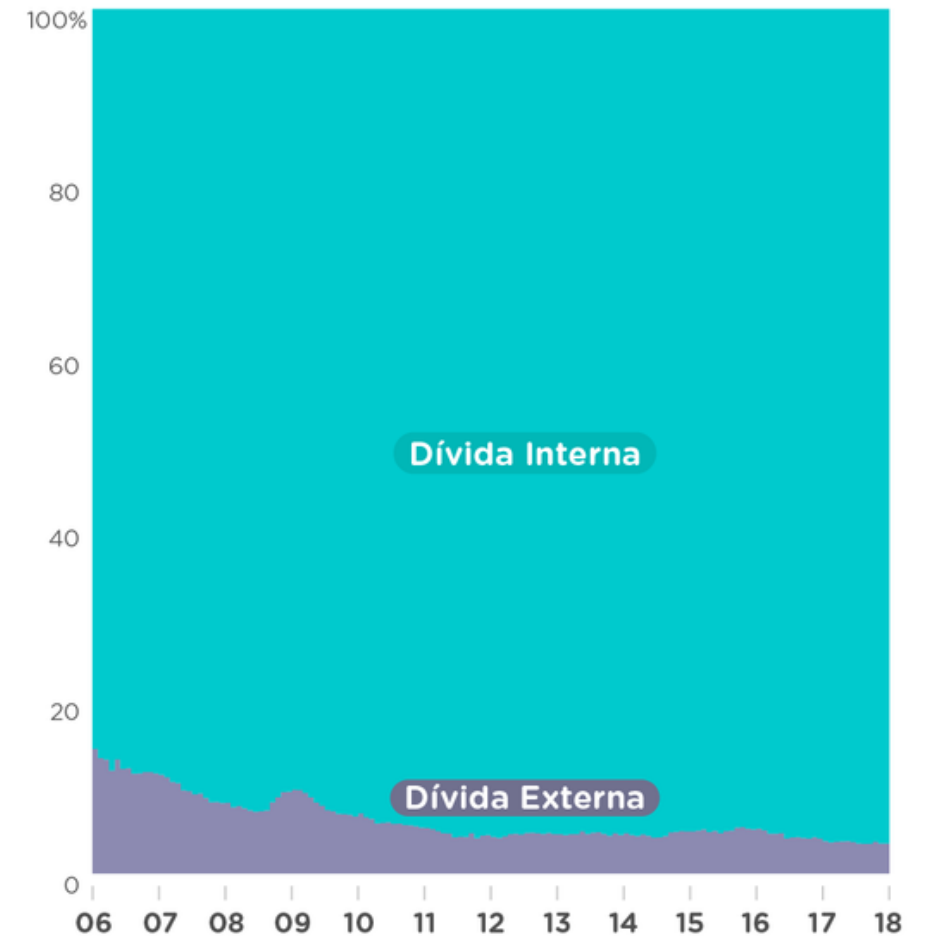
Em relação à captação de recursos, esta pode ocorrer por emissão de títulos públicos, ou por contratos, firmados principalmente com organismos multilaterais.

Já sobre a moeda usada para fazer face a seus pagamentos, a dívida é classificada como interna quando os pagamentos são realizadas na moeda corrente em circulação no país, no caso brasileiro o real, ou externa, quando os pagamentos são feitos em moeda estrangeira, normalmente o dólar norte-americano.

Atualmente, toda a Dívida Pública Federal em circulação no mercado nacional é paga em real e captada por meio da emissão de títulos públicos, sendo por essa razão definida como Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi).

Já a Dívida Pública Federal existente no mercado internacional é paga em dólar norte-americano e tem sido captada tanto por meio da emissão de títulos quanto por contratos, sendo por isso definida como Dívida Pública Federal externa (DPFe).

Dívida interna x Dívida externa

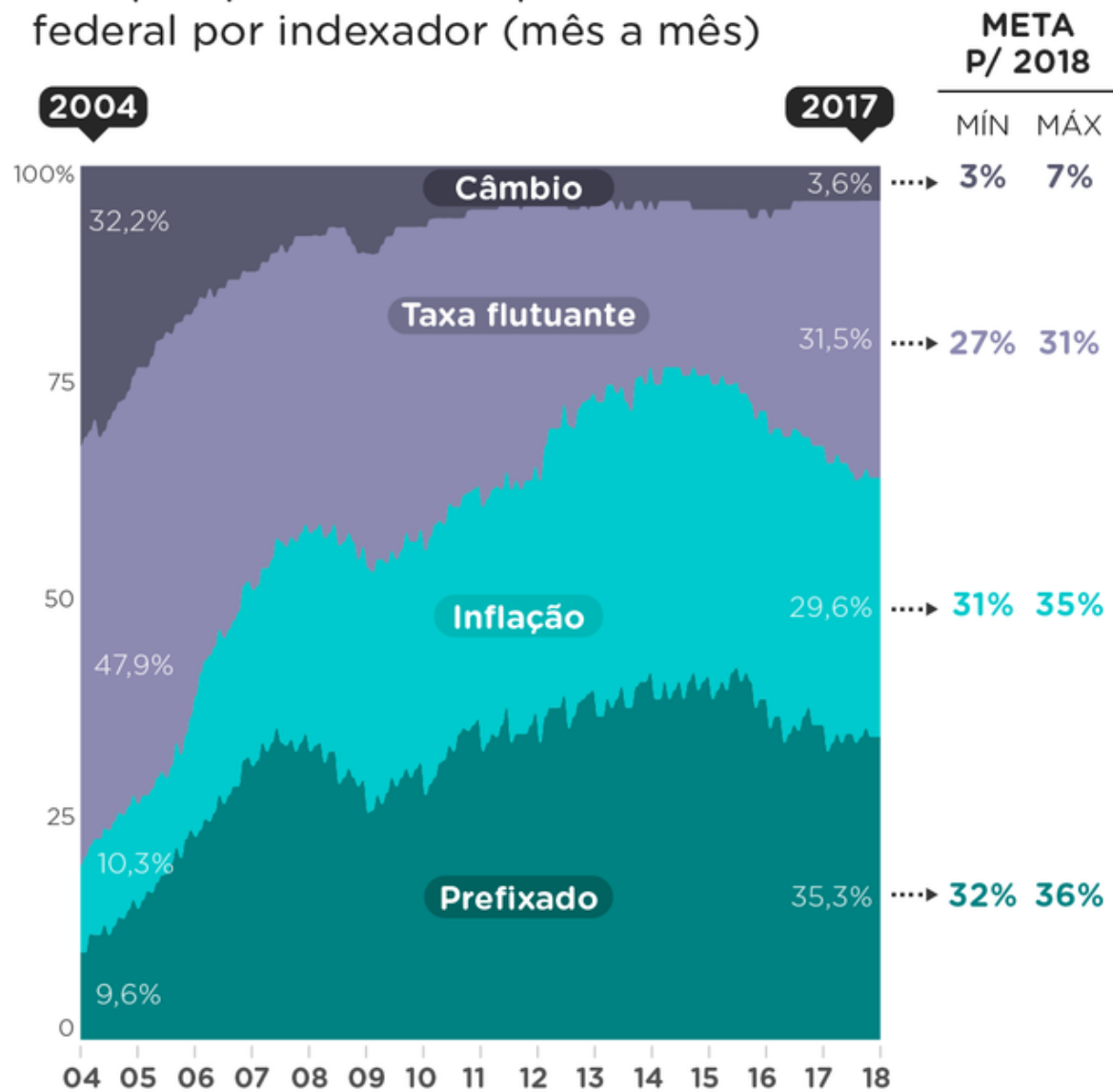


Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

O perfil da dívida

Desde 2014, o Brasil enfrenta uma grave crise nas contas públicas, com quatro déficits primários consecutivos. Isso significa que, mesmo sem contar os gastos com juros da dívida, o dinheiro dos impostos não foi suficiente para pagar as despesas públicas. Isso faz com que o governo tenha de pegar mais empréstimos. A crise aumenta não só o tamanho da dívida, mas também piora a qualidade do endividamento. Assim, o Brasil retrocedeu alguns passos nos avanços conquistados nas últimas décadas.

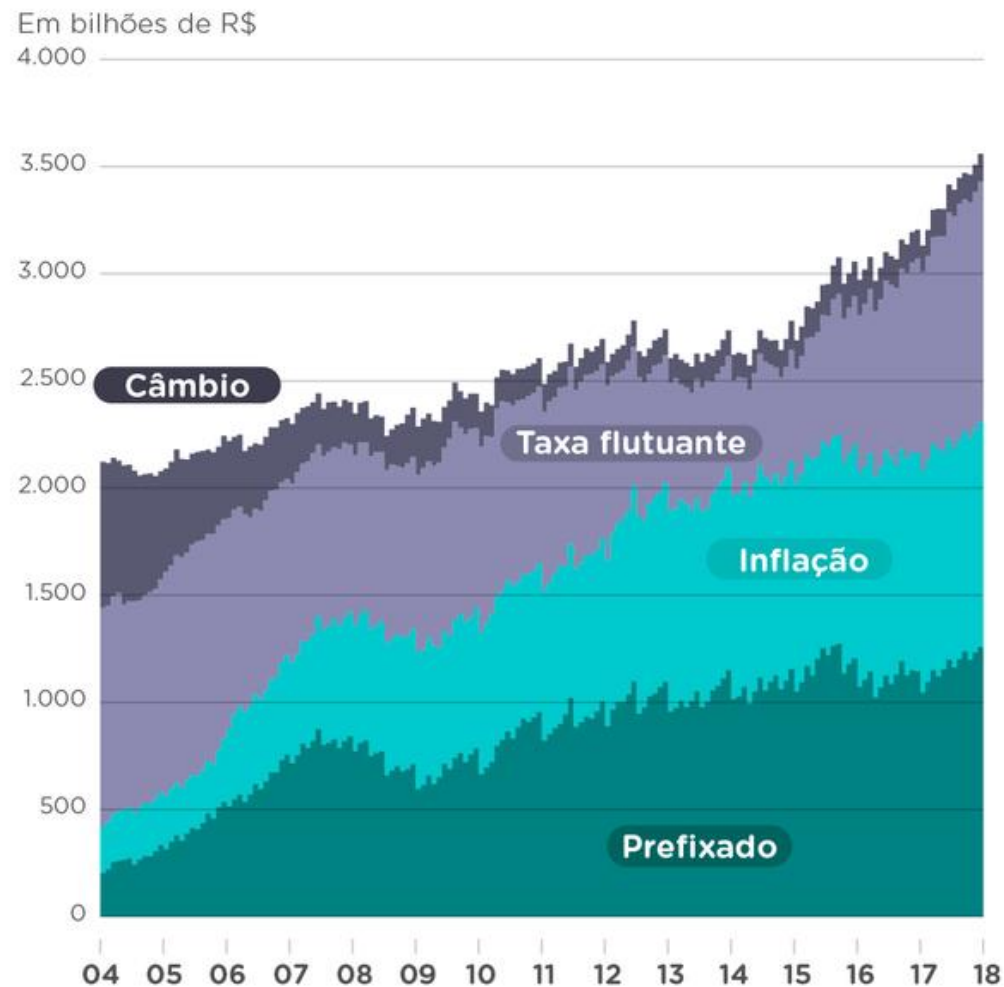
Composição da dívida pública federal por indexador (mês a mês)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

NEXO

Dívida pública federal por indexador

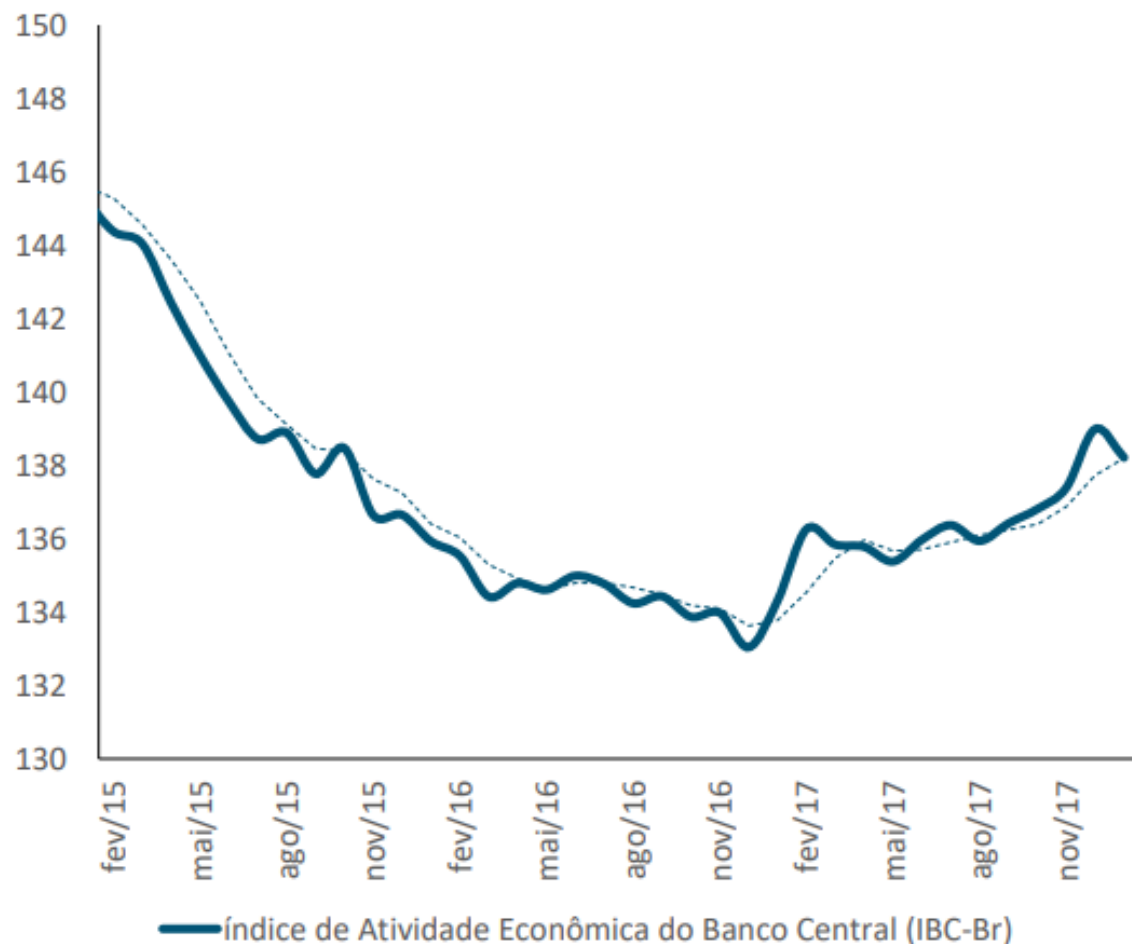


Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

* Valores corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2017.

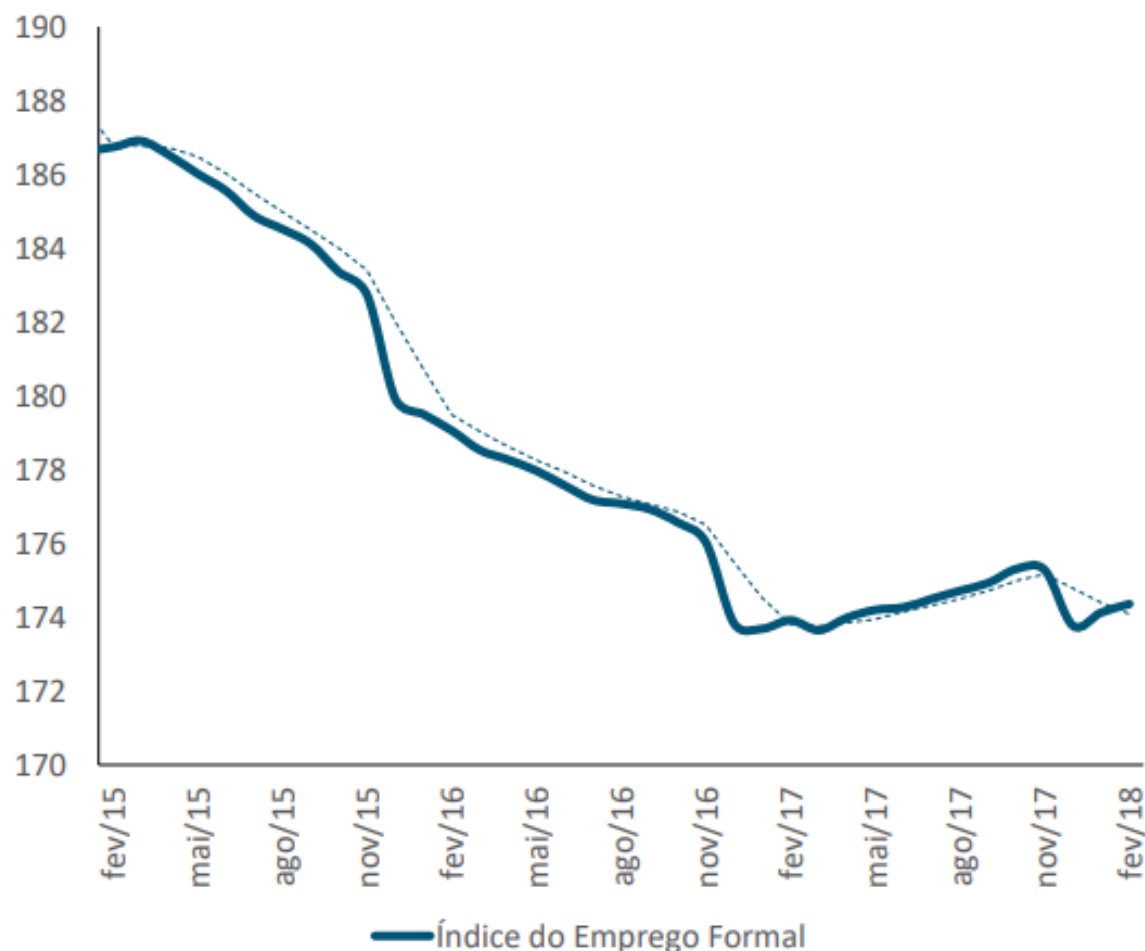
NEXO

ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA – IBC-Br (Série com Ajuste Sazonal. Banco Central do Brasil)



- **ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO BANCO CENTRAL (IBC-Br)**
 - A previsão de janeiro de 2018 para a safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas ficou em 226,1 milhões de toneladas. O resultado é 6,0% inferior ao obtido para o primeiro período de 2017.
 - A produção industrial nacional apresentou redução, -2,4%, em relação a dezembro de 2017. O resultado se deu após uma sequência de quatro meses de resultados positivos. Frente a janeiro de 2017, houve crescimento de 5,7% (a mais acentuada desde abril de 2013), tendo acumulado nos últimos doze meses um avanço de 2,8%.
 - Em janeiro de 2018, setor de serviços apresentou redução em relação ao mês de dezembro do ano anterior, -1,9%. Frente a janeiro de 2017 também houve queda, -1,3%, assim como no acumulado em doze meses, -2,7%. Já o volume de vendas do comércio varejista, apresentou crescimento de 0,9% na comparação com dezembro de 2017. Frente a janeiro do ano anterior, o crescimento foi de 3,2%.
 - O IBC-Br de janeiro de 2018 alcançou 138,21 pontos. Apesar do representar um recuo em relação ao mês anterior, -0,78 p.p., este é o maior valor para o índice desde outubro de 2015.

EMPREGO FORMAL (Cadastro Geral de Emprego e Desemprego – CAGED)

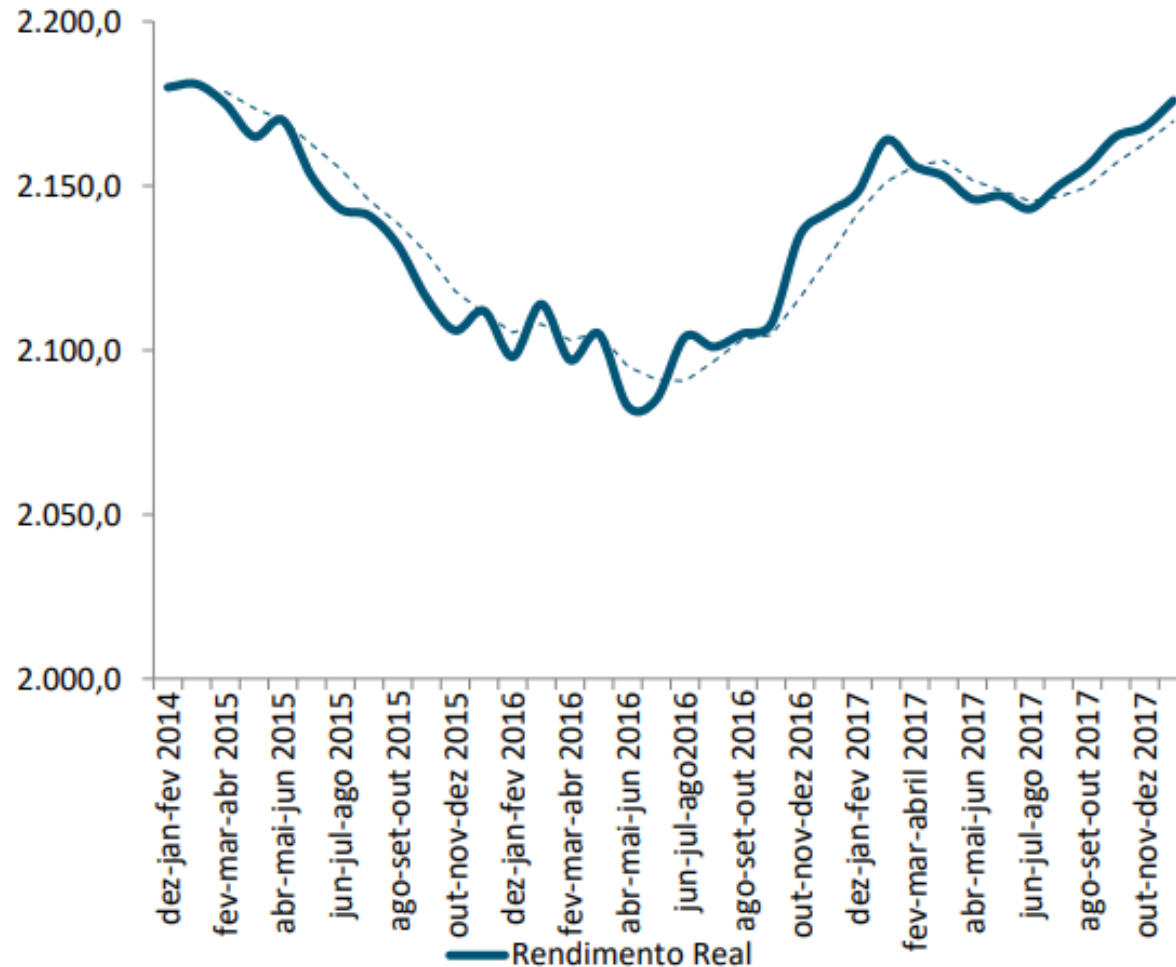


• ÍNDICE DE EMPREGO FORMAL (IEF)

- O saldo do emprego formal em fevereiro de 2018 foi de criação de 61,188 vagas, sendo o melhor resultado para o segundo mês do ano desde 2014. Nesse primeiro bimestre houve um acumulado de 143.186 novas vagas formais de emprego, ao passo que em doze meses o saldo foi de 102.494 vagas criadas. As áreas de atividade que mais contribuíram para o resultado de fevereiro foram os serviços (65.920 novas vagas) e a indústria de transformação (17.363), ao passo que comércio (-25.247), agropecuária (-3.738) e construção civil (-3.607) apresentaram resultado negativo. Considerando as novas formas de contratação e desligamento introduzidos pela reforma trabalhista (desligamento por acordo, contratação por trabalho intermitente, trabalho parcial total e trabalho parcial acima de 24 horas), houve saldo mensal de 250 vagas criadas.
- O Índice de Emprego Formal alcançou 174,36 pontos em fevereiro de 2018. Com crescimento de 0,23 p.p. no mês, o IEF supera o valor obtido em dezembro do ano anterior, apesar de ainda apresentar tendência de queda.

RENDIMENTO REAL

(Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD C, IBGE)

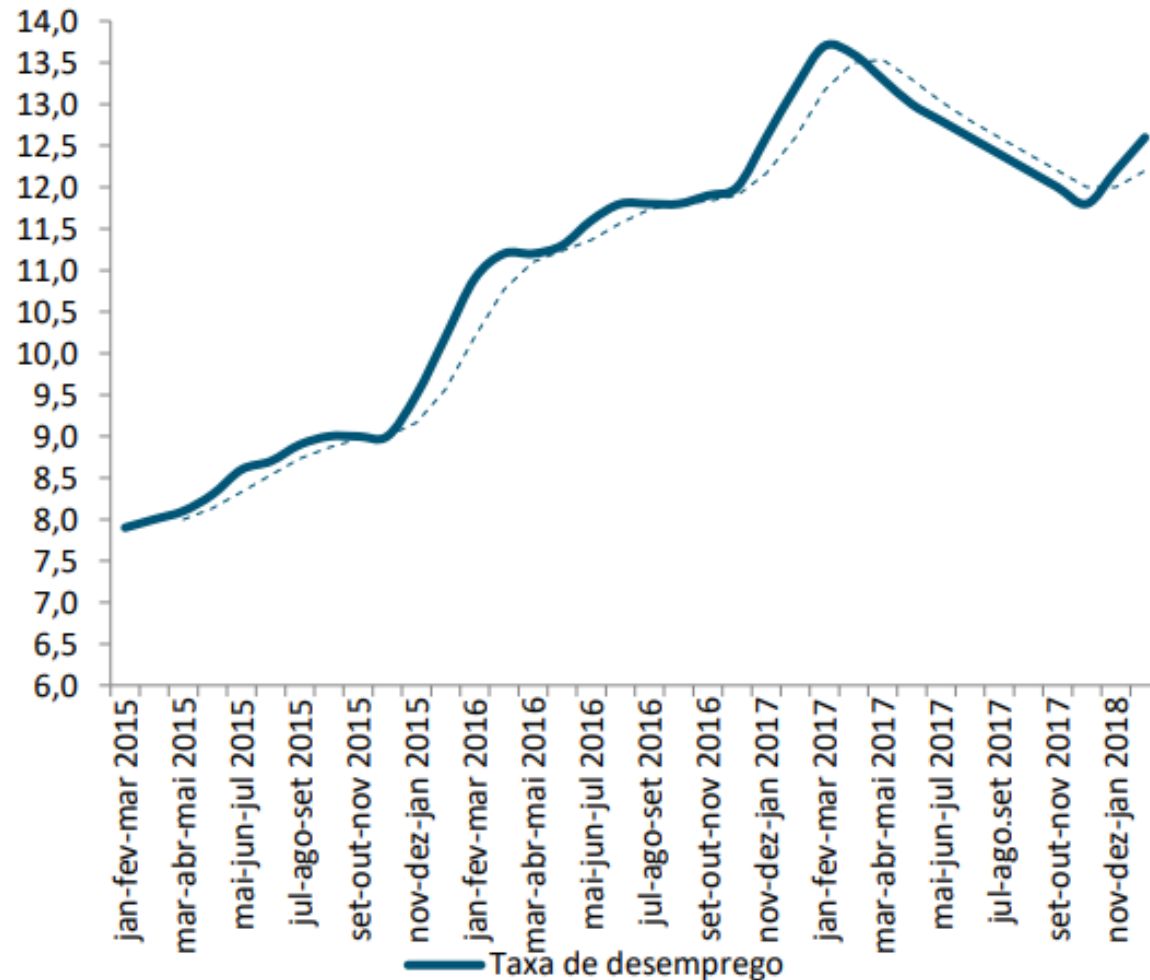


• RENDIMENTO REAL MÉDIO HABITUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA

- O rendimento real médio habitualmente recebido pela população foi de R\$ 2.186,00 no trimestre terminado em fevereiro de 2018. Após um período de queda durante a primeira metade de 2017, o rendimento real vem apresentando uma elevação contínua desde então. Este mês esse rendimento alcançou seu maior valor desde o trimestre terminado em abril de 2014. Em relação ao trimestre terminado em novembro, houve aumento de 1,3%. Comparativamente ao mesmo período do ano passado, a elevação foi de 1,7%.
- A massa de rendimento de todos os trabalhos habitualmente recebida por mês em fevereiro de 2018 ficou em R\$ 194.071 milhões de reais. Houve estabilidade em relação ao trimestre terminado em novembro do ano anterior e crescimento de 4,1% em relação ao mesmo trimestre de 2017.

DESEMPREGO

(Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD C, IBGE)



• TAXA DE DESEMPREGO

- No trimestre terminado em fevereiro de 2018, a taxa de desemprego ficou em 12,6%, aumento de 0,6 p.p. em relação ao trimestre terminado em novembro de 2017. Nessa base de comparação, houve redução no número de empregados sem carteira (-3,6%) e de empregados no setor público (-3,1%), enquanto as demais categorias apresentaram estabilidade (empregados no setor privado com carteira, trabalhador doméstico, conta própria e trabalhador familiar auxiliar). Historicamente, a taxa de desemprego sofre elevação durante os primeiros meses do ano, sendo este um evento sazonal. Na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, houve redução na taxa de desemprego (-0,6 p.p.).

2 - Índices de Preços: IGP-M, IGP-DI, INPC, IPCA, FIPE, IGP-10

2.1 Características: composição, divulgação, instituição responsável, período de coleta e de abrangência

Os índices de preços são indicadores econômicos ligados à inflação. No Brasil existem diversos, entre os mais importantes deles podemos citar o IPCA, o INPC, o IPC-FGV, o INCC, o IPA e o IGP. Abaixo temos um resumo sobre cada um deles.

- IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, é calculado pelo IBGE desde 1980, esse índice leva em conta o custo de vida para famílias de 1 a 40 salários mínimos em regiões metropolitanas brasileiras com itens de alimentação e bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e comunicação. É o índice utilizado pelo Banco Central para definir a meta de inflação.
- INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, é muito semelhante ao IPCA, porém tem como população-objetivo famílias de 1 a 5 salários mínimos. Isto é, ele é mais sensível aos produtos consumidos pela população com menor renda. Também é calculado pelo IBGE.
- IPC-FGV – Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Getúlio Vargas, ele considera as despesas habituais de famílias com nível de renda entre 1 e 33 salários mínimos em 7 das principais capitais do país.

- INCC – Índice Nacional de Custos da Construção, é calculado desde 1944, atualmente publicado pela Fundação Getúlio Vargas, o índice acompanha a evolução dos custos no setor da construção que incluem preços de materiais, equipamentos, serviços e mão de obra.
- IPA – Índice de Preços por Atacado, também chamado de “Índice de Preços ao Produtor Amplo”, mede a variação dos preços no mercado atacadista, principalmente nos produtos agropecuários e industriais antes do consumo final. É publicado pela FGV.
- IGP – Índice Geral de Preços, é um dos índices mais utilizados, ele não possui uma cesta de produtos, e sim formado por uma composição de outros índices, sendo: 60% IPA (Índice de Preços por Atacado) + 30% IPC (Índice de Preços ao Consumidor) + 10% INCC (Índice Nacional do Custo da Construção).

IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)

O IGP-M é calculado todos os meses pela FGV, sendo divulgado no final do mês. Ele foi criado para ser um indicador de referência nas correções de alguns títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e Depósitos Bancários pós fixados com prazo acima de um ano. Porém, também passou a ser utilizado para a correção de contratos de aluguel e como indexador de tarifas públicas, por exemplo, energia elétrica e contratos de aluguéis.

- Calculado pela FGV;
- Divulgado mensalmente.

IGP-M/FGV é composto pelos índices:

- 60% do Índice de Preços por Atacado (IPA);
- 30% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC);
- 10% do Índice Nacional de Custo de Construção (INCC).



DICA

O índice que mais afeta o IGP-M é o IPA.

IGP-M: Mede a variação dos preços entre os dias 21 do mês anterior e o dia 20 do mês de referência

IGP-10: Mede a variação dos preços entre os dias 11 do mês anterior e o dia 10 do mês de referência.

IGP-DI: Mede a variação dos preços entre os dias 01 do mês anterior e o dia 30 do mês de referência.

INPC

A população-objetivo do INPC abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (um) e 5 (cinco) salários-mínimos (aproximadamente 50% das famílias brasileiras), cujo chefe é assalariado em sua ocupação principal e residente nas áreas urbanas das regiões, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e demais residentes nas áreas urbanas das regiões metropolitanas abrangidas.

Abrangência geográfica: Regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, Brasília e município de Goiânia.

Calculado pelo IBGE entre os dias 1º e 30 de cada mês, compõe-se do cruzamento de dois parâmetros: a pesquisa de preços nas onze regiões de maior produção econômica, cruzada com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF).

IPCA

IPCA abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (um) e 40 (quarenta) salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além do Distrito Federal e do município de Goiânia.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo passou a ser calculado pelo IBGE a partir de 1980, sendo medido para as famílias brasileiras que possuem rendimento entre 1 e 40 salários mínimos que residem em regiões urbanas. Ele é calculado com base em pesquisas de preço realizadas nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, Brasília e município de Goiânia.

Ele é calculado para o período entre o primeiro e o último dia de cada mês de referência, sendo divulgado entre o dia cinco e doze do mês seguinte.

O peso de cada conjunto de produtos na composição do IPCA é atualizado com base nos dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada a cada cinco anos. A última vez que o IBGE alterou os pesos foi em janeiro de 2012, com base nos dados coletados pela POF em 2009.

| PESO DE CADA GRUPO DE PRODUTOS E SERVIÇOS NO IPCA | |
|---|----------------------|
| Gasto | Peso (EM PERCENTUAL) |
| Alimentação e bebidas | 23,12 |
| Transportes | 20,54 |
| Habitação | 14,62 |
| Saúde e cuidados pessoais | 11,09 |
| Despesas pessoais | 9,94 |
| Vestuário | 6,67 |
| Comunicação | 4,96 |
| Artigos de residência | 4,69 |
| Educação | 4,37 |

Conforme podemos ver, os grupos que possuem mais pesos são Alimentação e bebidas e Transporte que, conjuntamente respondem por quase 44% do IPCA.

FIPE

A palavra FIPE, significa Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, na qual ela é um órgão de apoio institucional ao Departamento de Economia. A tabela da FIPE indica o preço médio de certos produtos, como por exemplo : carros, caminhões e motos.

ÍNDICES DE PREÇO

| Nome | Abrange | Dia do Mês | Calculado por |
|-------------|--|---|----------------------|
| IGP-M | <ul style="list-style-type: none">• 60% do IPA;• 30% do IPC;• 10% do INCC. | 21 do mês anterior e o dia 20 do mês de referência | FGV |
| IGP-10 | <ul style="list-style-type: none">• 60% do IPA;• 30% do IPC;• 10% do INCC. | 11 do mês anterior e o dia 10 do mês de referência | FGV |
| IGP-DI | <ul style="list-style-type: none">• 60% do IPA;• 30% do IPC;• 10% do INCC. | 01 do mês anterior e o dia 30 do mês de referência | FGV |

| | | | |
|------|---|---------------------|------|
| INPC | Famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (um) e 5 (cinco) salários-mínimos, áreas urbanas das regiões | 1º e 30 de cada mês | IBGE |
| IPCA | 1 (um) e 40 (quarenta) salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas | 1º e 30 de cada mês | IBGE |

3 - Índices de Ações: IBOVESPA, IBRX- 50, IBRX 100 e FGV-100

3.1 Características: composição e divulgação

O Índice Ibovespa

Os índices são indicadores de desempenho de um conjunto de ações, ou seja, mostram a valorização de um determinado grupo de papéis ao longo do tempo. Como eles contemplam um grupo de ações, o desempenho do índice é, na realidade, uma média do desempenho das ações que o compõem, ponderadas conforme os fatores definidos no seu regulamento.

O índice Bovespa, ou Ibovespa, é considerado o principal índice do mercado de ações brasileiro. Mantido pela BM&FBOVESPA, tem como objetivo ser um indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro.

O Índice Ibovespa

Sua composição inclui as ações de companhias listadas na BM&FBOVESPA que atendam, cumulativamente, aos seguintes critérios:

Estar entre os ativos elegíveis que, no período de vigência das três carteiras anteriores, em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade⁴ (IN);

Ter presença em pregão de 95% no período de vigência das três carteiras anteriores;

Ter participação em termos de volume financeiro maior ou igual a 0,1% no período de vigência das três carteiras anteriores; e

Não ser classificada como *Penny Stock*.

O Índice Ibovespa

A **ponderação** de cada ação é feita pelo valor de mercado de seus ativos em circulação, o chamado *free float*, na espécie pertencente à carteira, com limite de participação baseado na liquidez.

Free float é o percentual das ações que estão “disponíveis para negociação no mercado”, também chamadas de “ações em circulação”. Neste caso, entende-se como “disponíveis” as ações que não pertencem ao controlador, às pessoas a ele vinculadas, nem aos administradores e que não estão em tesouraria.

A cada quatro meses é feita uma **reavaliação** do índice, alterando-se a composição e o peso da carteira, para que a sua representatividade se mantenha ao longo do tempo.

http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-amplos/indice-ibovespa-ibovespa-composicao-da-carteira.htm

Published on Investing.com, 15/Oct/2018 - 1:00:04 GMT, Powered by TradingView.

Ibovespa Futuros, IBOV, D



Índice Brasil

Também conhecido como Índice Brasil – ou ainda IBX – o IBrX tem por objetivo ser o indicador de desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Dessa forma é importante destacar que existem dois tipos desse indicador, que são o IBrX-100 e o IBrX-50.

IBrX-100 Tendo seu início de cálculo e utilidade em 1994, o IBrX-100 inclui as 100 ações de maior negociabilidade e representatividade na bolsa de valores brasileira através de uma média ponderada da cotação dessa carteira. Como o nosso mercado ainda é pouco desenvolvido quando comparado ao de outros países, como Estados Unidos e Austrália, por exemplo, foi necessário criar, a título de facilitação do uso desse índice, uma outra carteira contendo a metade das ações presentes no IBrX-100.

FGV-100

Índice composto pelas 100 ações mais negociadas, excluindo as estatais e bancos, ou seja, a carteira teórica é composta apenas por ações de empresas privadas, levando-se em consideração os critérios de qualidade da empresa e de liquidez ou volume financeiro negociados em Bolsas de Valores.

4 - Índices Econômicos: PIB, PNB

O **Produto Interno Bruto (PIB)** consiste no somatório de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território nacional num dado período, valorizados a preços de mercado, sem levar em consideração se os fatores de produção são de propriedade de residentes ou não. O PIB compreende tudo o que é produzido dentro das fronteiras do Brasil, seja por empresas nacionais, seja pelas multinacionais.

Produto Nacional Bruto (PNB) consiste no somatório de todos os bens e serviços finais produzidos por empresas que são de propriedade de residentes no país. Não incluem as multinacionais estrangeiras, ou seja, o PNB compreende tudo o que é produzido por empresas nacionais, estejam elas atuando no Brasil ou no exterior.

5 - Índices de referência: CDI, TR, TJLP, PTAX, SELIC

5.1 Definição, composição e utilização

5.2 Taxa de juro nominal, real, equivalente

Principais taxas de juros do Brasil

Taxa SELIC: Representa a taxa de juros básica da economia brasileira.

Taxa SELIC Meta: Fixada periodicamente nas reuniões do Comitê de Política Monetária (COPOM), a SELIC Meta é a taxa considerada adequada para manter a inflação dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. Esta taxa pode ter um viés de alta ou de baixa. Este viés permite que o Banco Central altere a SELIC, na direção do viés, a qualquer momento entre as reuniões ordinárias.

Porque a SELIC é de 6% ao ano e os juros dos bancos são de 8% ao mês?

O **spread** (diferença entre a taxa de captação e a taxa aplicação dos recursos) das instituições financeiras no Brasil é muito alto. O spread é composto de muitos itens, que acabam encarecendo a taxa de juros ao consumidor final. Segue alguns deles: IR, CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), Manutenção das Agências, FGC (Fundo Garantidor de Crédito), o risco de Inadimplência e, sobretudo, a estrutura oligopolista do setor financeiro brasileiro.

Taxa Selic

Segundo definição apresentada pelo próprio Banco Central do Brasil[1]:

“Define-se Taxa Selic como a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais. Para fins de cálculo da taxa, são considerados os financiamentos diários relativos às operações registradas e liquidadas no próprio Selic e em sistemas operados por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação [...].”

Assim, a taxa Selic é a taxa média utilizada pelo Banco Central para comprar e vender títulos federais em operações com duração diária no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

Aqui é importante se ter bem clara a diferença entre **a taxa de juros Selic meta** e **a taxa de juros Selic**. A taxa de juros Selic Meta é a taxa definida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) como meta de taxa de juros que deve ser perseguida pelo Banco Central. Isto é, o COPOM é responsável por conduzir a política monetária, evitando a ocorrência de surtos inflacionários, para isso ele define qual a taxa de juros que o BACEN deve perseguir. Por sua vez, o Banco central realiza operações de mercado aberto, compra e venda de títulos públicos federais para controlar a quantidade de dinheiro em circulação. Quando o BACEN vende um título ele retira dinheiro da economia, realizando uma política monetária retracionista e quando o BACEN compra títulos ele coloca dinheiro na economia, realizando política monetária expansionista.

SELIC Meta X SELIC Over

A taxa **Selic Over** é a taxa apurada no Selic, obtida mediante o cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no referido Sistema na forma de operações compromissadas.

A taxa **Selic Meta** é Definida pelo Copom, com base na Meta de Inflação. É a Selic – Meta que regula a taxa Selic Over assim como todas as outras taxas do Brasil.



DICA

A Selic over pode ser alterada diariamente, pois se trata da média de negociação dos Títulos Públicos Federais, enquanto a Selic Meta só é alterado pelo COPOM, através de reuniões ordinárias e extraordinárias.

Taxa DI

A Taxa DI, também conhecida como CDI, é a principal referência para a remuneração de ativos de renda fixa. Os títulos de renda fixa remuneram as suas aplicações pagando um percentual da taxa DI e a grande maioria dos fundos de investimento possui como objetivo acompanhá-la ou obter rendimentos superior a ela.

Ela é a taxa utilizada nas transações entre as instituições financeiras. Por exemplo, quando um banco fica sem fundos e pede dinheiro emprestado para outro banco ele paga a taxa DI como remuneração pelo empréstimo. Assim, a taxa DI é a taxa oficial utilizada no mercado interbancários, sendo que somente instituições financeiras podem operar nesse mercado. Os bancos podem pegar recursos no mercado interbancário com taxas Depósitos Interbancários ou depósitos compromissados.

Quanto eles utilizam DIs eles emitem um título de renda fixa, conhecido como Certificado de depósito Interbancário, sendo que apenas outros bancos podem comprar esses títulos.

A taxa DI, ou CDI, é a média das taxas de juros praticadas nos depósitos interbancários com período de um dia. Ou seja, é a remuneração média paga pelas instituições financeiras para captar recursos via empréstimos de outras instituições financeiras. A taxa CDI varia todos os dias, mas é expressa em termos anuais.

O CDI sempre acompanha os movimentos registrados pela taxa Selic apresentando remuneração ligeiramente inferior. Isso ocorre por que os bancos que emitem CDI sempre contam com a possibilidade de realizar operações compromissadas. Eles não realizam essas operações apenas se for mais vantajoso emitir títulos próprios. Isso resulta em uma situação inusitada, visto que os CDI possuem remuneração inferior à taxa Selic, mesmo apresentando maior risco.

Já para os bancos emprestadores é vantajoso emprestar recursos à taxa DI, mesmo esta sendo inferior à remuneração que obteriam em operações compromissadas, pois o mercado interbancário é pequeno e eles utilizam a taxa DI como referencial para captar recursos no mercado à vista. Assim, se a taxa DI for muito elevada o custo de captação de recursos se elevará, não sendo vantajoso para eles.

A taxa DI acompanha a taxa Selic pelo mesmo motivo discutido anteriormente. Se o COPOM aumentar a taxa Selic Meta o BACEN começará a realizar operações de venda de títulos, a taxa Selic efetiva se elevará, pois o BACEN está retirando dinheiro da economia. Se a taxa DI não se alterar será vantajoso para os bancos emitir CDI, o que elevará a demanda por empréstimos desse tipo, elevando a taxa CDI, até que seja vantajoso para os bancos voltarem a realizar operações compromissadas.

Taxa de Juros – CDI

A função dos CDI (Certificado de Depósito Interbancário) são títulos emitidos por instituições financeiras com o objetivo de transferir recursos entre elas. Suas características são idênticas aos CDB's, mas a negociação é restrita ao mercado interbancário. Na prática, uma instituição financeira com dinheiro sobrando usa o CDI para emprestar para outra instituição financeira que não tem.

O CDI possui as mesmas características de um certificado de depósito bancário, porém não pode ser vendido para outros investidores e serve apenas para empréstimos entre bancos e instituições financeiras. Quando dizemos Taxa DI Over, ou CDI Over, estamos nos referindo a uma taxa obtida através da média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na B3 (antiga Cetip) entre instituições de conglomerados diferentes. Como a taxa diária assume valores muito pequenos, convencionou-se divulgá-las de forma anualizada. Por exemplo, se a Taxa DI Over for de 0,025%, sua Taxa DI anualizada seria de 6,5%. Relembrando a lição do capítulo anterior, o cálculo para chegar a esse valor seria $((1+(0,00025/100))^{252}-1)*100$

TR – Taxa Referencial

Indexador calculado a partir da remuneração mensal média líquida de impostos, dos depósitos a prazo fixo captados nas instituições financeiras. A TR é divulgada diariamente e vale por um período de trinta dias.

E utilizada atualmente como indexador de vários investimentos (Poupança e Letra Hipotecária são os mais usuais), e contratos com o SFH - Sistema Financeiro da Habitação e do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo)

TJLP significa Taxa de Juros de Longo Prazo.

A TJLP é calculada com base em dois parâmetros: uma meta de inflação calculada pro rata para os doze meses seguintes ao primeiro mês de vigência da taxa, inclusive, baseada nas metas anuais fixadas pelo Conselho Monetário Nacional; e um prêmio de risco.

A TJLP é divulgada trimestralmente pelo Banco Central do Brasil até o último dia útil do trimestre imediatamente anterior ao de sua vigência para as posições de 1º de janeiro, 1º de abril, 1º de julho e 1º de outubro, sendo expressa em percentual ao ano.

A TJLP significa Taxa de Juros de Longo Prazo, ela é um indexador econômico instituído em 1994. A TJLP foi criada visando a estimular e regulamentar os investimentos a longo prazo, principalmente em infraestruturas, como usinas hidrelétricas, portos, aeroportos, sistemas de telecomunicações, ferrovias, rodoviárias, rede de distribuição de água e tratamento de esgoto. Também são regulados pela TJLP os financiamentos a longo prazo concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O cálculo da TJLP é baseado nos seguintes parâmetros: i) a meta da inflação, que tem como índice padrão o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo; ii) um prêmio de risco. Quanto maior a probabilidade de perda de investimento de um título público em relação a outro investimento considerado seguro, maior deverá ser o prêmio de risco. O órgão responsável pela fixação trimestral da taxa percentual da TJLP é o CMN e a divulgação é de responsabilidade do BACEN.

Tipos de taxas

Taxas equivalentes: Duas ou mais taxas são equivalentes quando aplicadas a um mesmo capital durante o mesmo prazo produzem o mesmo montante. É, portanto, indiferente aplicarmos a uma ou outra taxa.

Taxa de Juros Real: Quando se empresta um capital, a taxa de juros cobrada (denominada taxa de juros aparente) inclui uma parcela que se destina a repor a perda do poder aquisitivo do capital emprestado e outra destinada a remunerar propriamente o capital. Esta taxa se denomina taxa de juros real.

Taxa nominal: é a taxa contratada ou declarada em uma operação financeira. Por exemplo, se um banco lhe oferece um fundo de investimento que remunera 15% ao ano, esta é a taxa nominal.



O EXAME CGRPPS

TÓPICOS 2 e 3

Sistema Financeiro
Nacional
Instituições e
Intermediários
Financeiros

CAPACITAÇÃO

II - SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

| | |
|--|--|
| <p>Autoridades monetárias Tesouro Nacional Banco Central do Brasil Comissão de Valores Mobiliários Órgãos reguladores</p> | <p>http://www.portaldoinvestidor.gov.br/publicacao/LivroTOP.html</p> |
| <p>1 - Órgãos de Regulação e Fiscalização - Principais Atribuições 1.1 Conselho Monetário Nacional - CMN, Tesouro Nacional, Banco Central do Brasil - Bacen, Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social</p> | <p>Lei 4.595, de 31/12 1964 e atualizações Decreto 91.152, de 15/03/1985 e atualizações Lei 6.385, de 07/12 1976 e atualizações Lei 9.069, de 29/06/1995 e atualizações www.bcb.gov.br www.cvm.gov.br; www.bndes.gov.br www.bb.com.br www.cef.gov.br www.receita.fazenda.gov.br Casagrande, Rossi e Souza - Guia do Mercado de Capitais - São Paulo : Lazuli Fortuna, Eduardo - Mercado Financeiro: produtos e serviços Ed. Qualitymark Assaf ,A - Mercado Financeiro Ed. Atlas</p> |
| <p>2 - Clearings e Sistemas 2.1 SELIC, CETIP, BM&FBOVESPA: funcionamento e principais títulos negociados</p> | <p>www.bcb.gov.br; www.cetip.com.br; www.anbima.com.br Fortuna, Eduardo - Mercado Financeiro :produtos e serviços - Ed. Qualitymark</p> |
| <p>3 - Sistema de Pagamentos 3.1 Desenho do novo SPB: conceitos 3.2 CIP, STR e Compe: conceitos</p> | <p>www.bcb.gov.br; www.febraban.com.br, http://www.bcb.gov.br/?spb http://www.bcb.gov.br/?STRGERAL http://www.bcb.gov.br/htms/novapaginaspb/cip.asp http://www.bcb.gov.br/htms/novapaginaspb/compe.asp Fortuna, Eduardo - Mercado Financeiro:produtos e serviços - Ed. Qualitymark</p> |

III) INSTITUIÇÕES E INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

Bancos Comerciais, de Investimento e Múltiplos
Crédito Imobiliário
Financeiras
Corretoras de Valores, de câmbio e de mercadorias
Distribuidoras de valores
BM&FOVESA

<http://www.portaldoinvestidor.gov.br/publicacao/LivroTOP.html>

1 - Participantes

1.1 Bancos comerciais, múltiplos, de investimento e de desenvolvimento, cooperativas e sociedades de crédito imobiliário, companhias hipotecárias, corretoras, distribuidoras e sociedades de arrendamento mercantil (leasing).

Cavalcante, F e Misumi, J.Y. - Mercado de Capitais - Ed. Campus Fortuna, Eduardo - Mercado financeiro: produtos e serviços - Ed. Qualitymark

2 - Bolsas

www.bmfbovespa.com.br

Capítulo 1 do livro no link abaixo:

<https://www.investidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/publicacao/Livro/LivroTOP-CVM.pdf>

Páginas 28 a 53 – Vamos dar uma olhada?



O EXAME CGRPPS

TÓPICO 4

Mercado de Capitais

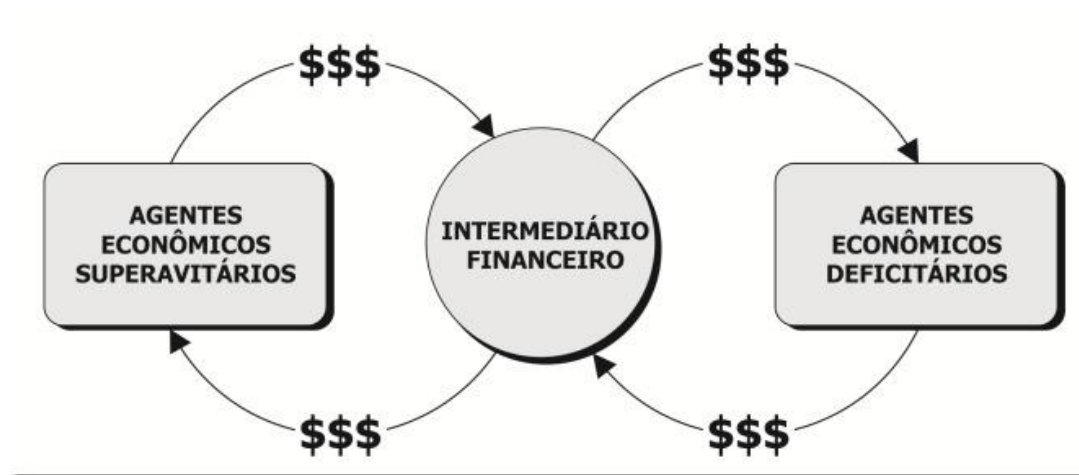
CAPACITAÇÃO

IV) MERCADO DE CAPITAIS

| | |
|--|--|
| <p>Mercado Primário (underwriting) e mercado secundário Ativos de emissão das companhias - ações, debêntures, commercial papers, bônus Governança corporativa - novo mercado; nível 1 e nível 2 Mercados a vista, a termo, futuro e de opções Volatilidade - conceito Rentabilidade e riscos dos investimentos Aspectos tributários Liquidação de operações em bolsas de valores</p> | <p>http://www.portaldoinvestidor.gov.br/publicacao/LivroTOP.html</p> |
| <p>1 - Mercado Primário e Secundário 1.1 Ofertas primárias e ofertas secundárias 1.2 Mercado a vista, mercado a termo, mercado futuro e de opções 2- Ações - Conceitos e Operacionalidade 2.1 Ações preferenciais e ordinárias: definição, direitos e características. 2.2 Canais de distribuição: CTVM, DTVM, agências bancárias e internet 2.3 Remuneração do acionista: dividendos, juros sobre capital próprio e bonificação 2.4 Oferta primária e secundária de ações. Oferta Pública Inicial - IPO. Papel do coordenador da oferta e demais instituições envolvidas: obrigações, análise, tratamento das informações e responsabilidades. Tipos de oferta: oferta firme e melhores esforços. 2.5 Tributação para ganho de capital em operações com ações: alíquota, base de cálculo e pagamento.</p> | <p>Lei 6.404 e atualizações www.cvm.gov.br www.bmfbovespa.com.br www.anbima.com.br Assaf, A - Mercado Financeiro - Ed. Atlas Fortuna, Eduardo - Mercado Financeiro: produtos e serviços - Ed. Qualitymark Lemes Jr.; Antonio B.; Rigo, Cláudio M; e Cherobin, Ana Paula M.S. - Administração Financeira: Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras - Ed. Campus Lima, Lima e Pimentel - Curso de Mercado Financeiro - ed. Atlas</p> |
| <p>3- Debêntures e Notas Promissórias 3.1 Definição, características e garantias 3.2 Tipos de debêntures: simples, conversíveis Sistema Nacional de Debêntures - SND: funções 3.3 Negociação com debêntures e notas promissórias 3.4 Agente fiduciário e assembléia de debenturistas 3.5 Tributação em operações com debêntures, notas promissórias ou bônus de subscrição: alíquota, base de cálculo e pagamento.</p> | <p>Lei 6.404 e atualizações www.cvm.gov.br; www.bmfbovespa.com.br www.debentures.com.br www.anbima.com.br Assaf, A - Mercado Financeiro - Ed. Atlas Fortuna, Eduardo - Mercado Financeiro: produtos e serviços - Ed. Qualitymark Lemes Jr.; Antonio B.; Rigo, Cláudio M; e Cherobin, Ana Paula M.S. - Administração Financeira: Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras - Ed. Campus Lima, Lima e Pimentel - Curso de Mercado Financeiro - ed. Atlas</p> |

1. O Mercado de Ações – conceito, estrutura e principais características

Quando os agentes econômicos formam poupança, ou seja, consomem menos do que ganham, são chamados de **agentes superavitários**. Quando, por outro lado, consomem mais que sua renda e precisam recorrer à terceiros, são conhecidos como **agentes deficitários**.



Sistema Financeiro: conjunto de instituições e instrumentos que viabilizam o fluxo financeiro entre os poupadores e os tomadores na economia.

1. O Mercado de Ações – conceito, estrutura e principais características



Na relação que se estabelece no mercado de capitais, os investidores, ao emprestarem seus recursos para as empresas, adquirem títulos, que representam as condições do negócio, chamados de valores mobiliários.

Podem ser títulos de dívida, em que se estabelece uma relação de crédito entre as partes tomadora e poupadora ou podem ser títulos patrimoniais em que os investidores se tornam sócios do negócio, com todos os direitos e deveres inerentes, **como é o caso das ações.**

1. O Mercado de Ações – conceito, estrutura e principais características



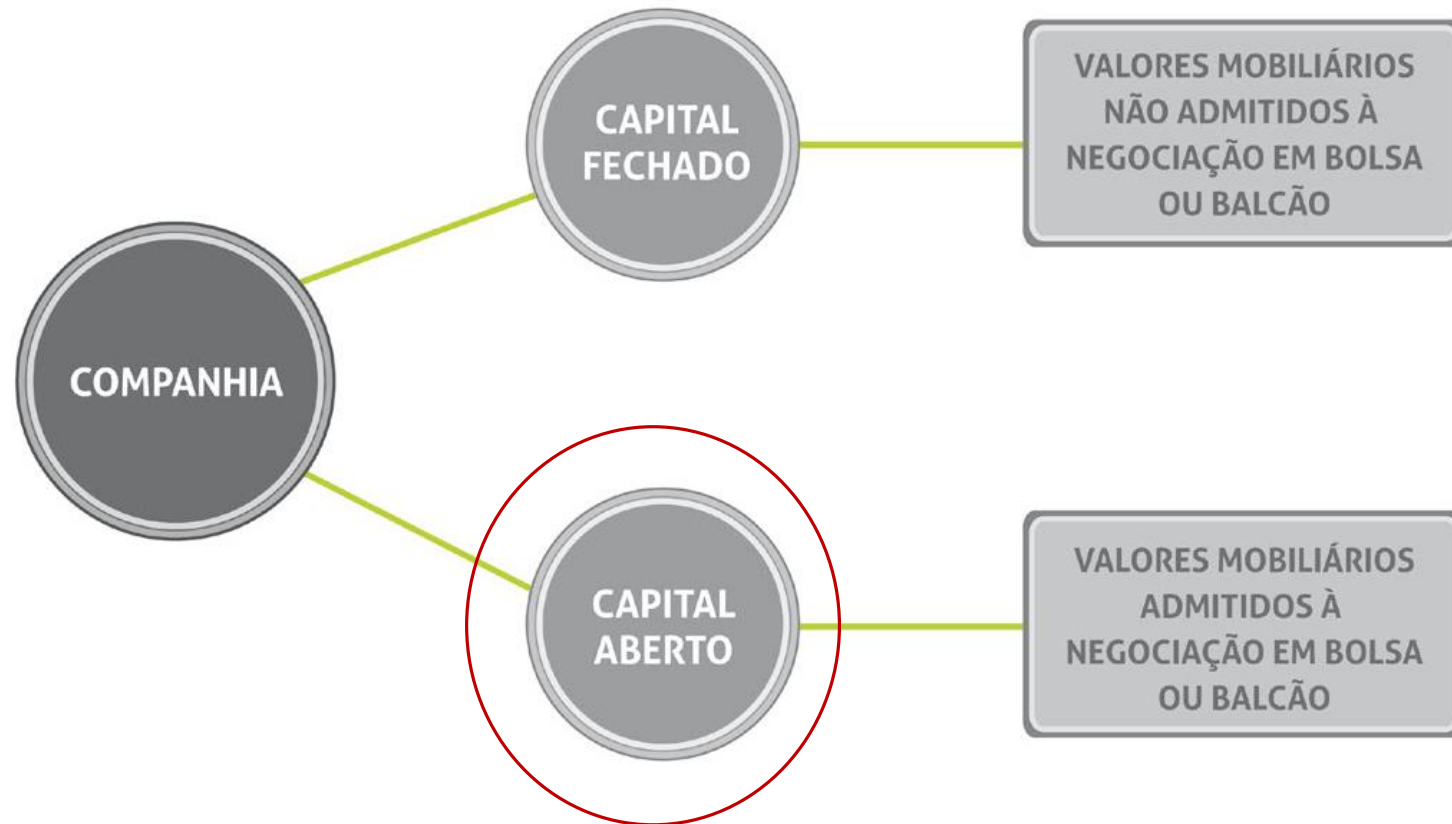
As instituições financeiras que atuam como prestadoras de serviços **não assumem a responsabilidade** pelo cumprimento das obrigações estabelecidas e formalizadas entre os emissores dos títulos e os investidores. Assim, a responsabilidade pelo pagamento é da emissora, e não da instituição financeira que a tenha assessorado ou participado do processo.

Em síntese, uma empresa que esteja diante da necessidade de novos investimentos possui três possíveis fontes para captação de recursos. A escolha de uma das alternativas é uma decisão financeira e estratégica da empresa, que deverá avaliar os custos e benefícios de cada opção:

- 1) Utilização de recursos próprios, como os lucros acumulados pela companhia.
- 2) Contratação de financiamento bancário, através das linhas de crédito tradicionais ou linhas de financiamento governamentais, como o BNDES.
- 3) Utilização do mercado de capitais, por meio de emissão pública de ativos diretamente aos investidores.

Do ponto de vista dos investidores, o mercado de capitais surge como alternativa às aplicações tradicionais em produtos oferecidos pelos bancos ou pelo governo. É nesse mercado que os poupadores têm a oportunidade de participar de empreendimentos que consideram interessantes, desde que dispostos a assumir os riscos daí decorrentes.

Conceitua-se o **mercado de capitais**, portanto, como o segmento do mercado financeiro em que são criadas as condições para que as empresas captem recursos diretamente dos investidores, através da emissão de instrumentos financeiros, com o objetivo principal de financiar suas atividades ou viabilizar projetos de investimentos.



2. Por que uma empresa abre seu capital?

A sociedade por ações:

Art. 1º A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas. (Lei 6.404/76, popularmente conhecida como “Lei das S.A.”)

2. Por que uma empresa abre seu capital?

Na Bolsa, há companhias listadas desde 1910. Por que abriram o capital? Qual foi a motivação que as levou a tomar essa decisão tão importante? Quais são as vantagens desse processo?

Para essas perguntas, não existe resposta única, uma vez que a realidade das empresas difere muito entre si. Muitas vezes, uma mesma companhia realiza diversas colocações de ações após a abertura de capital, tendo cada uma delas um objetivo específico.

- 1) Acesso ao capital
- 2) Imagem institucional

Movida movimentada R\$ 645 milhões no primeiro IPO de 2017

Locadora de carros saiu na frente entre as empresas que prometem lançar ações na Bolsa brasileira este ano; ação, porém, foi precificada abaixo da estimativa inicial

Fernanda Guimarães, O Estado de S.Paulo
06 Fevereiro 2017 | 18h55

[SIGA O ESTADÃO](#)

Mercado de IPO no Brasil pode levantar cerca de R\$ 50 bi em 2017, diz CEO da Bolsa [COMENTE](#)

 REUTERS
02/10/2017 | 10h47

06/09/2017 às 10h27

Acionistas do Burger King no Brasil estudam IPO, dizem fontes

Ofertas públicas ocorridas no Brasil em 2017

A oferta da Camil trata-se da 8ª abertura de capital da bolsa brasileira neste ano, um dos anos mais aquecidos em quase dez anos. Antes dela, abriram capital na B3 as seguintes empresas: Carrefour (CRFB3), IRB Resseguros (IRBR3), Ômega Energia (OMGE3), Biotoscana (GBIO33), Instituto Hermes Pardini (PARD3), Azul Linhas Aéreas (AZUL4) e Movida (MOVI3).

http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/ofertas-publicas/sobre-ofertas-publicas/

Maiores IPO's do mundo:

- 1) **Alibaba** é o um grupo chinês equivalente a empresas como eBay, Amazon, e Paypal, tudo em um. **25 bilhões** de dólares em um dia.

- 2) **Visa**: na época de seu IPO, no final de 2008, a empresa tinha 1.5 bilhões de seus cartões de créditos circulando pelo mundo inteiro. **17,9 bilhões** de dólares.
- 3) **Enel** é uma empresa de utilidade elétrica italiana, uma das maiores na Europa e no mundo. Levantou **16,5 bilhões** de dólares.
- 4) **Facebook** – **16 bilhões** de dólares. Sócio majoritário: Mark Zuckerberg



Como saber se um IPO é interessante?

“Prospecto é o documento elaborado pelo ofertante em conjunto com a instituição líder da distribuição, obrigatório nas ofertas públicas de distribuição de que trata esta Instrução, e que contém informação completa, precisa, verdadeira, atual, clara, objetiva e necessária, em linguagem acessível, de modo que os investidores possam formar criteriosamente a sua decisão de investimento.”

Instrução CVM 400/03

Espécies das ações

As ações podem ser de diferentes espécies, conforme os direitos que concedem a seus acionistas. O Estatuto Social das companhias define as características de cada espécie de ações, que podem ser:

Ação Ordinária (ON): Sua principal característica é conferir ao seu titular direito a voto nas Assembleias de acionistas.

Ação Preferencial (PN): O Estatuto retira dessa espécie de ação o direito de voto. Em contrapartida, concede outras vantagens, tais como prioridade na distribuição de dividendos ou no reembolso de capital. As ações preferenciais podem ser divididas em classes, tais como, classe “A”, “B” etc. Os direitos de cada classe constam do Estatuto Social.

Espécies das ações

ON 3 e PN 4

Ações ON são sempre 3, já as PN podem ser 4, 5 ou 6 normalmente.

O que as diferencia são as classes: 4 para classe A, 5 para classe B e assim por diante. Cada classe de ações preferenciais têm seus próprios direitos e restrições, principalmente referente ao recebimento de dividendos, diferenciando-se a porcentagem.







Aconselha-se a leitura do estatuto da empresa para entender essa divisão.

Espécies das ações

Ações preferenciais Classe A são representadas pela inserção do número “5” após a sigla da empresa (exemplo: **USIM5** — ação preferencial Classe A da Usiminas), o que quer dizer que possuem um recebimento mínimo de dividendo.

Por outro lado, ações preferenciais Classe B são representadas pela inserção do número “6” após a sigla da empresa (exemplo: **ELET6** — ação preferencial Classe B da Eletrobras), o que indica que pagam um dividendo fixo e pré-estabelecido.

No Brasil, em geral, as ações preferenciais possuem melhor liquidez em bolsa que as ordinárias.

| Empresa | | Código | Tipo | Setor |
|---|----------------|--------|------|----------------|
|  | Natura | NATU3 | ON | Cosméticos |
|  | Petrobras | PETR3 | ON | Petróleo e Gás |
| | | PETR4 | PN | |
|  | Bradesco | BBDC3 | ON | Financeiro |
| | | BBDC4 | PN | |
|  | Vale | VALE3 | ON | Mineração |
| | | VALE4 | PN | |
|  | Abril Educação | ABRE11 | Unit | Educação |
|  | Santander | SANB11 | Unit | Financeiro |

Menos comuns no mercado brasileiro, as Units são ativos compostos por mais de uma classe de valores mobiliários como, por exemplo, um conjunto de ações ordinárias e preferenciais.

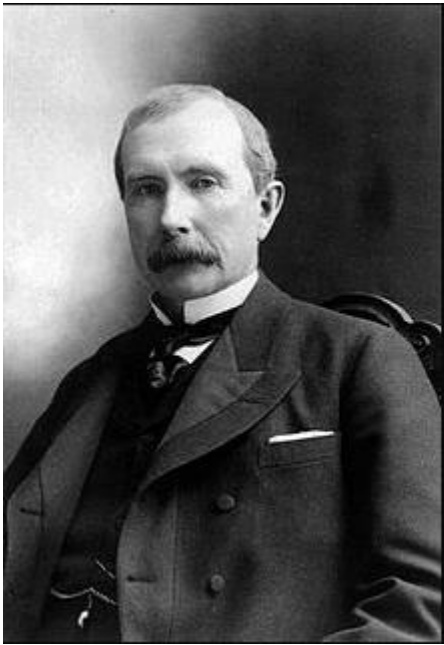
A codificação das Units possui quatro letras e mais o número 11. Ex.: **SANB11** – Unit – Santander BR

O acionista e seus direitos

Participação nos Resultados - Os Lucros e Dividendos

A Lei das S.A. determina que, do resultado do exercício, deverão ser deduzidos os prejuízos acumulados em exercícios anteriores, constituída uma provisão para pagamento do imposto de renda, participações estatutárias de empregados e administradores, além de outras deduções determinadas ou permitidas pela legislação. O valor que encontramos após estas operações denomina-se “**lucro líquido**”.

Chamamos de dividendo a parcela do lucro líquido que, após a aprovação da Assembleia Geral Ordinária, será destinada aos acionistas da companhia. O montante dos dividendos deverá ser dividido entre as ações existentes, para sabermos quanto será devido aos acionistas por cada ação que eles possuem.



Do you know the only thing that gives me pleasure? It's to see my dividends coming in.

(John D. Rockefeller)

IMPOSTO SOBRE OS DIVIDENDOS

Uma grande vantagem para o investidor é recebimento de **dividendos livre de impostos**. Isso porque a distribuição é feita em cima do **lucro líquido**, depois que o imposto de renda e quaisquer outros impostos já foram recolhidos.

Logo, o valor divulgado será exatamente o que você irá receber.

Só é preciso informar no programa de declaração de **imposto de renda** da Receita Federal, o valor recebido em "Rendimentos Isentos e Não Tributáveis" e nome da empresa pagadora.

The image shows a cityscape with modern skyscrapers under a clear blue sky. In the top left corner, the text 'B3' is displayed in a large, white, sans-serif font. Below it, the phrase 'INTEGRAMOS PARA POTENCIALIZAR' is written in a smaller, white, sans-serif font. A green rectangular button with the text 'SAIBA MAIS' in white is positioned below the text. On the right side of the image, the B3 logo is shown in white, consisting of a large 'B' inside square brackets with a superscript '3' to the right. To the right of the logo, the words 'BRASIL BOLSA BALCÃO' are written in a light blue, sans-serif font, stacked vertically.

B3

INTEGRAMOS PARA POTENCIALIZAR

SAIBA MAIS

[B]³ BRASIL
BOLSA
BALCÃO

Bolsa de Valores

O desenvolvimento do mercado **primário** de valores mobiliários depende da solidez do mercado **secundário** existente, ou seja, da possibilidade de os investidores subscritores das emissões conseguirem negociar posteriormente os valores mobiliários entre si.

Isso é relevante porque, por diversas razões, os investidores podem precisar se desfazer de seus investimentos antes do prazo de vencimento. Além disso, no caso das ações, os títulos sequer têm vencimento, já que as companhias não têm obrigação de resgatá-las.

O que é a Bolsa de Valores?

Poucos investidores se interessariam em adquirir ações em uma oferta pública, se não existisse um mercado organizado em que pudessem se desfazer de seus investimentos a qualquer tempo.

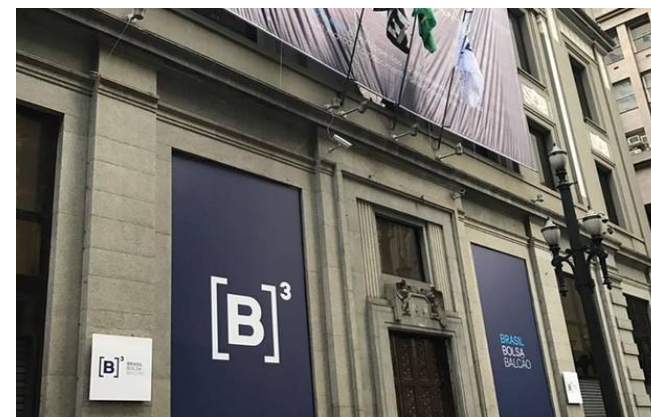
Evidentemente, cada investidor poderia negociar diretamente com outro, mas esse sistema seria ineficiente no que diz respeito ao encontro de propostas, à definição de preços, transparência e divulgação das informações, segurança na liquidação, entre outros.

Os mercados de bolsa buscam justamente eliminar essa ineficiência.

A principal função dos mercados de bolsa e de balcão é organizar, manter, controlar e garantir ambientes ou sistemas propícios para o encontro de ofertas e a realização de negócios com formação eficiente de preços, transparência e divulgação de informações e segurança na compensação e liquidação dos negócios.

No Brasil, temos a BM&FBOVESPA como principal entidade administradora de mercado de bolsa para as negociações de ações.

Além da BM&FBOVESPA, a Cetip também atua como entidade administradora de mercados organizados. Oferece serviços de registro, central depositária, negociação e liquidação de ativos e títulos, é líder no registro e depósito de ativos de Renda Fixa e Derivativos de Balcão, além de concentrar grande parte das negociações eletrônicas de títulos públicos e privados.



Painel de cotações

| COTAÇÕES | | | | | | | |
|----------|----------|-----------|----------|------------|-----------|-----------|-----------|
| AÇÕES | | | | | | | |
| ATIVO | VAR. (%) | ÚLTIMO | VOLUME | FECHAMENTO | MÍNIMO | MÁXIMO | MÉDIO |
| IBOV | 0,34% | 72.731,83 | 6,382B | 72.731,83 | 72.489,15 | 73.425,31 | 73.096,81 |
| GOAU4 | 2,88% | 5,35 | 90,450M | 5,35 | 5,20 | 5,46 | 5,34 |
| PETR4 | 0,59% | 15,35 | 615,406M | 15,35 | 15,35 | 15,68 | 15,54 |
| ITUB4 | 0,86% | 42,25 | 423,791M | 42,25 | 42,20 | 42,65 | 42,42 |
| BBDC4 | 0,27% | 32,96 | 302,871M | 32,96 | 32,91 | 33,50 | 33,26 |
| BBAS3 | 0,58% | 30,95 | 191,757M | 30,95 | 30,95 | 31,61 | 31,35 |
| ABEV3 | 1,45% | 21,02 | 396,173M | 21,02 | 20,74 | 21,10 | 20,97 |
| USIM5 | -0,92% | 8,66 | 176,679M | 8,66 | 8,50 | 8,92 | 8,64 |
| MGLU3 | 8,53% | 69,96 | 342,238M | 69,96 | 66,00 | 70,46 | 68,43 |

Painel de cotações

| ATIVO | VAR. [%] | ÚLTIMO | VOLUME | FECHAMENTO | MÍNIMO | MÁXIMO | MÉDIO |
|-------|----------|-----------|----------|------------|-----------|-----------|-----------|
| IBOV | 0,00% | 75.756,51 | 11,282B | 75.756,51 | 74.647,74 | 75.820,26 | 75.390,55 |
| PETR4 | 0,13% | 15,06 | 720,622M | 15,04 | 14,99 | 15,17 | 15,08 |
| VALE5 | 3,49% | 32,06 | 484,551M | 32,06 | 30,51 | 32,06 | 31,80 |
| ITUB4 | 1,61% | 43,52 | 884,035M | 43,63 | 42,70 | 43,81 | 43,49 |
| BBDC4 | 1,96% | 35,83 | 626,520M | 35,89 | 34,98 | 35,93 | 35,75 |
| BBAS3 | 1,43% | 34,10 | 411,078M | 34,11 | 33,50 | 34,45 | 34,05 |
| ABEV3 | 0,99% | 21,40 | 560,857M | 21,46 | 21,09 | 21,56 | 21,37 |
| BRFS3 | 2,31% | 46,45 | 197,602M | 46,37 | 45,43 | 46,45 | 46,16 |
| EMBR3 | 0,27% | 18,54 | 83,204M | 18,60 | 18,45 | 18,69 | 18,60 |

Lei da oferta e procura

Se uma ação vale R\$ 10,00, é porque um comprador encontrou um vendedor nesse preço. Ou seja, o preço de uma ação é simplesmente reflexo da interação entre os compradores e vendedores.

Se em determinado dia houver muito mais compradores do que vendedores, a demanda por aquela ação aumenta, a oferta diminui e a tendência é que os preços subam.

Lei da oferta e procura

Por outro lado, se o número de pessoas querendo vender aquela ação aumenta e o número de pessoas querendo comprá-la diminui, os preços tendem a cair.

Assim, a análise técnica tenta identificar padrões e tendências no comportamento dos compradores e vendedores para entender qual o cenário mais provável para o futuro próximo, utilizando estudos baseados em probabilidade estatística.

Lei da oferta e procura

O preço da ação é formado simplesmente pela interação entre os compradores e os vendedores das ações.

Isso fica fácil de entender quando observamos o Book de Ofertas, onde podemos ver de um lado os compradores e do outro os vendedores, que enviam as suas ofertas dando origem aos preços.

VALE PNA N1

25.48

VALE5

0,71%

[AÇÃO] 16:53:59

< Detalhes

Ofertas

Negócio >

 Agrupar

| # | QTD. | COMPRA | VENDA | QTD. | CV |
|----|--------|--------|-------|--------|----|
| 7 | 9.800 | 25,46 | 25,48 | 15.100 | 2 |
| 13 | 23.500 | 25,45 | 25,49 | 300 | 2 |
| 16 | 24.700 | 25,44 | 25,50 | 11.300 | 9 |
| 12 | 38.000 | 25,43 | 25,51 | 6.400 | 4 |
| 10 | 31.100 | 25,42 | 25,52 | 8.800 | 4 |

GOL PN N2

7.68

GOLL4

-0,26%

[AÇÃO] 16:54:46

< Detalhes

Ofertas

Negócio >

 Agrupar

| # | QTD. | COMPRA | VENDA | QTD. | CV |
|---|--------|--------|-------|--------|----|
| 4 | 2.700 | Aber | Aber | 6.000 | 4 |
| 3 | 3.900 | 7,66 | 7,68 | 5.100 | 4 |
| 1 | 22.300 | 7,65 | 7,69 | 10.600 | 4 |
| 3 | 8.600 | 7,63 | 7,70 | 25.200 | 8 |
| 4 | 16.800 | 7,62 | 7,71 | 7.700 | 2 |

Formação dos preços

Portanto, no fim das contas o que forma o preço das ações de uma empresa na bolsa não é a situação do país, os aspectos macroeconômicos ou as notícias, mas sim de que maneira os compradores e vendedores interpretam esses fatos na hora de tomarem suas decisões.

E é nesse ponto que entra a análise técnica, já que os preços são definidos pela **briga entre os compradores e vendedores**.

Custos envolvidos ao se investir em ações

É muito importante que você conheça os custos envolvidos em cada investimento antes de aplicar seu dinheiro.

A compra de ações, por exemplo, **deve ser feita por intermédio de uma corretora** de valores que seja membro da BM&FBovespa. As corretoras cobram taxas de corretagem e colocam à disposição de seus clientes o **home broker**, sistema de negociação de ações via Internet.

Custos envolvidos ao se investir em ações

Além disso, a negociação de ações, como a maioria dos investimentos, envolve alguns impostos que precisam ser entendidos e considerados na hora de investir. Um bom controle tributário pode representar um diferencial de ganho mais adiante.

Mas lembre-se sempre que, ao fazer um investimento, você deve considerar uma série de fatores. O custo é apenas um deles. Sua decisão deve estar baseada em seus objetivos, sua tolerância ao risco e no seu horizonte de tempo.

Custos

Corretagem: É o principal custo quando você compra ações por meio de uma corretora de valores. A taxa de corretagem pode ser um valor fixo ou um valor variável, proporcional ao volume total das operações realizadas. Esse custo varia de acordo com a corretora. Portanto, vale fazer uma pesquisa antes de decidir a instituição.

Custos

Taxa de custódia: É uma taxa cobrada pela corretora pela manutenção dos seus ativos sob guarda da instituição custodiante. Dependendo da corretora e do montante dos recursos aplicados, essa taxa pode até não ser cobrada.

Emolumentos, liquidação e registro: A BM&FBovespa cobra dos investidores taxas para cobrir os custos operacionais relacionados à realização de negócios no mercado de ações. São percentuais que incidem sobre o valor de cada operação feita no pregão. Para conhecer mais detalhes sobre esses custos, acesse o site: www.bmfbovespa.com.br.

Impostos

A maior parte dos investimentos em renda variável tem alíquota de IR (Imposto de Renda) de 15%, mas é importante entender os detalhes. O IR é um tributo cobrado das pessoas físicas e jurídicas sobre o rendimento recebido - seja em uma aplicação financeira, seja em uma atividade comercial ou profissional. Nos investimentos em ações são cobradas as seguintes alíquotas:

| Operações/Ativos | Imposto de Renda |
|--|--|
| Venda de ações | 15% sobre rendimento líquido* e 0,005% retido na fonte como antecipação. |
| <i>Day-trade</i> (operações iniciadas e encerradas no mesmo dia) | 20% sobre rendimento líquido* e 1% retido na fonte como antecipação. |
| Dividendos | Os ganhos com dividendos são isentos, pois o lucro que lhes deu origem já foi tributado. |
| Juros sobre capital próprio | 15% sobre o valor pago pela empresa ao acionista. |

Estão isentos do IR os ganhos líquidos auferidos por pessoa física em operações no mercado à vista de ações, caso o valor vendido em cada mês seja igual ou inferior a R\$ 20.000 para o conjunto de ações.

O IR deverá ser recolhido via DARF (Documento de Arrecadação da Receita Federal) até o último dia útil do mês subsequente ao da venda das ações.

Pontos Importantes

Fato gerador do IR: No caso do mercado acionário, o fato gerador do imposto de renda (IR) é a apuração de lucro na venda das ações. Enquanto o investidor não as vende, o IR não é devido.

Alíquota: A alíquota do IR é de 15% sobre o lucro. Em operações de compra e venda no mesmo dia, “day trade” em inglês, a alíquota sobe para 20%.

Pontos Importantes

Isenção Tributária: Há uma isenção tributária para vendas até R\$ 20 mil por mês. Contudo, caso a venda supere R\$ 20 mil, o lucro deve ser calculado sobre o valor total.

Suponha que o investidor tenha comprado ações no montante de R\$ 10 mil e seis meses depois essa carteira valha R\$ 24 mil. Para se beneficiar da isenção, ele deve vender R\$ 20 mil em um mês e R\$ 4 mil em outro mês.

Se vender todas as ações no mesmo mês, será calculado IR sobre o lucro de R\$ 14 mil (R\$ 24 mil – R\$ 10 mil).

Compensação de prejuízos: Caso o investidor apure um prejuízo após a venda, ele pode compensá-lo posteriormente. Usando o exemplo acima, suponha que a carteira tenha se depreciado de R\$ 10 mil para R\$ 6 mil.

Pontos Importantes

Compensação de prejuízos: Caso o investidor apure um prejuízo após a venda, ele pode compensá-lo posteriormente. Usando o exemplo acima, suponha que a carteira tenha se depreciado de R\$ 10 mil para R\$ 6 mil. O prejuízo de R\$ 4 mil poderá ser abatido de lucros futuros.

Calculadoras das corretoras

Principais funcionalidades do Home Broker

O *home broker* é uma ferramenta de acesso aos mercados da bolsa, oferecida por quase todas as corretoras, por meio da qual os investidores podem negociar diretamente pela internet, enviando ordens de compra e venda. Pelo home broker, os investidores podem também verificar a execução das ordens e ter acesso às cotações dos ativos negociados.

As ofertas enviadas pelo cliente trafegam pela infraestrutura tecnológica da corretora antes de alcançarem as plataformas de negociação da bolsa. Ou seja, nas operações via *home broker* o cliente conecta o sistema da corretora, que recebe as informações e faz a conexão com os sistemas da bolsa.

Mesa de Operações

Além do *home broker*, as instituições oferecem outras formas para envio de ordens, como a mesa de operações. Esse serviço coloca um grupo de profissionais à disposição dos clientes, para orientação e execução de ordens.

Esses profissionais executam ordens, disponibilizam informações sobre os mercados, produtos e riscos e informam sobre análises e recomendações realizadas pelos analistas.

A mesa de operações pode agir sob demanda ou de forma ativa, entrando em contato com o cliente para informar sobre preços ou dar sugestões. Além de chat e email, o acesso à mesa de operações é realizado por telefone, o que torna esse meio de acesso uma contingência para o investidor do *home broker* em caso de falha das conexões via internet.

Como são avaliadas as ações?

A análise de investimentos tem por objetivo definir expectativas de preços futuros baseado em um conjunto de técnicas, que podem ser usadas de forma integrada, ou separadamente, dependendo da especialização do analista e da forma como os diversos profissionais interagem no processo de recomendação, escolha e decisão de investimentos.

Utilizaremos a Análise Técnica e a Análise Fundamentalista.

Classificação dos Investidores

Existe uma grande variedade de investidores no mercado, com características e objetivos próprios. Há os investidores individuais, como a maioria das pessoas físicas e jurídicas, investidores institucionais, como os fundos de investimento e fundos de previdência, além de investidores estrangeiros, apenas para citar alguns.

Os objetivos de investimento são variados. Uns investem com foco no curto prazo, outros pensam em um horizonte de tempo mais longo. Há investidores mais conservadores com relação ao risco, outros mais moderados, enquanto alguns são agressivos.

Classificação dos Investidores

Não existe uma receita única de modelagem.

Portanto, a análise de investimento deve ser flexível. O analista deve construir modelos que considerem o perfil do investidor e suas expectativas.

Você é um investidor de que perfil?



O EXAME CGRPPS

TÓPICO 5

Mercado Financeiro

CAPACITAÇÃO

V) MERCADO FINANCEIRO

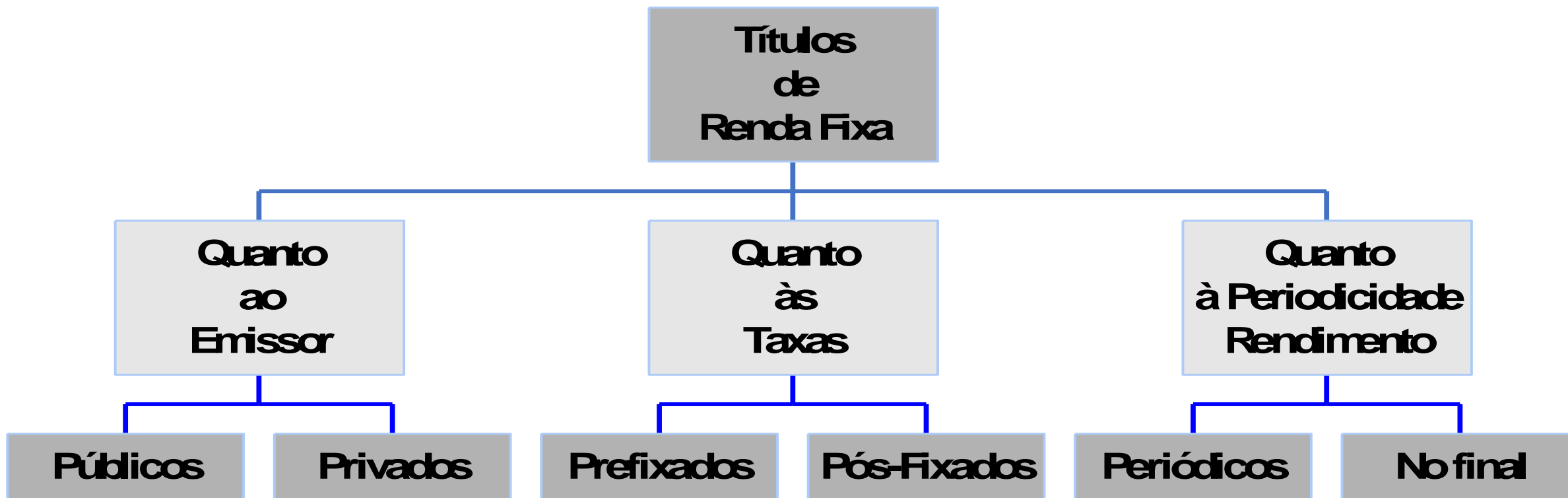
| | |
|---|--|
| Títulos de renda fixa Títulos Públicos e Privados Operações definitivas e compromissadas Negociação, liquidação e custódia - CETIP/SELIC Marcação a mercado da carteira de ativos Rentabilidade e riscos dos investimentos | http://www.portaldoinvestidor.gov.br/publicacao/LivroTOP.html www.cetip.com.br www.bcb.org.br |
| 1 - Matemática Financeira da Renda Fixa 1.1 Capitalização 1.2 Juros simples versus juros compostos: valor futuro e valor atual 1.3 Taxas proporcionais e taxas equivalentes 1.4 Taxa nominal e taxa real 1.5 Taxa interna de retorno | Faro, Clovis de - Princípios e Aplicações de Cálculo Financeiro - ed. LTC Juer, Milton - Praticando e Aplicando matemática Financeira - Ed. Qualitymark Ross, S.A.; Westerfield, R.W. e Jaffe, J.F. - Administração Financeira - Ed. Atlas |
| 2 - Estatística Básica 2.1 Medida de retorno: média aritmética 2.2 Medidas de dispersão: desvio padrão e variância | Levine, David M.; Berenson, Mark L.; Stephan, David. Resumindo e descrevendo dados numéricos. Estatística: teoria e aplicações. Rio de Janeiro: LTC, Zentgraf, Roberto. Estatística objetiva. Rio de Janeiro: ZTG. |
| 3 - Títulos de Renda Fixa 3.1 Títulos Públicos: características, mercados primário (leilões) e secundário; Operações compromissadas 3.2 Canais de Distribuição e Tesouro Direto 3.3 Títulos Privados: CDB, CCB: características 3.4 Marcação a mercado: metodologia e curva do papel 3.5 Precificação de títulos | Faria, Rogério Gomes de Mercado financeiro: instrumento e operações. São Paulo: Prentice Hall. Assaf, A. Mercado financeiro Ed. Atlas Fortuna, Eduardo Mercado financeiro: produtos e serviços. Qualitymark Lima, Lima e Pimentel - Curso de Mercado Financeiro - ed. Atlas |
| 4 - Aspectos Tributários | |

Poupança – Como funciona?

SELIC ATUAL: 6%

| Selic | Rendimento (+ TR) |
|--------------|--------------------------|
| 9,00% | 6,17% |
| 8,75% | 6,17% |
| 8,50% | 5,95% |
| 8,25% | 5,78% |
| 8,00% | 5,60% |
| 7,75% | 5,43% |
| 7,50% | 5,25% |
| 7,25% | 5,08% |
| 7,00% | 4,90% |

Renda Fixa



Renda Fixa – Títulos Públicos

Quem investe no **Tesouro Direto**?

Instituições Financeiras (Bancos): 25,01%

Fundos de investimentos: 19,55%

Não-residentes: 18,79%

Governo: 5,77%

Seguradoras: 4,58%

Outros: 4,94% (0,94% pessoas físicas).

Títulos Públicos

Tesouro IPCA

Tesouro IPCA com cupons

Tesouro Prefixado

Tesouro Prefixado com cupons

Tesouro Selic

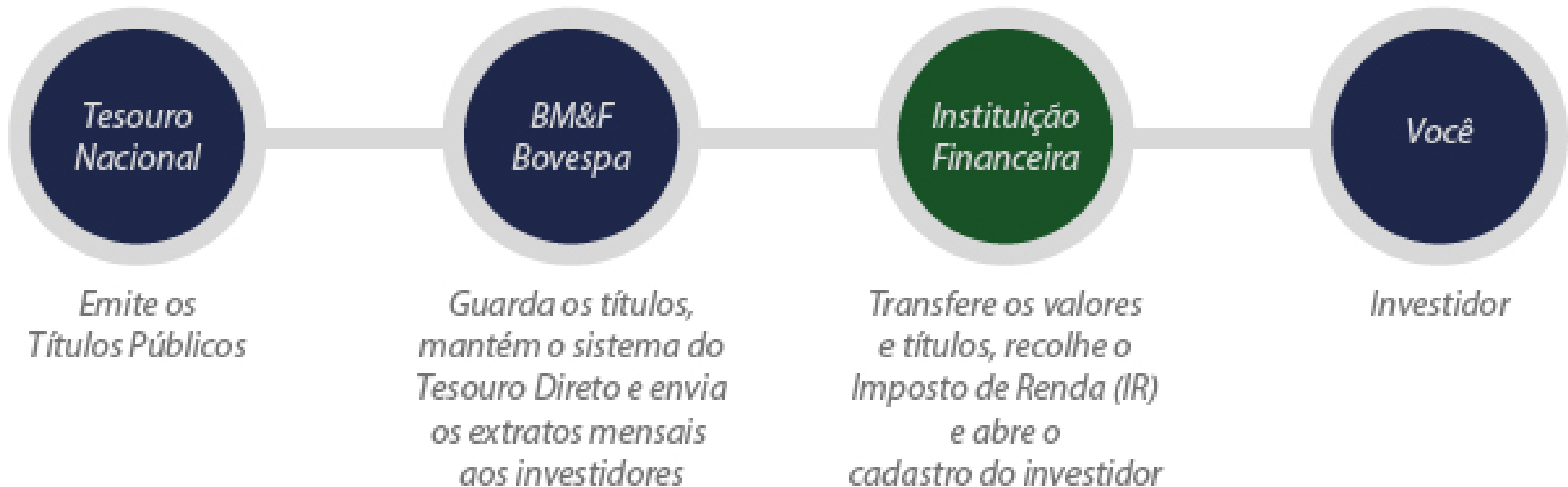
| Mercado Aberto 9h30min às 18h | | Investir | | |
|---|------------|-----------------------------|--------------|----------------|
| Preços e taxas dos títulos públicos disponíveis para investir | | | | |
| Título | Vencimento | Taxa de Rendimento (% a.a.) | Valor Mínimo | Preço Unitário |
| Indexados ao IPCA | | | | |
| Tesouro IPCA+ 2024 (NTNB Princ) | 15/08/2024 | 5,31 | R\$40,40 | R\$2.020,20 |
| Tesouro IPCA+ 2035 (NTNB Princ) | 15/05/2035 | 5,22 | R\$35,36 | R\$1.178,91 |
| Tesouro IPCA+ 2045 (NTNB Princ) | 15/05/2045 | 5,22 | R\$35,48 | R\$709,76 |
| Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2026 (NTNB) | 15/08/2026 | 5,36 | R\$31,13 | R\$3.113,69 |
| Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2035 (NTNB) | 15/05/2035 | 5,25 | R\$32,78 | R\$3.278,44 |
| Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2050 (NTNB) | 15/08/2050 | 5,23 | R\$33,35 | R\$3.335,38 |
| Prefixados | | | | |
| Tesouro Prefixado 2020 (LTN) | 01/01/2020 | 10,18 | R\$30,34 | R\$758,64 |
| Tesouro Prefixado 2023 (LTN) | 01/01/2023 | 10,48 | R\$33,53 | R\$558,90 |
| Tesouro Prefixado com Juros Semestrais 2027 (NTNF) | 01/01/2027 | 10,35 | R\$39,81 | R\$995,34 |
| Indexados à Taxa Selic | | | | |
| Tesouro Selic 2023 (LFT) | 01/03/2023 | 0,06 | R\$85,56 | R\$8.556,80 |

Preços e taxas de referência dos títulos públicos disponíveis para investir.

| Título | Vencimento | Taxa de Rendimento (% a.a.) | Valor Mínimo | Preço Unitário |
|---|------------|-----------------------------|--------------|----------------|
| Indexados ao IPCA | | | | |
| Tesouro IPCA+ 2024 | 15/08/2024 | IPCA + 2,81 | R\$56,39 | R\$2.819,83 |
| Tesouro IPCA+ 2035 | 15/05/2035 | IPCA + 3,55 | R\$37,45 | R\$1.872,72 |
| Tesouro IPCA+ 2045 | 15/05/2045 | IPCA + 3,55 | R\$39,67 | R\$1.322,49 |
| Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2026 | 15/08/2026 | IPCA + 2,96 | R\$38,43 | R\$3.843,89 |
| Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2035 | 15/05/2035 | IPCA + 3,42 | R\$42,80 | R\$4.280,49 |
| Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2050 | 15/08/2050 | IPCA + 3,60 | R\$46,62 | R\$4.662,75 |
| Prefixados | | | | |
| Tesouro Prefixado 2022 | 01/01/2022 | 5,97 | R\$34,87 | R\$871,84 |
| Tesouro Prefixado 2025 | 01/01/2025 | 6,94 | R\$34,90 | R\$698,05 |
| Tesouro Prefixado com Juros Semestrais 2029 | 01/01/2029 | 7,22 | R\$35,84 | R\$1.194,77 |
| Indexados à Taxa Selic | | | | |
| Tesouro Selic 2025 | 01/03/2025 | Selic + 0,02 | R\$102,63 | R\$10.263,56 |

Corretoras

Veja quem é quem na negociação de títulos do Tesouro Direto:



Corretoras

| Instituição Financeira | É Agente Integrado?[1] | Permite aplicação programada? | Taxa de Administração | | Prazo de Repasse dos Recursos (dias úteis)[2] |
|--------------------------------|------------------------|-------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|---|
| | | | Taxa | Descrição | |
| BANCO MODAL | Não | Não | 0,00% | NÃO COBRA TAXA | D + 0 |
| CLEAR CTVM S.A | Não | Sim | 0,00% | Ao ano | D + 1 |
| EASYNVEST - TITULO CV S.A. | Sim | Sim | 0,00% | Não cobra taxa | D + 0 |
| MODAL DTVM LTDA | Sim | Sim | 0,00% | NÃO COBRA TAXA | D + 0 |
| TULLETT PREBON BRASIL S.A. CVC | Não | Sim | 0,00% | Não cobra taxa | D + 1 |
| UBS BRASIL CCTVM S.A. | Não | Não | 0,06% | Entre 0,06 e 0,20 ao ano | D + 0 |
| SPINELLI S.A. CVMC | Sim | Sim | 0,08% | Cobrança ao ano | D + 0 |
| CONCORDIA S.A. CVMCC | Não | Não | 0,10% | Entre 0,10% e 0,35% | D + 1 |
| GUIDE INVESTIMENTOS S.A. CV | Sim | Não | 0,10% | Entre 0,10% à 0,39% ao Ano | D + 0 |
| H.H. PICCHIONI S.A. CCVM | Sim | Sim | 0,10% | Cobrança de 0,10% a 0,30% ao ano. | D + 0 |
| INTERMEDIUM DTVM LTDA | Não | Não | 0,10% | Entre 0,10% e 0,20% ao ano. | D + 0 |
| NOVA FUTURA CTVM LTDA | Sim | Sim | 0,10% | Cobrança ao ano | D + 0 |
| PAX CVC S/A | Não | Sim | 0,10% | Cobrança ao ano | D + 0 |
| RICO CTVM | Sim | Sim | 0,10% | Cobrança ao ano. | D + 0 |
| SOCOPA SC PAULISTA S.A. | Sim | Sim | 0,10% | Cobrança ao ano. | D + 0 |
| XP INVESTIMENTOS CCTVM S/A | Sim | Sim | 0,10% | Cobrança ao ano | D + 0 |
| H.COMMCOR DTVM LTDA | Sim | Sim | 0,15% | cobrança ao ano | D + 0 |

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/tesouro-direto-instituicoes-financeiras-habilitadas>

Simulação Básica

| | | |
|--|---------------------|---|
| Título: | Tesouro Selic (LFT) | ? |
| Data da Compra: | 06/10/2015 | ? |
| Data do Vencimento: | 01/03/2021 | ? |
| Valor Investido: | 10.000,00 | ? |
| Taxa do Papel na Compra (%a.a.): | 0,00 | ? |
| Taxa de administração do banco/corretora (% a.a.): | 0,50 | ? |
| Taxa Selic para o Período (%a.a.): | 14,15 | ? |

Calcular



Limpar



Simulação Avançada - Venda Antecipada (opcional) ▼

RESULTADO DA SIMULAÇÃO

Título: LFT

| | |
|---|---------------|
| Dias corridos entre a data de compra e a de vencimento: | 1972 |
| Dias corridos entre a data de compra e a de venda: | 1972 |
| Dias úteis entre a data de compra e a de vencimento: | 1351 |
| Dias úteis entre a data de compra e a de venda: | 1351 |
| Valor investido líquido: | R\$ 10.000,00 |
| Rentabilidade bruta (a.a.): | 14,04% |
| Taxa de Negociação (0,0%): | R\$ 0,00 |
| Taxa de administração na entrada: | R\$ 50,00 |
| Valor investido bruto: | R\$ 10.050,00 |
| Valor bruto do resgate: | R\$ 20.329,88 |
| Valor da taxa de custódia do resgate: | R\$ 245,67 |
| Valor da taxa de administração do resgate: | R\$ 333,63 |
| Alíquota média de imposto de renda: | 15,00% |
| Imposto de renda: | R\$ 1.462,59 |
| Valor líquido do resgate: | R\$ 18.287,99 |
| Rentabilidade líquida após taxas e I.R. (a.a.): | 11,81% |

Simulação Básica

| | | |
|--|--|---|
| Título: | Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B) | ? |
| Data da Compra: | 06/10/2015 | ? |
| Data do Vencimento: | 15/08/2020 | ? |
| Valor Investido: | 10.000,00 | ? |
| Taxa do Papel na Compra (%a.a.): | 7,14 | ? |
| Taxa de administração do banco/corretora (% a.a.): | 0,50 | ? |
| Taxa de Inflação (IPCA) para o Período (%a.a.): | 6,17 | ? |

RESULTADO DA SIMULAÇÃO

Remuneração do título no período - Fluxo de pagamento de juros semestrais (cupons)

| Data | Dias Úteis | Dias Corr. | R\$ Bruto | Aliq. IR | R\$ IR | R\$ Custódia | R\$ Adminis. | R\$ Líquido |
|------------|------------|------------|-----------|----------|--------|--------------|--------------|-------------|
| 15/08/2020 | 1218 | 1774 | 14.272,79 | 15,00 | 654,44 | 21,35 | 35,58 | 13.561,41 |
| 15/02/2020 | 1094 | 1592 | 397,78 | 15,00 | 59,67 | 20,85 | 34,75 | 282,50 |
| 15/08/2019 | 965 | 1408 | 385,95 | 15,00 | 57,89 | 19,79 | 32,98 | 275,29 |
| 15/02/2019 | 841 | 1227 | 374,66 | 15,00 | 56,20 | 19,44 | 32,40 | 266,62 |
| 15/08/2018 | 715 | 1043 | 363,52 | 15,00 | 54,53 | 18,47 | 30,78 | 259,75 |
| 15/02/2018 | 589 | 862 | 352,89 | 15,00 | 52,93 | 18,14 | 30,23 | 251,58 |
| 15/08/2017 | 465 | 678 | 342,40 | 17,50 | 59,92 | 17,25 | 28,74 | 236,49 |
| 15/02/2017 | 342 | 497 | 332,38 | 17,50 | 58,17 | 16,96 | 20,28 | 236,98 |
| 15/08/2016 | 214 | 313 | 322,50 | 20,00 | 64,50 | 16,20 | 0,00 | 241,80 |
| 15/02/2016 | 87 | 131 | 313,01 | 22,50 | 50,14 | 11,27 | 0,00 | 251,60 |

Título: NTN-B

| | |
|---|---------------|
| Dias corridos entre a data de compra e a de vencimento: | 1774 |
| Dias corridos entre a data de compra e a de venda: | 1774 |
| Dias úteis entre a data de compra e a de vencimento: | 1218 |
| Dias úteis entre a data de compra e a de venda: | 1218 |
| Valor investido líquido: | R\$ 10.000,00 |
| Rentabilidade bruta (a.a.): | 13,67% |
| Taxa de Negociação (0,0%): | R\$ 0,00 |
| Taxa de administração na entrada: | R\$ 50,00 |
| Valor investido bruto: | R\$ 10.050,00 |
| Valor bruto dos cupons e do resgate: | R\$ 17.457,87 |
| Valor da taxa de custódia dos cupons e do resgate: | R\$ 179,71 |
| Valor da taxa de administração dos cupons e do resgate: | R\$ 245,75 |
| Alíquota média de imposto de renda: | 15,67% |
| Imposto de renda: | R\$ 1.168,39 |
| Somatório dos valores líquidos dos cupons e do resgate: | R\$ 15.864,02 |
| Rentabilidade líquida após taxas e I.R. (a.a.): | 11,15% |

Simulação Básica

| | | |
|--|-------------------------|---|
| Título: | Tesouro Prefixado (LTN) | ? |
| Data da Compra: | 06/10/2015 | ? |
| Data do Vencimento: | 06/10/2016 | ? |
| Valor Investido: | 10.000,00 | ? |
| Taxa do Papel na Compra (%a.a.): | 15,25 | ? |
| Taxa de administração do banco/corretora (% a.a.): | 0,50 | ? |

RESULTADO DA SIMULAÇÃO

Título: LTN

| | |
|---|---------------|
| Dias corridos entre a data de compra e a de vencimento: | 365 |
| Dias corridos entre a data de compra e a de venda: | 365 |
| Dias úteis entre a data de compra e a de vencimento: | 251 |
| Dias úteis entre a data de compra e a de venda: | 251 |
| Valor investido líquido: | R\$ 10.000,00 |
| Rentabilidade bruta (a.a.): | 14,68% |
| Taxa de Negociação (0,0%): | R\$ 0,00 |
| Taxa de administração na entrada: | R\$ 49,86 |
| Valor investido bruto: | R\$ 10.049,86 |
| Valor bruto do resgate: | R\$ 11.518,61 |
| Valor da taxa de custódia do resgate: | R\$ 32,19 |
| Valor da taxa de administração do resgate: | R\$ 0,00 |
| Alíquota média de imposto de renda: | 17,50% |
| Imposto de renda: | R\$ 260,12 |
| Valor líquido do resgate: | R\$ 11.226,30 |
| Rentabilidade líquida após taxas e I.R. (a.a.): | 11,76% |

Simulação Básica

| | | |
|--|--|---|
| Título: | Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F) ▾ | ? |
| Data da Compra: | 06/10/2015 | ? |
| Data do Vencimento: | 01/01/2025 | ? |
| Valor Investido: | 5.000.000,00 | ? |
| Taxa do Papel na Compra (%a.a.): | 15,31 | ? |
| Taxa de administração do banco/corretora (% a.a.): | 0,50 | ? |

Remuneração do título no período - Fluxo de pagamento de juros semestrais (cupons)

| Data | Dias Úteis | Dias Corr. | R\$ Bruto | Aliq. IR | R\$ IR | R\$ Custódia | R\$ Adminis. | R\$ Líquido |
|------------|------------|------------|--------------|----------|------------|--------------|--------------|--------------|
| 01/01/2025 | 2318 | 3374 | 6.718.516,82 | 15,00 | 282.756,53 | 10.160,61 | 16.934,34 | 6.408.665,34 |
| 01/07/2024 | 2188 | 3190 | 312.662,38 | 15,00 | 46.899,36 | 9.805,79 | 16.342,98 | 239.614,25 |
| 01/01/2024 | 2064 | 3008 | 312.662,38 | 15,00 | 46.899,36 | 9.715,29 | 16.192,14 | 239.855,59 |
| 01/07/2023 | 1939 | 2824 | 312.662,38 | 15,00 | 46.899,36 | 9.370,03 | 15.616,71 | 240.776,29 |
| 01/01/2023 | 1815 | 2643 | 312.662,38 | 15,00 | 46.899,36 | 9.353,35 | 15.588,92 | 240.820,75 |
| 01/07/2022 | 1688 | 2459 | 312.662,38 | 15,00 | 46.899,36 | 9.028,59 | 15.047,66 | 241.686,77 |
| 01/01/2022 | 1564 | 2278 | 312.662,38 | 15,00 | 46.899,36 | 9.029,76 | 15.049,59 | 241.683,67 |
| 01/07/2021 | 1436 | 2094 | 312.662,38 | 15,00 | 46.899,36 | 8.727,65 | 14.546,09 | 242.489,28 |
| 01/01/2021 | 1313 | 1913 | 312.662,38 | 15,00 | 46.899,36 | 8.749,22 | 14.582,03 | 242.431,78 |
| 01/07/2020 | 1185 | 1729 | 312.662,38 | 15,00 | 46.899,36 | 8.517,75 | 14.196,25 | 243.049,01 |

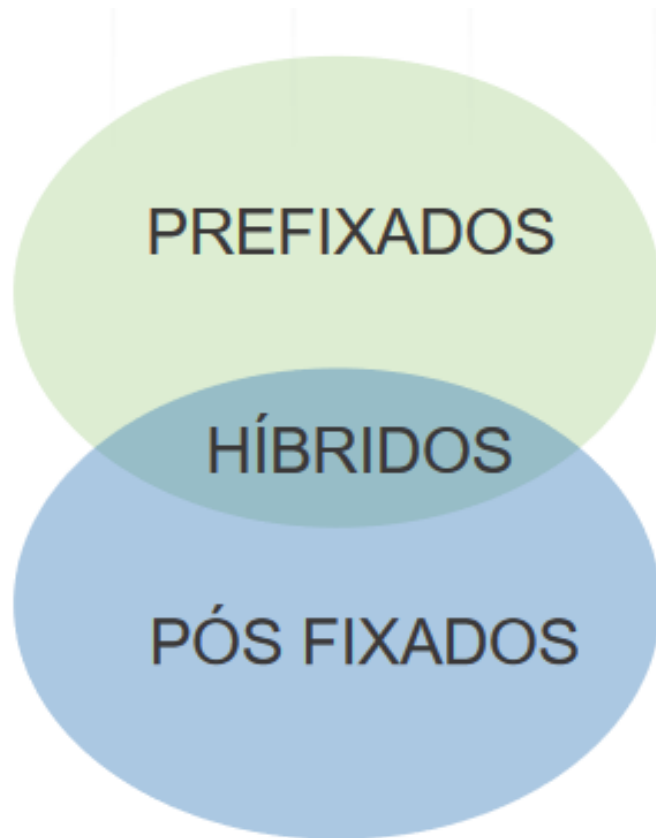
Título: NTN-F

| | |
|---|-------------------|
| Dias corridos entre a data de compra e a de vencimento: | 3374 |
| Dias corridos entre a data de compra e a de venda: | 3374 |
| Dias úteis entre a data de compra e a de vencimento: | 2318 |
| Dias úteis entre a data de compra e a de venda: | 2318 |
| Valor investido líquido: | R\$ 5.000.000,00 |
| Rentabilidade bruta (a.a.): | 15,25% |
| Taxa de Negociação (0,0%): | R\$ 0,00 |
| Taxa de administração na entrada: | R\$ 25.000,00 |
| Valor investido bruto: | R\$ 5.025.000,00 |
| Valor bruto dos cupons e do resgate: | R\$ 12.346.439,60 |
| Valor da taxa de custódia dos cupons e do resgate: | R\$ 160.953,90 |
| Valor da taxa de administração dos cupons e do resgate: | R\$ 242.186,86 |
| Alíquota média de imposto de renda: | 15,57% |
| Imposto de renda: | R\$ 1.144.192,35 |
| Somatório dos valores líquidos dos cupons e do resgate: | R\$ 10.799.106,49 |
| Rentabilidade líquida após taxas e I.R. (a.a.): | 13,17% |

Títulos privados

Um título privado nada mais é que um empréstimo para uma empresa ou instituição financeira. O orçamento destas companhias, devido a necessidades de capital de giro ou aumento de investimentos, por exemplo, pode precisar de mais recursos em determinado momento.

Títulos privados



Não há padronização:
as condições podem
variar por instituição.

Títulos privados

Certificado de Depósito Bancário - CDB

Certificados de Depósito Interbancários - CDI

Debêntures

Letra de Crédito Imobiliário - LCI

Letra de Crédito do Agronegócio - LCA

Fundos de Investimentos

Exercício 1

A LCI é o título com lastro imobiliário mais conhecido pelos investidores pessoa física. Responda qual das alternativas a seguir é FALSA:

- a) Pode ser permitido resgate antes do vencimento.
- b) Conta com cobertura do fundo garantidor de crédito.
- c) Por ser um título de captação bancária, pode ser emitida a qualquer momento e em qualquer valor, conforme a vontade do emissor.

Resposta

Este título é emitido por bancos com o intuito de arrecadar capital para financiamento do setor imobiliário. Então só pode ser emitida em momentos que houver financiamento deste setor.

A alternativa falsa é:

c) Por ser um título de captação bancária, pode ser emitida a qualquer momento e em qualquer valor, conforme a vontade do emissor.

Exercício 2

Sobre o CDB – Certificado de Depósito Bancário, marque a alternativa incorreta.

- a) É um título emitido por bancos
- b) A remuneração desse título é somente pós-fixada
- c) Na data do vencimento do papel, ocorre o crédito em conta corrente do Cliente do valor aplicado acrescido da remuneração que tenha sido contratada
- d) Caso o Cliente necessite dos recursos antes do vencimento do papel, pode solicitar o resgate dentro das condições fixadas pela instituição emissora do título.

Resposta

A remuneração desse título pode ser prefixada ou pós-fixada.

A alternativa falsa é:

b) A remuneração desse título é somente pós-fixada

Rating

O *rating* é uma opinião sobre a capacidade de um país ou uma empresa saldar seus compromissos financeiros.

A avaliação é feita por empresas especializadas, **as agências de classificação de risco**, que emitem notas, expressas na forma de letras e sinais aritméticos, que apontam para o maior ou menor risco de ocorrência de um *default*, isto é, de suspensão de pagamentos.

Identificação do *Rating*

As três agências de classificação de risco de maior visibilidade são a *Standard & Poor's*, a *Moody's* e a *Fitch Ratings*.

Escala de ratings globais das agências

| Moody's | Fitch Ratings | Standard & Poor's | Significado |
|---------|---------------|-------------------|--|
| Aaa | AAA | AAA | Mais alta qualidade |
| Aa | AA | AA | Alta qualidade |
| A | A | A | Qualidade média(alta |
| Baa | BBB | BBB | Qualidade média |
| Ba | BB | BB | Predominantemente especulativo |
| B | B | B | Especulativo, baixa classificação |
| Caa | CCC | CCC | Inadimplemento próximo |
| C | C | C | Mais baixa qualidade, sem interesse |
| | DDD | DDD | Inadimplente, em atraso, questionável. |
| | DD | DD | Inadimplente, em atraso, questionável. |
| | D | D | Inadimplente, em atraso, questionável. |

Fonte: Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings.

Moody's rebaixa rating do Brasil de Baa2 para Baa3; perspectiva é alterada para estável

O Brasil, agora, está no último patamar da escala de grau de investimento

| | Moeda Estrangeira Longo Prazo | Moeda Local Longo Prazo | Perspectiva | Data da última alteração |
|---------|-------------------------------|-------------------------|-------------|--------------------------|
| S&P | BB+ | BBB- | Negativa | set/15 |
| Fitch | BBB | BBB | Negativa | abr/15 |
| Moody's | Baa3 | Baa2 | Estável | Ago/15 |
| DBRS | BBB (low) | BBB | Estável | ago/15 |
| JCR | BBB | BBB+ | Estável | fev/11 |
| R&I | BBB | - | Negativa | ago/15 |

O *rating* é aplicado a títulos de dívida de algum emissor. Se uma empresa quer captar recursos no mercado e oferece papéis que rendem juros a investidores, a agência prepara o *rating* desses títulos para que os potenciais compradores avaliem os riscos.

Apenas 11 países mantêm "rating" AAA atribuído pelas três maiores agências

LUSA 23/02/2013 - 20:02

Oito desses países estão na Europa, apenas quatro na zona euro. Da lista, só sete apresentam uma perspectiva "estável" para as três agências de rating que lideram a avaliação do risco da dívida soberana.

Grau de Investimento

A nota de países é preparada a partir da iniciativa do emissor ou da empresa de *rating*.

As empresas de classificação de risco alegam que, mesmo sob encomenda, o *rating* é uma avaliação independente, porque também há preocupação com a credibilidade da própria agência.

Grau de Investimento

O chamado *rating* global de um país, por exemplo, é a avaliação que uma determinada agência tem sobre o risco dessa nação não pagar os títulos, de longo prazo, que lançou no mercado internacional.

Esses países também são encaixados em categorias. Se a agência considera um país como "bom pagador", ele é classificado na categoria "grau de investimento". Se é visto apenas como um pagador de risco razoável, fica na categoria "grau especulativo".

Grau de Investimento

As agências monitoram constantemente os países ou empresas. Dessa forma, quando lançam um *rating*, também avisam quais as chances dessa nota ser revisada no curto prazo.

Se o panorama é positivo significa que a nota tem maiores chances de ser melhorada. Se é negativo, as maiores chances são de que haja um *downgrade* (seja revisada para baixo, uma nota pior). Se é estável, há poucas chances de que seja mudada nos dois anos seguintes.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO - LISTA DE PAÍSES

[Export](#)
[API](#)

| | S&P | Perspectiva | Moody's | Perspectiva | Fitch | Perspectiva | TRADING ECONOMICS | |
|------------|-------------|-------------|---------|-------------|-------------|-------------|-------------------|----------|
| Albânia | B | positive | B1 | stable | | | 33 | positive |
| Andorra | BBB- | negative | | | | | 55 | negative |
| Angola | B+ | negative | Ba2 | negative | BB- | negative | 40 | negative |
| Argentina | SD | nm | Caa1 | negative | RD | | 20 | nm |
| Armênia | | | Ba3 | negative | B+ | stable | 38 | negative |
| Aruba | BBB+ | stable | | | BBB- | stable | 60 | stable |
| Austrália | AAA | stable | Aaa | stable | AAA | stable | 97 | stable |
| Áustria | AA+ | stable | Aaa | stable | AA+ | stable | 95 | stable |
| Azerbaijão | BBB- | negative | Baa3 | stable | BBB- | stable | 55 | negative |
| Baamas | BBB- | negative | Baa2 | stable | | | 58 | negative |
| Barein | BBB- | negative | Baa3 | negative | BBB- | stable | 55 | negative |
| Bangladesh | BB- | stable | Ba3 | stable | BB- | stable | 40 | stable |
| Barbados | B | negative | B3 | negative | | | 28 | negative |
| Belarus | B- | stable | Caa1 | negative | | | 23 | stable |
| Bélgica | AA | stable | Aa3 | stable | AA | negative | 88 | stable |

<http://pt.tradingeconomics.com/country-list/rating>

O EXAME CGRPPS

TÓPICO 6

Mercado de
Derivativos

CAPACITAÇÃO

VI) MERCADO DE DERIVATIVOS

| | |
|---|--|
| <p>Conceituação de derivativos Estrutura operacional da BM&F Mecânica operacional dos mercados futuros, a termo, de opções e swaps Contratos derivativos financeiros e de agropecuários</p> | <p>http://www.portaldoinvestidor.gov.br/publicacao/LivroTOP.html Silva Neto, Lauro de Araujo - Derivativos ed. Atlas 2012</p> |
| <p>Rentabilidade e riscos dos investimentos Aspectos tributários</p> | |
| <p>1 - Aspectos Gerais Sobre a Negociação No Mercado de Derivativos</p> | <p>Marins A. Vol 1. Hull J. Capítulo 1 - Introdução e Silva Neto, Lauro de Araujo - Derivativos ed. Atlas 2012</p> |
| <p>2 - Derivativos</p> | <p>Silva Neto, Lauro de Araujo - Derivativos ed. Atlas 2012</p> |
| <p>3 - Conceituação de Mercado Derivativo</p> | <p>Silva Neto, Lauro de Araujo - Derivativos ed. Atlas 2012</p> |
| <p>4 - Definições dos Principais Contratos Negociados 4.1 Contratos a Termo 4.2 Contratos a Futuro 4.3 Contratos de Opções 4.4 Contratos de Swaps 4.5 Aspectos tributários</p> | <p>Marins A. Vol 1. Capítulo 1 - Aspectos Gerais Hull J. Capítulo 1 - Introdução Marins A. Vol 1. Capítulo 1 - Seção 1.1 Hull J. Capítulo 1 Seções 1.1 a 1. Silva Neto, Lauro de Araujo - Derivativos ed. Atlas 2012</p> |
| <p>5 - Operações de Bolsa e de Balcão 5.1 Formas de Negociação Previstas no Brasil</p> | <p>Marins A. Vol 1. Capítulo 1 - Seções 1.2 e 1.2.1 Hull J. Capítulo 6 - Seções 6.1 e 6.2 Silva Neto, Lauro de Araujo - Derivativos ed. Atlas 2012</p> |
| <p>6 - Participantes dos Mercados 6.1 Hedgers 6.2 Especuladores 6.3 Arbitradores 6.4 Captadores/Aplicadores de Recursos (Operações de Tesouraria) 1. Market Makers 2. Manipuladores</p> | <p>Marins A. Vol 1. Capítulo 1 - Seções 1.3 e 1.4 Hull J. Capítulo 1 - Seção 1.5 Silva Neto, Lauro de Araujo - Derivativos ed. Atlas 2012</p> |
| <p>7 - Função Econômica do Mercado de Derivativos</p> | <p>Marins A. Vol 1. Capítulo 1 - Seções 1.6 e 1.7 Silva Neto, Lauro de Araujo - Derivativos ed. Atlas 2012</p> |

Livro no link abaixo:

<https://www.investidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/publicacao/Livro/Livro-TOPDerivativos.pdf>

O que é mercado?

Ambiente de troca de ativos e mercadorias.

Ambiente de negociação e estabelecimento de preço mercadorias.

Compra e venda de mercadorias.

O que são derivativos?

Instrumentos financeiros cujos preços de mercado derivam do preço de mercado de um bem ou de outro instrumento financeiro.

(Dicionário de Derivativos, José Evaristo dos Santos. Editora Atlas, 1998)

Contrato ou título conversível cujo valor depende, integral ou parcialmente, do valor de outro instrumento financeiro.

(Dicionário de Administração de Risco Financeiro, Gary L. Gastineau e Mark P. Kritzman. BM&F, 1999)

Tipos de derivativos

Agropecuários

- Commodities agrícolas (café, boi, soja, milho, açúcar, etanol, etc.)

Financeiros

- Valores de mercado referenciado em taxas ou índices financeiros (taxa de juros, inflação, câmbio, ações, etc.)

Energia e climáticos

- Negociação de energia elétrica, gás natural, crédito de carbono, etc.

Finalidade dos derivativos ou Operações com derivativos

Hedge (proteção)

- Proteger o participante do mercado físico contra variações adversas de taxas, cotações ou preços. Equivale a ter uma posição em mercado de derivativos oposta à posição assumida no mercado a vista, para minimizar o risco de perda financeira decorrente de alteração adversa de preços.
- Não assume riscos.

Alavancagem

- Os derivativos têm grande poder de alavancagem.
- A negociação com esses instrumentos exige menos capital do que a compra do ativo a vista.
- Ao adicionar posições de derivativos aos investimentos, um agente pode aumentar a rentabilidade total dos investimentos a um custo mais barato.
- Envolve risco.

Finalidade dos derivativos ou Operações com derivativos

Especulação

- Tomar uma posição no mercado futuro ou de opções sem uma posição correspondente no mercado a vista.
- Não trabalha com o bem negociado.
- O objetivo é operar a tendência de preços do mercado, assumindo riscos.

Arbitragem

- Tirar proveito da diferença de preços de um mesmo produto/ativo negociado em mercados diferentes.
- O objetivo é aproveitar as discrepâncias no processo de formação de preços dos diversos ativos e mercadorias e entre vencimentos.
- Compra (vende) num mercado (à vista ou futuro) e vende (compra) em outro mercado (à vista ou futuro).

Tipos de mercados derivativos

Mercado a termo

- Promessa ou compromisso de comprar ou vender certa quantidade de um bem (mercadoria ou ativo financeiro) por um preço pré-fixado para liquidação em data futura.
- Os contratos a termo somente são liquidados integralmente no vencimento (há exceções na bolsa).
- Negociados em bolsa e no mercado de balcão (mais comumente).

Mercado futuro

- Evolução do mercado a termo.
- Liquidação: os compromissos são ajustados, financeiramente, às expectativas do mercado em relação ao preço futuro, por meio do ajustes diários (mecanismo que apura perdas e ganhos, reduzindo risco de inadimplência).
- Negociados somente em bolsas – câmaras de compensação.

Tipos de mercados derivativos

Mercado de opções

- Negocia-se o direito de comprar ou de vender um bem (mercadoria ou ativo financeiro) por um preço fixo numa data futura.
- Quem adquire (titular ou comprador) o direito deve pagar um prêmio ao vendedor (semelhante aos seguros).

Mercado de swap

- No mercado de swap, negocia-se a troca de rentabilidade entre dois bens (mercadorias ou ativos financeiros). O contrato de swap é um acordo, entre duas partes, que estabelece a troca de fluxo de fluxos de caixa, tendo como base a comparação da rentabilidade entre dois bens (recebe a diferença das variações quem comprou mais caro e vendeu mais barato).
- Liquidação integral no vencimento (igual mercado a termo).

| | MERCADO A TERMO | MERCADO FUTURO | MERCADO DE OPÇÕES | MERCADO DE SWAP |
|-------------------------|---|--|---|--|
| Onde se negocia | Balcão ou bolsa. | Somente bolsa. | Balcão ou bolsa. | Balcão ou bolsa. |
| O que se negocia | <u>Compromisso de comprar ou vender</u> um bem por preço fixado em data futura. | <u>Compromisso de comprar ou vender</u> um bem por preço fixado em data futura. | Os compradores adquirem o <u>direito de comprar ou de vender</u> por preço fixo em data futura. | <u>Compromisso de troca</u> de um bem por outro. Trocam-se <u>fluxos financeiros</u> . |
| Posições | <u>Não</u> Intercambiável. | Intercambiável. | Intercambiável. | <u>Não</u> Intercambiável. |
| Liquidação | A estrutura mais comum é a liquidação somente <u>no vencimento</u> . Há contratos em que o comprador pode antecipar a liquidação. | Presença de <u>ajuste diário</u> . Compradores e vendedores têm suas posições ajustadas financeiramente todos os dias, com base no preço de fechamento da bolsa. | Liquidam-se os <u>prêmios na contratação</u> . No vencimento, apura-se o valor da liquidação a partir do exercício do direito dos compradores. (Tipos: opções Americanas e europeias) | Somente no <u>vencimento</u> ou <u>antecipadamente</u> , <u>com a concordância</u> das partes. |

Derivativos não-padronizados e derivativos padronizados

Balcão *versus* Bolsa

Os contratos negociados em balcão (*over the counter*):

- Especificações (preços, qualidade, quantidades, cotações e locais de entrega) são determinadas diretamente entre as partes contratantes;
- Customizados (negociado para satisfazer às necessidades dos participantes que o celebraram);
- Não são intercambiáveis (difícilmente o participante conseguirá transferir sua obrigação a outro).

Contratos negociados em bolsa:

- Padronizados, sendo uniformes;
- São muito líquidos, pois atendem às necessidades de todos os participantes do mercado;
- São intercambiáveis.

Balcão *versus* Bolsa: diferenças para o mercado de opções

| Características | Mercado balcão (Over the counter) | Mercado organizado (bolsa) |
|-------------------------|---|--|
| Liquidação do contrato | Estipulado a partir das necessidades das partes | Padronizado |
| Ambiente de negociação | Qualquer | Em ambiente comum de negociação |
| Fixação de preços | Negociação | Cotação aberta |
| Flutuação de preços | Livre | Limites de preços (alta e baixa) |
| Relação entre as partes | Direta | Por meio da câmara de compensação |
| Garantia | Não existe | Sempre para o vendedor |
| Risco de contrapartida | Assumida pelo comprador | Assumida pela câmara de compensação |
| Regulação | Não existe | Regulação governamental e auto-regulação (bolsa) |
| Liquidez | Baixa | Ampla no mercado consolidado |

Os participantes do mercado de derivativos

Hedger

- O objetivo do *hedger* é proteger-se contra a oscilação de preços;
- Garantir o preço de compra ou de venda de determinada mercadoria em data futura e eliminar o risco de variações adversas de preço.

Arbitrador

- A meta é o lucro;
- Buscar distorções de preços entre mercados e tirar proveito dessa diferença ou da expectativa futura dessa diferença;
- A estratégia do arbitrador é comprar no mercado em que o preço está mais barato e vender no mercado em que está mais caro, lucrando o diferencial (processo de arbitragem que tende a eliminar diferenças entre os mercados);
- Não assume nenhum risco, porque sabe exatamente por quanto irá comprar e vender.

Os participantes do mercado de derivativos

Especulador

- Propósito é obter lucro: compra e venda (a todo momento) de contratos futuros apenas para ganhar o diferencial entre os preços;
- Difere dos *hedgers*, pois não têm nenhuma negociação no mercado físico que necessite de proteção.
- Não tem nenhum interesse ou relação com o ativo-objeto;
- Presença fundamental no mercado futuro, pois é o único que assume os riscos do mercado, viabilizando a contrapartida das operações do *hedger* e fornecendo liquidez ao mercado.

Bolsa

- Ambiente de negociação;
- Instituição reguladora e fiscalizadora.

Corretora

- Agente intermediário autorizado a negociarem na bolsa.

Posição no mercado futuro

Posições no mercado:

- vendido (*short*);
- comprado (*long*).

Posição em aberto:

- Contratos em aberto refletem a posição líquida (comprado – vendido), em determinada data, de todas as operações ainda não liquidadas por um investidor.

Tipo de liquidação ou encerramento de uma posição

Financeira:

- Encerrada por diferença financeira;
- Invertendo posição comprado (vendido) em vendido (comprado).

Física:

- Entrega (física) do ativo negociado;
- Mais comum nos mercados agropecuários (soja, café e energia).

Em muitas situações, a liquidação física pode ser muito dispendiosa ou indesejável (o participante pode não ter nenhum interesse pelo ativo-objeto: especuladores). Nesses casos, opta-se pela liquidação financeira.

Alguns contratos admitem ambas as formas de liquidação, mas a maior parte admite apenas a liquidação financeira.

O EXAME
CGRPPS

TÓPICO 7

Fundos de
Investimentos

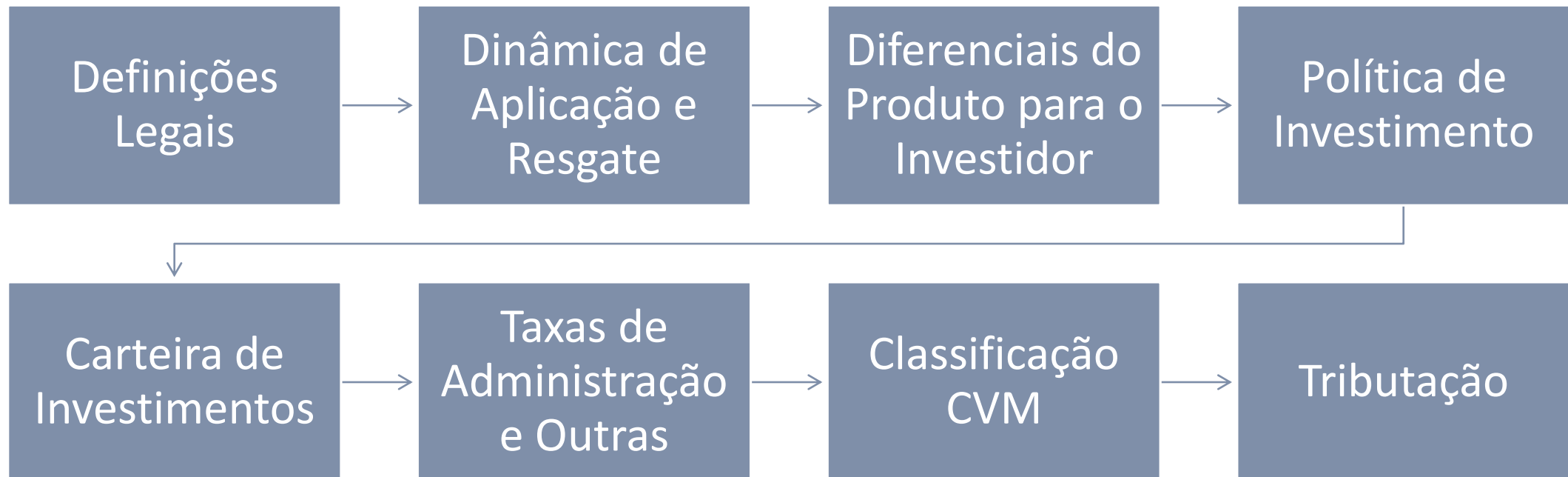
CAPACITAÇÃO

 **Libertas**
AUDITORES & CONSULTORES

VII) FUNDOS DE INVESTIMENTO

| | |
|---|--|
| Principais fundos existentes em mercado Abertos, fechados, exclusivos, com ou sem carência Classificação e definições legais Regulamentos/regulação Taxas de administração, de performance, de ingresso e saída Rentabilidade e riscos dos investimentos Aspectos tributários | http://www.portaldoinvestidor.gov.br/publicacao/LivroTOP.html www.anbima.com.br |
| 1 - Fundos de Investimento: Classificação e Tipos 1.1 Fundos referenciados - DI 1.2 Fundos de renda fixa 1.3 Fundos de ações 1.4 Fundos previdenciários 1.5 Fundos de direitos creditórios - FIDC 1.6 Fundos multimercados 1.7 Fundos imobiliários | www.cvm.gov.br www.anbima.com.br Assaf , A.Mercado financeiro Ed. Atlas Fortuna, Eduardo Mercado financeiro: produtos e serviços. Qualitymark Lima, Lima e Pimentel - Curso de Mercado Financeiro - ed. Atlas |
| 2 - Definições Legais e Regulação 2.1 Regulamentos, prospectos e termo de adesão 2.2 Fundos abertos, fundos fechados, carência 2.3 Administrador, Gestor e Custodiante 2.4 Carteira Administrada: conceito e principais características | www.cvm.gov.br www.anbima.com.br Assaf , A.Mercado financeiro Ed. Atlas Fortuna, Eduardo Mercado financeiro: produtos e serviços. Qualitymark Lima, Lima e Pimentel - Curso de Mercado Financeiro - ed. Atlas |
| 3 - Taxas, Tipos e Forma de Cobrança 3.1 Taxa de administração 3.2 Taxa de performance 3.3 Taxa de ingresso 3.4 Taxa de saída | www.cvm.gov.br www.anbima.com.br Assaf , A.Mercado financeiro Ed. Atlas Fortuna, Eduardo Mercado financeiro: produtos e serviços. Qualitymark |
| 4 - Rentabilidade e Risco 4.1 Cálculo da cota e rentabilidade 4.3 Volatilidade da cota 4.4 Fator de risco do fundo de investimento | www.cvm.gov.br Assaf , A.Mercado financeiro Ed. Atlas Fortuna, Eduardo Mercado financeiro: produtos e serviços. Qualitymark Lima, Lima e Pimentel - Curso de Mercado Financeiro - ed. Atlas |

Fundos de Investimento



- Como seria muito difícil para cada investidor ficar acompanhando as altas e baixas dos vários **documentos negociados em bolsas de valores**, é compreensivo que esses investidores depositem seus recursos nas mãos de profissionais que passam a se dedicar especialmente para essa finalidade.
- Desta forma, podemos atribuir o conceito de Fundo de Investimento como sendo um **condomínio de aplicadores financeiros**, no qual as pessoas (clientes) colocam recursos nas mãos dos administradores especializados (bancos), para que estes providenciem a aquisição e negociação de papéis que formam a carteira do Fundo.

- Um Fundo de Investimento é um tipo de aplicação financeira formada pela **união de vários investidores** que se juntam para a realização de um investimento financeiro.
- Cada fundo é organizado sob a forma de pessoa jurídica (possuindo um CNPJ próprio), formando um **condomínio** de investidores.
- Esses condôminos objetivam um determinado **retorno financeiro esperado**, dividindo as receitas geradas e as despesas necessárias para o empreendimento.

Portanto, a administração e a gestão do fundo são realizadas por **especialistas contratados**:

- Os **administradores** tratam dos aspectos jurídicos e legais do fundo.
- Os **gestores** tratam da estratégia de montagem da carteira de ativos do Fundo, visando o maior lucro possível com o menor nível de risco.

- Todo o dinheiro aplicado nos fundos é **convertido em cotas**, que são distribuídas entre os aplicadores (ou cotistas).
- Os cotistas passam a ser **proprietários** de partes da carteira, proporcionais ao capital investido.
- O **valor da cota** é atualizado diariamente.
- O cálculo do **saldo do cotista** é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

- Constituem **prestação de serviço** e, por isso, não estão sujeitos à cobertura do FGC – Fundo Garantidor de Crédito.
- Permite o **acesso de pequenos investidores**, popularizando o mercado de capitais.
- É direito do investidor o acesso ao **regulamento**, assim como ao recebimento do **prospecto** do Fundo.
- No **material de divulgação** do Fundo deve constar: “a rentabilidade obtida no passado não é garantia de resultados futuros”.

NÃO CONFUNDA

- **FI - FUNDOS DE INVESTIMENTO:** Compram ativos como títulos públicos, CDB, ações, debêntures...
- **FIC - FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM COTAS:** Compram cotas de fundos. São uma espécie de investidor (cotista) de fundos de investimento.

ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTA

- É a **reunião dos cotistas** para deliberarem sobre certos assuntos referentes ao Fundo.
- Somente a ela **compete decidir** sobre assuntos relevantes, tais como substituição do gestor do fundo, extinção do fundo, fusão do fundo, alteração da taxa de administração etc.
- Há dois **tipos de assembleia**:
 - **AGO** é a *Assembleia Geral Ordinária convocada anualmente para decidir pelo menos sobre as demonstrações contábeis do Fundo.*
 - **AGE** é a *Assembleia Geral Extraordinária convocada por quaisquer outros motivos.*

CONCEITO – FUNDOS DE INVESTIMENTO

Tipos de FI e de FIC:

- 1 **FUNDOS ABERTOS:** Os cotistas podem solicitar resgate a qualquer momento. São de alta liquidez. O **número de cotas é variável**, ou seja:

Quando o cotista aplica:

L> novas cotas são geradas

L> Compram-se ativos para o Fundo

Quando o cotista resgata:

L> suas cotas desaparecem

L> Vendem-se ativos para pagar ao cotista

CONCEITO – FUNDOS DE INVESTIMENTO

Tipos de FI e de FIC:

- 2 **FUNDOS FECHADOS:** Os cotistas só podem resgatar ao término do prazo de duração do Fundo (ou sua eventual liquidação, ou deliberação em assembleia, ou previsão no regulamento do Fundo).

Esses Fundos têm **prazo de vida pré-definido**. O cotista somente recebe após esse prazo.

Outra forma de receber é o cotista **localizar outro interessado** no Fundo e vender sua cota para ele.

CONCEITO – FUNDOS DE INVESTIMENTO

Tipos de FI e de FIC:

- 3 FUNDOS EXCLUSIVOS:** São aqueles criados para receber aplicações exclusivamente de um único cotista. Somente **investidores qualificados** podem participar.

São exemplos de investidores qualificados as instituições financeiras, companhias seguradoras, sociedades de capitalização, administradores de carteira e consultores autorizados pela CVM, pessoas físicas ou jurídicas com investimentos superiores a R\$ 1 milhão (o investidor PF ou PJ ainda precisa atestar por escrito a condição de qualificado).

DOCUMENTOS DOS FUNDOS

- **REGULAMENTO:**

Estabelece as **regras de funcionamento** e operacionalização do Fundo, seguindo a legislação vigente.

- **PROSPECTO:**

Contém as informações relevantes para o investidor relativas à **política de investimento** e os **riscos** envolvidos.

- **TERMO DE ADESÃO:**

Documento assinado pelo cotista confirmando que recebeu Regulamento e Prospecto, estando ciente dos riscos e da política de investimento do Fundo.

CLASSIFICAÇÃO DOS FUNDOS PELA CVM

- Fundo de Curto Prazo;
 - Fundo Referenciado;
 - Fundo de Renda Fixa;
 - Fundo de Ações;
 - Fundo Cambial;
 - Fundo de Dívida Externa; e
 - Fundo Multimercado.

Menor volatilidade possível

Só títulos públicos federais pré-fixados ou indexados à taxa SELIC.

Ou indexados a índices de preços de curto prazo (prazo médio ponderado de até 60 dias).

•Fundo de Curto Prazo;

- Fundo Referenciado;
- Fundo de Renda Fixa;
- Fundo de Ações;

Baixa volatilidade significa baixa variação de preço de títulos.

- Fundo
- F

Precisa da palavra
“Referenciado” no nome do
Fundo

A ideia é buscar acompanhar determinado índice (que é sua referência).

Mínimo de 80% de títulos do TN ou BCB.

E/ou mínimo de 80% de títulos de renda fixa emitidos por empresas classificadas como “baixo risco”.

- Fundo de Curto Prazo;
- **Fundo Referenciado;**
- Fundo de Renda Fixa;
 - Fundo de Ações;
 - Fundo Cambial;
- Fundo de Dívida Externa; e
- Fundo Multimercado.

Títulos de Renda Fixa

Mínimo de 80% de títulos de renda fixa de curto e/ou de longo prazo.

- Fundo de Curto Prazo;
- Fundo Referenciado;
- **Fundo de Renda Fixa;**
 - Fundo de Ações;
 - Fundo Cambial;
- Fundo de Dívida Externa; e
- Fundo Multimercado.

Títulos de Renda Variável

Mínimo de 67% em ações negociadas no mercado à vista de bolsas de valores.

Mais indicados para investidores com objetivos de longo prazo.

- Fundo de Curto Prazo;
- Fundo Referenciado;
- Fundo de Renda Fixa;
- **Fundo de Ações;**
- Fundo Cambial;
- Fundo de Dívida Externa; e
- Fundo Multimercado.

Acompanham preços de moedas estrangeiras

Mínimo de 80% em ativos que busquem acompanhar variação de preço de moedas estrangeiras.

Os mais comuns são Fundos Cambiais Dólar.

- Fundo de Curto Prazo;
- Fundo Referenciado;
- Fundo de Renda Fixa;
- Fundo de Ações;
- **Fundo Cambial;**
- Fundo de Dívida Externa; e
- Fundo Multimercado.

Títulos brasileiros negociados no mercado internacional

Mínimo de 80% nos títulos acima.

Somente Fundos de Dívida Externa podem adquirir títulos representativos da dívida externa de responsabilidade da União.

- Fundo de Curto Prazo;
- Fundo Referenciado;
- Fundo de Renda Fixa;
- Fundo de Ações;
- Fundo Cambial;
- **Fundo de Dívida Externa;**
- Fundo Multimercado.

Sem concentração num só fator de risco

Não há percentual de compromisso de concentração em nenhum fator de risco.

O Fundo pode aplicar em DI, SELIC, índices de preço, taxas de juros, câmbio, dívida externa e ações.

Podem usar derivativos e ativos no exterior.

- Fundo de Curto Prazo;
- Fundo Referenciado;
- Fundo de Renda Fixa;
- Fundo de Ações;
- Fundo Cambial;
- Fundo de Dívida Externa;
- **Fundo Multimercado.**

Percentuais mínimos de composição da carteira:

- Fundo de Curto Prazo;
- Fundo Referenciado; → 80%
- Fundo de Renda Fixa; → 80%
- Fundo de Ações; → 67%
- Fundo Cambial; → 80%
- Fundo de Dívida Externa; → 80%
- Fundo Multimercado.

TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO E OUTRAS

- **TAXA DE ADMINISTRAÇÃO:** Percentual expresso ao ano (% a.a.) pago pelos cotistas de um fundo para **remuneração a todos os prestadores de serviços.**
- **TAXA DE PERFORMANCE:** Percentual cobrado do cotista de **alguns fundos** quando a rentabilidade supera a de um indicador de referência (*benchmark*).
- **OUTRAS:** São impostos, despesas de impressão, publicação e expedição de relatórios, de comunicação aos condôminos, de honorários do contador e outras em defesa dos interesses do fundo, conforme legislação vigente.

EXEMPLOS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO



Fundos de Investimento

Curto Prazo
Ações

Referenciado DI
Cambial

Renda Fixa
Dívida Externa

Multimercado

Fundos de Investimento BB. Todo seu.

| Fundo | Classificação de Risco | Taxa Adm | Valor Inicial |
|---|------------------------|----------|---------------|
| BB Renda Fixa LP 5 mil | Baixo | 2,00% | 500,00 |
| BB Renda Fixa LP Índice de Preço 20 mil | Alto | 1,50% | 5.000,00 |
| BB Renda Fixa LP Parceria 30 mil | Médio | 0,80% | 30.000,00 |
| BB Renda Fixa LP 50 mil | Médio | 1,00% | 50.000,00 |
| BB Renda Fixa LP Premium 50 mil | Médio | 1,00% | 50.000,00 |
| BB Renda Fixa LP 90 mil | Médio | 0,80% | 90.000,00 |
| BB M BB Ações Siderurgia | Muito Alto | 2,00% | 200,00 |
| BB M BB Ações Setor Financeiro | Muito Alto | 2,00% | 200,00 |
| BB M BB Ações Construção Civil | Muito Alto | 2,00% | 200,00 |
| BB M BB Ações Exportação | Muito Alto | 3,00% | 200,00 |
| BB A BB Ações Small Caps | Muito Alto | 3,00% | 200,00 |
| BB A BB Ações Ibovespa Indexado | Muito Alto | 4,00% | 200,00 |
| BB A BB Ações Ibovespa Ativo | Muito Alto | 4,00% | 200,00 |
| BB A BB Ações IBrX Indexado | Muito Alto | 4,00% | 200,00 |
| BB A BB Ações Multi Setorial Ativo | Muito Alto | 4,00% | 200,00 |
| BB A BB Ações Cielo | Muito Alto | 1,50% | 300,00 |
| BB A BB Cambial Euro LP Mil | Muito Alto | 1,50% | 1.000,00 |
| BB A BB Cambial Dólar LP Mil | Muito Alto | 3,00% | 1.000,00 |
| BB A BB Cambial Dólar LP 20 mil | Muito Alto | 1,00% | 20.000,00 |
| BB A BB Cambial Dólar LP 100 mil | Muito Alto | 0,80% | 100.000,00 |
| BB A BB Dívida Externa Mil | Muito Alto | 1,50% | 1.000,00 |

Fonte: www.bb.com.br

EXEMPLOS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO



Fundos de Investimento

■ Curto Prazo ■ Referenciado DI ■ Renda Fixa ■ Multimercado
■ Ações ■ Cambial ■ Dívida Externa

Fundos de Investimento BB. Todo seu.

| Fundo | Classificação de Risco | Taxa Adm. | Valor Inicial |
|------------------------------|------------------------|-----------|---------------|
| BB Curto Prazo 200 | Muito Baixo | 2,50% | 200,00 |
| BB Curto Prazo 50 mil | Muito Baixo | 1,00% | 50.000,00 |
| BB Referenciado DI Social 50 | Baixo | 2,60% | 50,00 |
| BB Referenciado DI 200 | Baixo | 2,50% | 200,00 |
| BB Referenciado DI LP 200 | Baixo | 2,50% | 200,00 |

BB Curto Prazo 50 mil – Informações do Banco do Brasil:

| Informações | | | |
|---------------------------|-----------|---------------------------------|-------------|
| Aplicação inicial | 50.000,00 | Horário limite de movimentação | 23:00 |
| Aplicações subsequentes | 100,00 | Aplicação e resgate programado | Sim |
| Resgate | 50,00 | Opção de resgate automático | Sim |
| Saldo mínimo | 50,00 | Grau de risco | Muito Baixo |
| Cota aplicação | D + 00 | Data de início de funcionamento | 13/09/2002 |
| Cota resgate | D + 00 | Taxa de administração FIC (a.a) | 1,00% |
| Crédito em conta corrente | D + 00 | Taxa de Saída (*) | - |

EXEMPLOS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO



Fundos de Investimento

Curto Prazo
Ações

Referenciado DI
Cambial

Renda Fixa
Dívida Externa

Multimercado

Fundos de Investimento BB. Todo seu.

Fundo

BB Ações Tecnologia:

Classificação
de Risco

Taxa
Adm.

Valor
Inicial

BB Curto Prazo 200,00 Muito Baixo 2,50% 200,00

BB Curto Prazo 200,00

BB Referenciado 200,00

BB Referenciado 200,00

BB Referenciado 200,00

BB Referenciado 200,00

BB Referenciado 200,00

BB Referenciado 200,00

BB Referenciado 200,00

BB Multimercado 200,00

BB Multimercado 200,00

BB Multimercado 200,00

BB Multimercado 200,00

BB Multimercado 200,00

BB Ações 200,00

BB Ações 200,00

BB Ações 200,00

BB Ações 200,00

BB Ações Petrobras 200,00

BB Ações Infraestrutura 200,00

BB Ações Energia 200,00

BB Ações Tecnologia 200,00

BB Ações Transporte e Logística 200,00

BB Ações Vale do Rio Doce 200,00

BB Ações Dividendos 200,00

BB Ações Consumo 200,00

Informações

| | | | |
|--------------------------------|--------|---------------------------------|-----------------|
| Aplicação inicial | 200,00 | Aplicação e resgate programado | Sim |
| Aplicações subsequentes | 200,00 | Opção de resgate automático | Nao |
| Resgate | 200,00 | Grau de risco | Muito Alto |
| Saldo mínimo | 200,00 | Data de início de funcionamento | 25/02/1997 |
| Cota aplicação | D + 01 | Taxa de administração FIC (a.a) | - |
| Cota resgate | D + 01 | Taxa de Saída (*) | - |
| Crédito em conta corrente | D + 04 | Taxa de Performance (*) | - |
| Horário limite de movimentação | 17:00 | Categoria ANBIMA | Ações Setoriais |

Muito Alto 2,00% 200,00

Muito Alto 2,00% 200,00

Muito Alto 2,00% 200,00

Muito Alto 2,00% 200,00

Muito Alto 2,00% 200,00

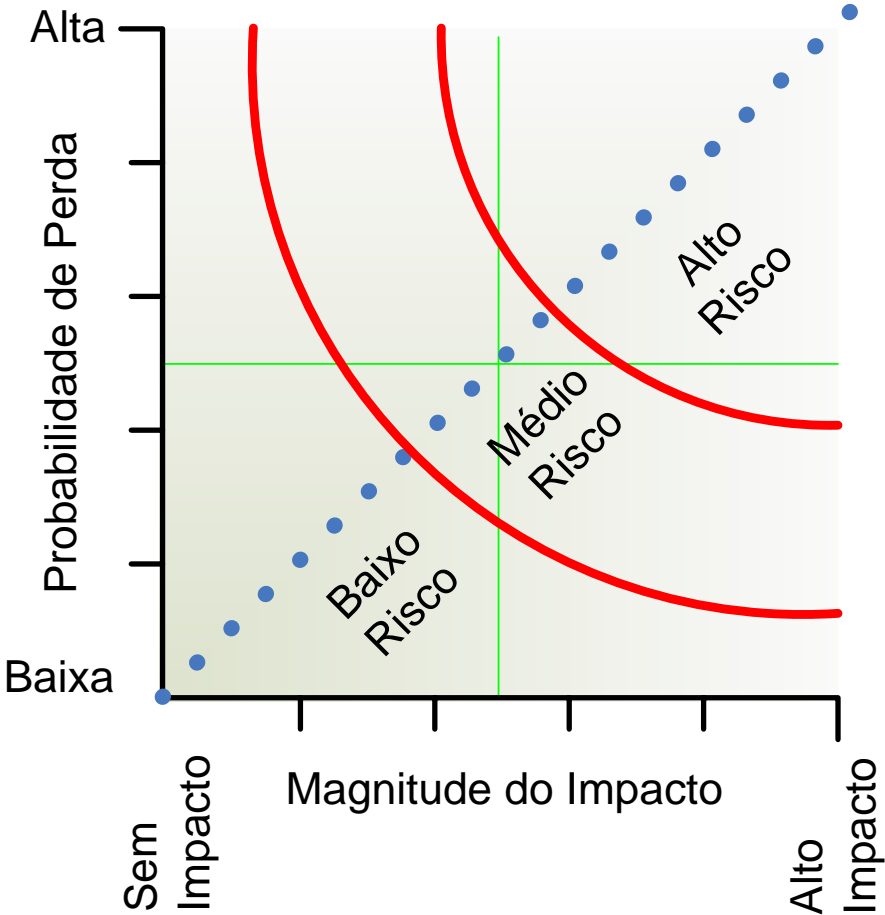
Muito Alto 2,00% 200,00

Muito Alto 2,00% 200,00

Muito Alto 2,00% 200,00

Muito Alto 2,00% 200,00

Risco



Introdução – Risco em Finanças

A ideia de risco pode ser compreendida como a influência de fatores sobre a variação de preços, de retornos dos ativos e do comportamento de carteiras.

Esse risco pode se manifestar em virtude de aspectos sistemáticos, relacionados ao mercado em que estão inseridos os investimentos, de maneira que se constitui em uma situação de dificuldade para o “desenvolvimento de diversificações”.

Introdução

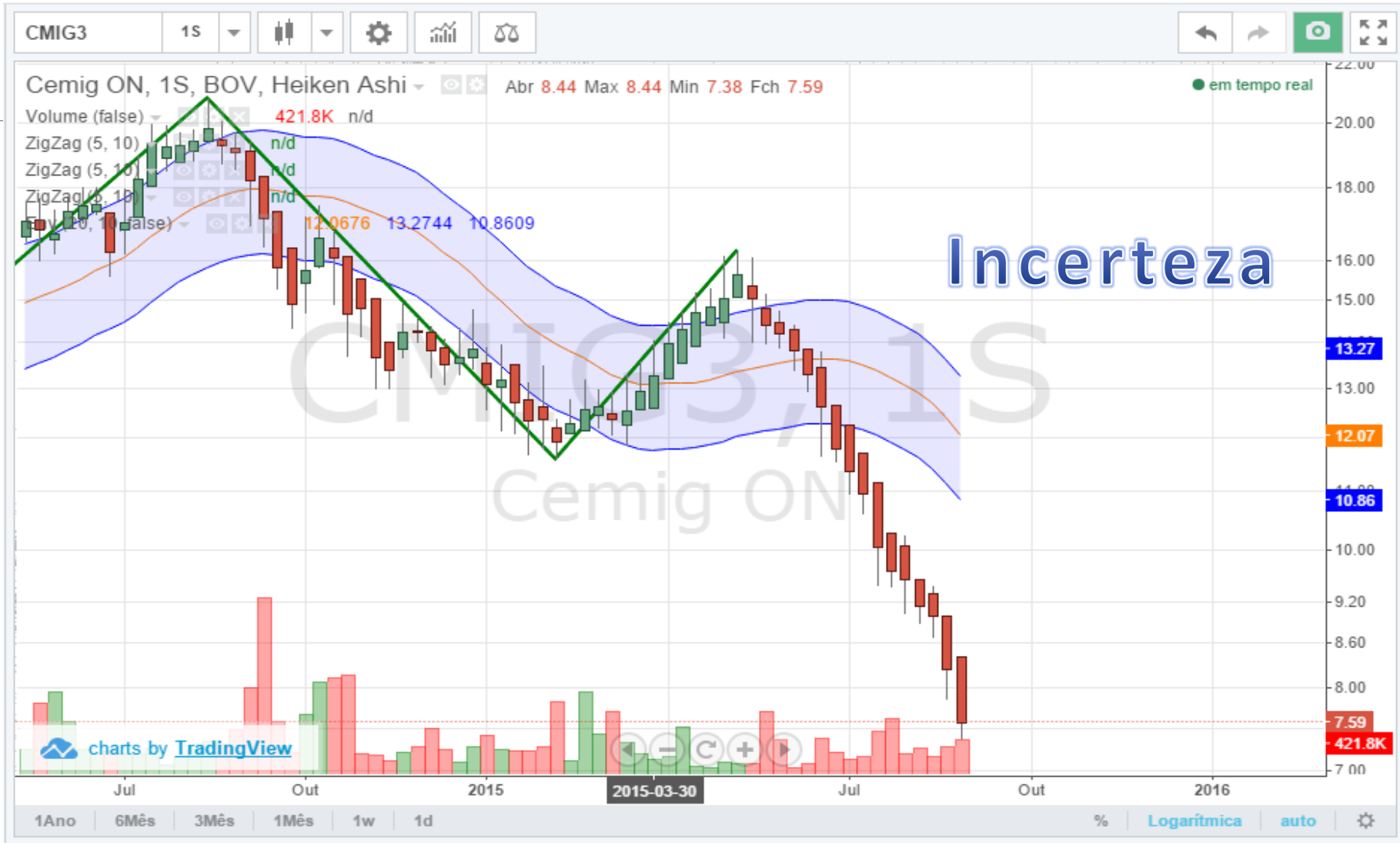
Além disso, o risco pode estar relacionado a características não sistemáticas, isto é, vinculado às alternativas de investimento, o que pode ser objeto de estratégias gerenciais voltadas para sua redução por meio de portfólios eficientes.

Introdução

Segundo Duarte Júnior (2005), a gestão de risco de um investimento envolve três conceitos importantes relacionados ao mercado financeiro: retorno, incerteza e risco.

Retorno pode ser considerado como a apreciação de capital ao final do horizonte de investimento.

No entanto, existem **incertezas** associadas ao retorno que efetivamente será obtido ao final do período de investimento e, nesse sentido, qualquer medida numérica dessa incerteza pode ser chamada de **risco**.



Incerteza

CMIG3, 1S
Cemig ON

Conceituação

Das expectativas de futuro decorrem as incertezas, a parcela de incerteza para a qual se proporciona importância é denominada RISCO, visto que afeta o bem-estar dos agentes.

Aversão ao risco: preferências de um agente em situações de risco – medido pela disposição a assumir riscos frente expectativas de desempenho, resultado.

- **Arrojado: tolerância, propensão ao risco;**
- **Balanceado/Moderado: meio termo;**
- **Conservador: aversão ao risco.**

Tipologias de Riscos

Risco de mercado;

Risco de liquidez;

Risco operacional;

Risco de crédito; e

Risco legal.

Risco Operacional

O risco operacional está relacionado a possíveis perdas, como resultado de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gerenciamento e erros humanos.

Esse tipo de risco pode estar relacionado a uma organização ineficiente, administração inconsistente e sem objetivos de longo prazo bem definidos, fluxo de informações internos e externos deficientes, responsabilidades mal definidas, fraudes e acesso a informações internas por parte de concorrentes, por exemplo.

Risco Operacional

Outra forma de manifestação dessa tipologia acontece por meio de problemas de sistemas organizacionais, como o processamento e o armazenamento de dados passíveis de fraudes e erros, confirmações incorretas ou sem verificação criteriosa.

Assim como pode decorrer de problemas relacionados à capacidade dos recursos humanos da organização.

Risco de Crédito

O risco de crédito, segundo Fabozzi (2004), está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. As perdas aqui estão relacionadas aos recursos que não mais serão recebidos.

Esse risco pode ser expresso em termos do risco país; do risco político, quando existem restrições ao fluxo livre de capitais entre países, estados, municípios; e da falta de pagamento, quando uma das partes em um contrato não pode mais honrar seus compromissos assumidos.

Risco Legal

O risco legal decorre de possíveis perdas, quando um contrato não pode ser legalmente amparado, assim como em situações em que o contexto jurídico é alterado de maneira que os investimentos sejam atingidos negativamente.

Pode-se incluir nessa tipologia riscos de perdas por documentação insuficiente, insolvência, ilegalidade, falta de representatividade e/ou autoridade por parte de um negociador.

Risco de Mercado

É a tipologia de risco que está relacionada à variação do preço do ativo diante das condições de mercado.

A ênfase é na análise e avaliação de possíveis perdas devido às flutuações do mercado, de maneira a identificar e quantificar as volatilidades e correlações dos fatores que impactam a dinâmica do preço do ativo.

Risco de Mercado

Risco de mercado pode ser dividido em quatro grandes áreas: risco do mercado acionário, risco do mercado de câmbio, risco do mercado de juros e risco do mercado de *commodities*.

Segundo Ribeiro Filho *et al.* (2005), os ativos financeiros apresentam seu valor estipulado pelo mercado que é caracterizado por oscilações de preços em função da incerteza. Assim, o risco de mercado pode ser avaliado por medidas que representem essas variações.

Risco de Liquidez

Segundo Jorion (2003), tais oscilações também estão relacionadas ao risco de liquidez dos investimentos, visto que a capacidade de realização das aplicações, transformação dos ativos em recursos financeiros, tendo em vista que a facilidade de transação ou de execução do direito relacionado ao investimento, constitui em uma incerteza para o mercado.

Tal aspecto envolve a percepção do recebimento dos recursos investidos pelo mercado, o que reflete no preço do ativo e em sua variação.

O EXAME CGRPPS

TÓPICO 8

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

CAPACITAÇÃO

VIII) POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação de recursos e diversificação de ativos
Cenário econômico e análise setorial para investimentos
Objetivos da gestão
Estratégia de formação de preços - investimento e desinvestimento
Critérios de contratação - administração de carteiras de renda fixa e renda variável
Testes comparativos e de avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos

<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/CONSOLIDA%C3%87%C3%83O-LEGISLA%C3%87%C3%83O-RPPS-atualizada-at%C3%A9-22-setembro-20141.zip>
<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Portarias/2013/PortariaConjunta/portconjuntaPGFNRFBINSS001.htm>
http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/4_101129-142557-099.pdf

Política de investimentos

A elaboração desta Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativo aos investimentos do RPPS, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro.

Objetivo e importância

A Política de Investimentos tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os **princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.**

Objetivo e importância

A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: solidez patrimonial, experiência positiva no exercício da atividade de administração de grandes volumes de recursos e em ativos com **adequada relação risco X retorno**. Para cumprimento do objetivo específico e considerando as perspectivas do cenário econômico, a política estabelecerá a modalidade e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada alocação dos ativos, à vista do perfil do passivo no curto, médio e longo prazo, atendendo aos normativos da Resolução CMN nº 4.695/2018.

https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/planejamento/SUPREV/POLITICA%20INVESTIMENTOS/politica_de_investimentos_do_rpps-bh_para_2019.pdf

Resolução nº 4.695, de 27/11/2018

RESOLUÇÃO Nº 4.695, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018

Altera a Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e a Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

<http://www.previc.gov.br/regulacao/normas/resolucoes/resolucoes-cmn/resolucao-cmn-no-4-695-de-27-de-novembro-de-2018.pdf/view>

O EXAME CGRPPS

TÓPICO 9

GESTÃO DO PASSIVO PREVIDENCIÁRIO

CAPACITAÇÃO

| | |
|---|---|
| <p>Conceitos previdenciários fundamentais Regime de repartição e de capitalização Benefício definido e contribuição definida Ativo, passivo e resultado previdenciário Benefícios concedidos e benefícios a conceder Plano de custeio Administração do Cadastro Interpretação do cálculo atuarial Gerenciamento de Ativo e Passivo - Asset Liability Management - ALM</p> | <p>IBA: Instituto Brasileiro de Atuária www.iba.org.br IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br MPS: Ministério da Previdência Social. www.mps.gov.br http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/crp/cartilhaCRP.html ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 31 DE MARÇO DE 2009</p> <p>ARTIGOS/DISSERTAÇÕES/TESES: BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Livro Branco da Previdência Social. Brasília: MPAS/GM, 2002. CUNHA, L. R.; TÂMEGA, F. Previdência Social no Brasil. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005. GIAMBIAGI, F. et al. Diagnóstico da Previdência Social no Brasil: O Que Foi Feito e O Que Falta Reformar. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. LIMA, M.M.. Cálculo da Reserva de Benefícios Concedidos da Previdência Social. PUC-Rio, Dissertação de Mestrado em Ciências Atuariais, Rio de Janeiro, 2007. MARTINS, F.G.L. Fim do Pacto entre Gerações: a Capitalização dos Regimes Próprios. Revista Previdência Municipal. Rio de Janeiro, v.2, p.4 - 7, 2006. MASCARENHAS, R. A. C.; OLIVEIRA, A. M. R.; CAETANO, M. A. Análise Atuarial da Reforma da Previdência do Funcionalismo Público da União. Brasília: Ministério da Previdência, 2004.</p> <p>LEGISLAÇÃO: http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/CONSOLIDA%C3%87%C3%83O-LEGISLA%C3%87%C3%83O-RPPS-atualizada-at%C3%A9-22-setembro-20141.zip</p> |
| <p>1 - Conceitos Previdenciários Fundamentais 1.1 Receitas e Despesas Previdenciárias 1.2 Certificado de Regularidade Previdenciária</p> | |
| <p>2 - Regime de Repartição e de Capitalização 2.1 Constituição de Fundos Previdenciários 2.2 O Risco do Regime de Repartição Simples 2.3 Desafios e Vantagens do Regime de Capitalização 2.4 Estratégias para Capitalização do Novo Regime 2.5 A Importância do Equilíbrio Financeiro e Atuarial do Sistema</p> | |
| <p>3 - Benefício Definido e Contribuição Definida</p> | |
| <p>4 - Ativo, Passivo e Resultado Previdenciário</p> | |
| <p>5 - Benefícios Concedidos e Benefícios a Conceder</p> | |
| <p>6 - Plano de Custeio</p> | |
| <p>7 - Interpretação do Cálculo Atuarial 7.1 Resultado Atuarial 7.2 Projeção Atuarial 7.3 Premissas Atuariais</p> | |
| <p>8 - Gerenciamento de Ativo e Passivo - ALM 8.1 Casamento entre ativos e passivos</p> | |
| <p>9 - Administração do Cadastro 9.1 - Base de dados e avaliação atuarial</p> | |

O atuário no mercado financeiro

Diferente da matemática financeira tradicional, a **matemática atuarial** deve trabalhar sobre fluxos de caixa **incertos**. Chan, Silva e Martins (2006) consideram três riscos existentes em um fluxo de caixa: fluxo de caixa sem risco, fluxo de caixa com risco atuarial e fluxo de caixa com risco financeiro.

Suponha que um fundo de previdência deseje constituir um fundo (A) no ano 0 para o pagamento de um benefício prometido anual (B) **a partir do ano 4 de R\$100** à um indivíduo, enquanto este viver, **durante 5 anos**. Nos três primeiros anos será cobrada do participante uma **contribuição (C) de R\$ 50,00**. A taxa que as contribuições vão poder ser aplicadas no mercado financeiro foram estimadas em **6%** ao ano (risco financeiro). A probabilidade (p) de que o indivíduo não faleça a cada ano foi estimada como uma taxa constante de **99%** (risco atuarial).

Situação 1: Operação sem riscos

Nessa situação hipotética, não existe a capitalização monetária e nem existe o risco de morte do participante. Portanto, temos que o valor do fundo seria de **R\$ 350,00** calculado pela seguinte equação:

$$A = (B_8 + B_7 + B_6 + B_5 + B_4) - (C_3 + C_2 + C_1)$$

$$A = (100 + 100 + 100 + 100 + 100) - (50 + 50 + 50)$$

$$A = 350$$

Situação 2: Operação com risco atuarial

Nesse caso, os fluxos de caixa do exemplo anterior são calculados considerando o risco biométrico de morte do indivíduo. O fluxo de caixa atuarial é igual a multiplicação do fluxo de caixa do período por sua probabilidade de ocorrência. Calculado desta maneira, em nosso exemplo, o fundo necessário seria de **R\$323,77**, dado pela equação:

Situação 2: Operação com risco atuarial

$$A = ({}_8pB_8 + {}_7pB_7 + {}_6pB_p + {}_5pB_5 + {}_4pB_4) - ({}_3pC_3 + {}_7pC_2 + {}_1pC_1)$$

Sendo ${}_n p = p_{ano1} \times p_{ano2} \times p_{ano3} \times \dots \times p_{anon}$

$$A = (0,99^8 B_8 + 0,99^7 B_7 + 0,99^6 B_p + 0,99^5 B_5 + 0,99^4 B_4) - (0,99^3 C_3 + 0,99^2 C_2 + 0,99^1 C_1)$$

$$A = 323,77$$

Situação 3: Operação com risco atuarial e financeiro

O risco financeiro constitui o risco assumido pelo fundo de pensão de conseguir capitalizar as disponibilidades a uma determinada taxa i . Procedendo desta maneira, calculamos de maneira adequada o valor presente dos fluxos de caixa ao considerarmos o valor do dinheiro no tempo. No exemplo apresentado o valor do fundo seria de **R\$220,03**, dado pela equação:

Situação 3: Operação com risco atuarial e financeiro

$$A = ({}_8pB_8v_8 + {}_7pB_7v_7 + {}_6pB_pv_6 + {}_5pB_5v_5 + {}_4pB_4v_4) - ({}_3pC_3v_3 + {}_7pC_2v_2 + {}_1pC_1v_1)$$

$$\text{Sendo, } v_t = \frac{1}{(1+i)^t}$$

$$A = (0,99^8 B_8v_8 + 0,99^7 B_7v_7 + 0,99^6 B_pv_6 + 0,99^5 B_5v_5 + 0,99^4 B_4v_4) \\ - (0,99^3 C_3v_3 + 0,99^2 C_2v_2 + 0,99^1 C_1v_1)$$

$$A = R\$220,03$$

Valor Atual dos Benefícios Fututos
+
Despesas Administrativas

=

Valor Atual das Contribuições Futuras
+
Patrimônio do Fundo



Equilíbrio

1. Aspectos relacionados à Ciência Atuarial

Lei Geral dos RPPS: 9.717/98

Art. 1º Os RPPS deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

I - realização de **avaliação atuarial inicial e em cada balanço** utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios;

1. Aspectos relacionados à Ciência Atuarial

Portaria MPS Nº 403/2008

Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos RPPS e atualizações, destaca os seguintes pontos:

Regimes financeiros (art. 4º).

Nota técnica atuarial e hipóteses atuariais (art. 5º ao 11).

Base cadastral (art. 12 ao 15).

Resultado atuarial (art. 16 ao 19).

Segregação de massa (art. 20 ao 22).

Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA m(art. 23 e 24).

1. Aspectos relacionados à Ciência Atuarial

Base Cadastral

A base cadastral deverá contemplar:

- ✓ Dados dos servidores ativos, inativos e pensionistas, vinculados ao RPPS, de todos os poderes, entidades e órgãos do ente federativo.
- ✓ Tempo de serviço anterior.
- ✓ Composição do grupo familiar.

Os documentos, banco de dados e informações utilizados na avaliação deverão permanecer arquivados.

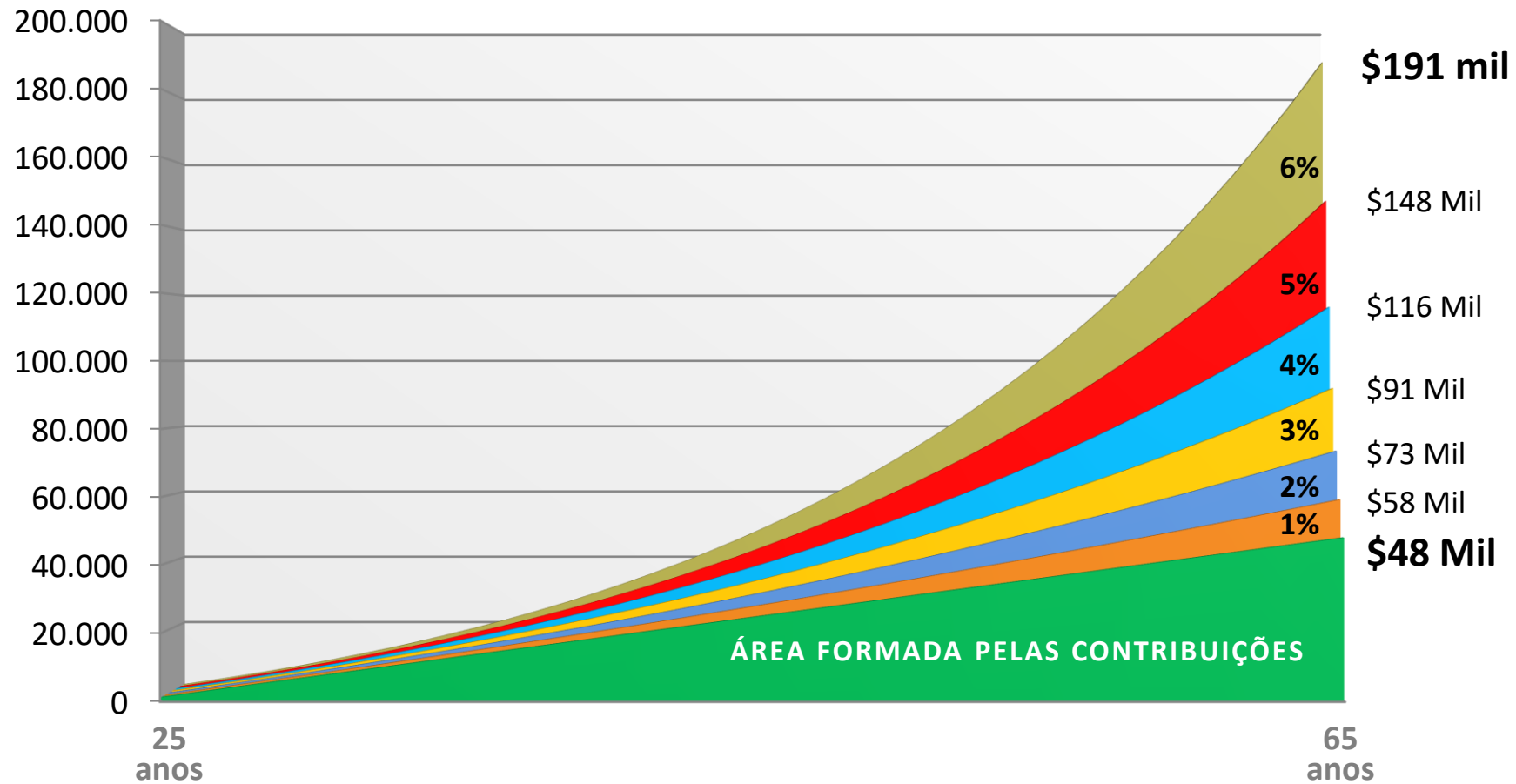
O parecer atuarial deve informar a qualidade da base cadastral.

1. Aspectos relacionados à Ciência Atuarial

Hipóteses Atuariais

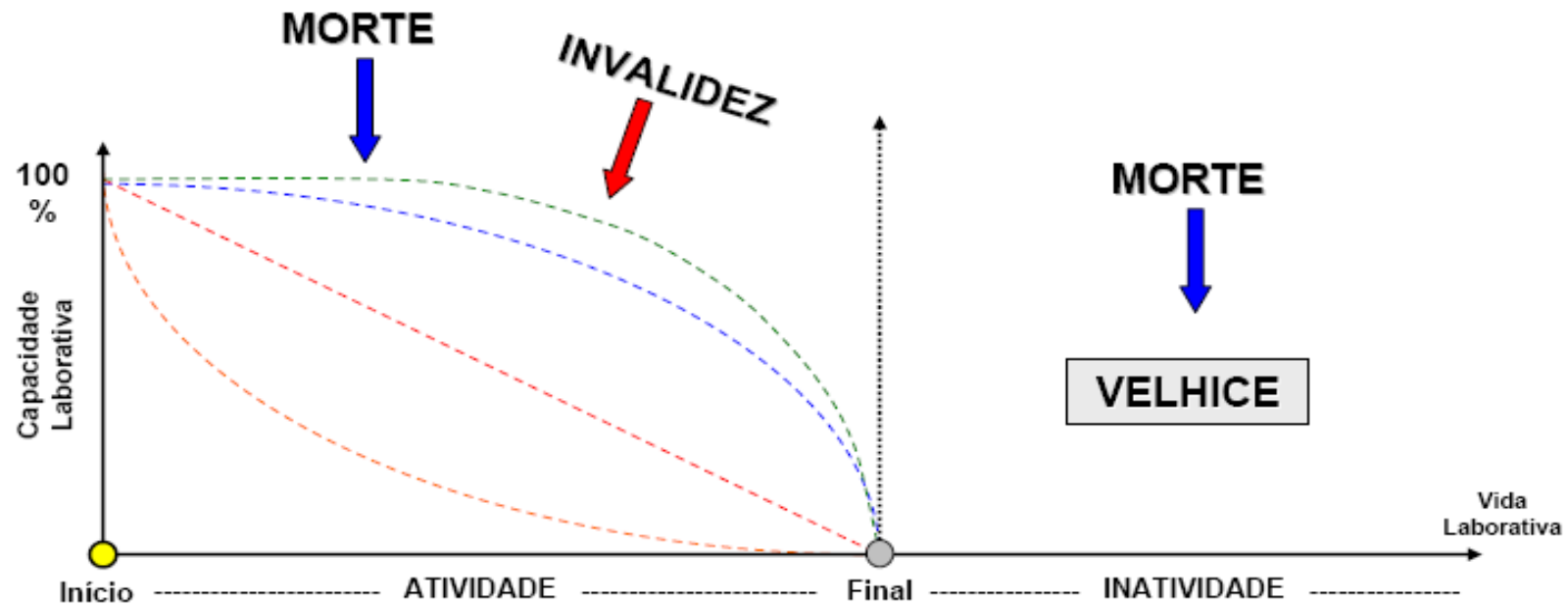
- ✓ Tábua de sobrevivência de válidos e inválidos – mínima IBGE.
- ✓ Tábua de entrada em invalidez – mínima Álvaro Vindas.
- ✓ Rotatividade – máxima de 1% a.a.
- ✓ Taxa real de crescimento da remuneração – mínima de 1% a.a.
- ✓ Benefícios – custos estimados ou despendidos.
- ✓ Compensação previdenciária – limitada a 10% do VABF.
- ✓ Taxa real de juros – máxima de 6% a.a.

CONTRIBUIÇÃO MENSAL DE \$100,00 POR 40 ANOS



1. Aspectos relacionados à Ciência Atuarial

Riscos Envolvidos



1. Aspectos relacionados à Ciência Atuarial

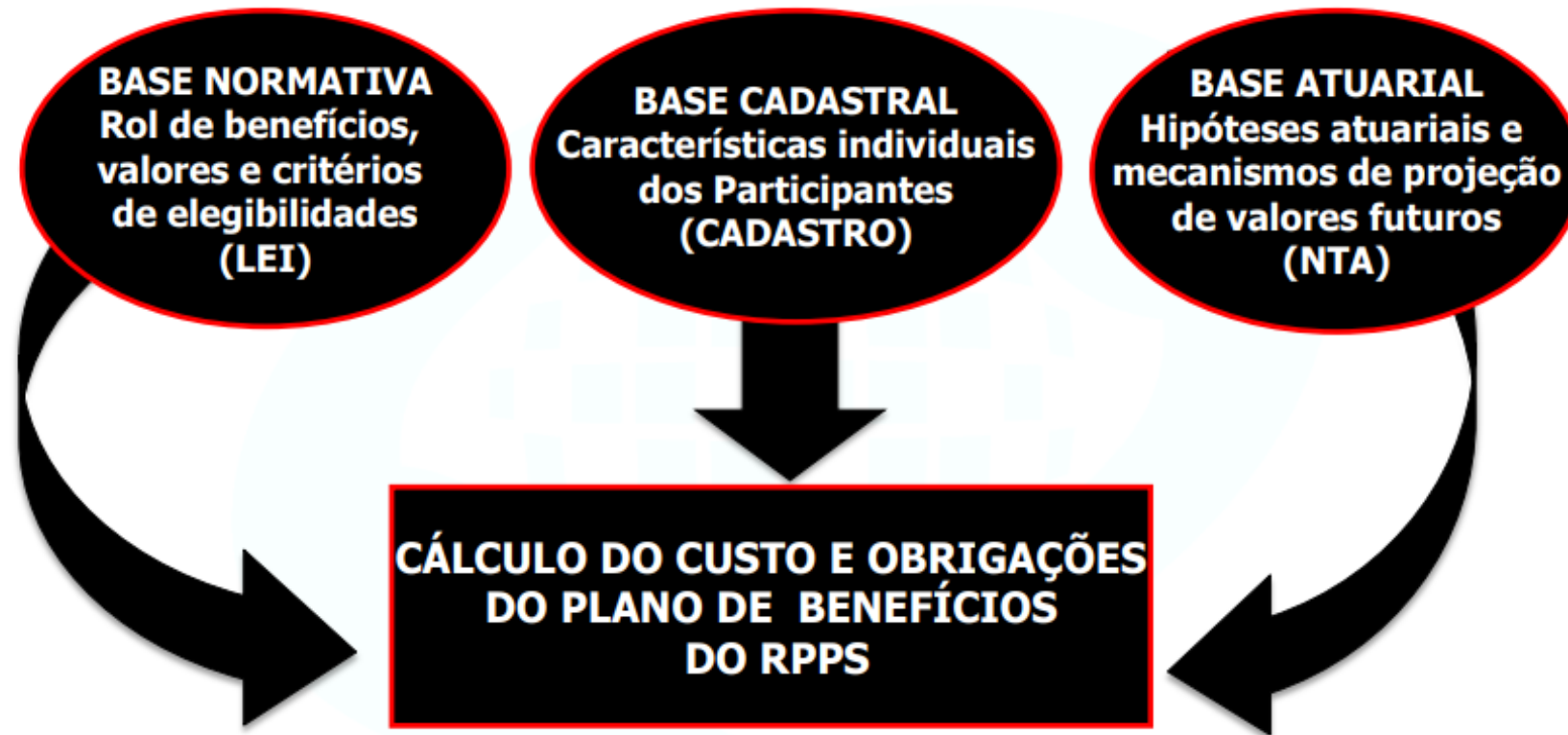
Equilíbrio Financeiro e Atuarial

Equilíbrio Financeiro: garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.

Equilíbrio Atuarial: garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo.

1. Aspectos relacionados à Ciência Atuarial

Avaliação Atuarial



Plano de Custeio

Custo Normal: o valor correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, atuarialmente calculadas, conforme os regimes financeiros e método de financiamento adotados, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios. (artigo 2º, XV)

Custo Suplementar: o valor correspondente às necessidades de custeio, atuarialmente calculadas, destinadas à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de déficits gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação da metodologia ou hipóteses atuariais ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos necessários às coberturas das reservas matemáticas previdenciárias. (artigo 2º, XVI)

1. Aspectos relacionados à Ciência Atuarial

Provisões/Reservas Matemáticas

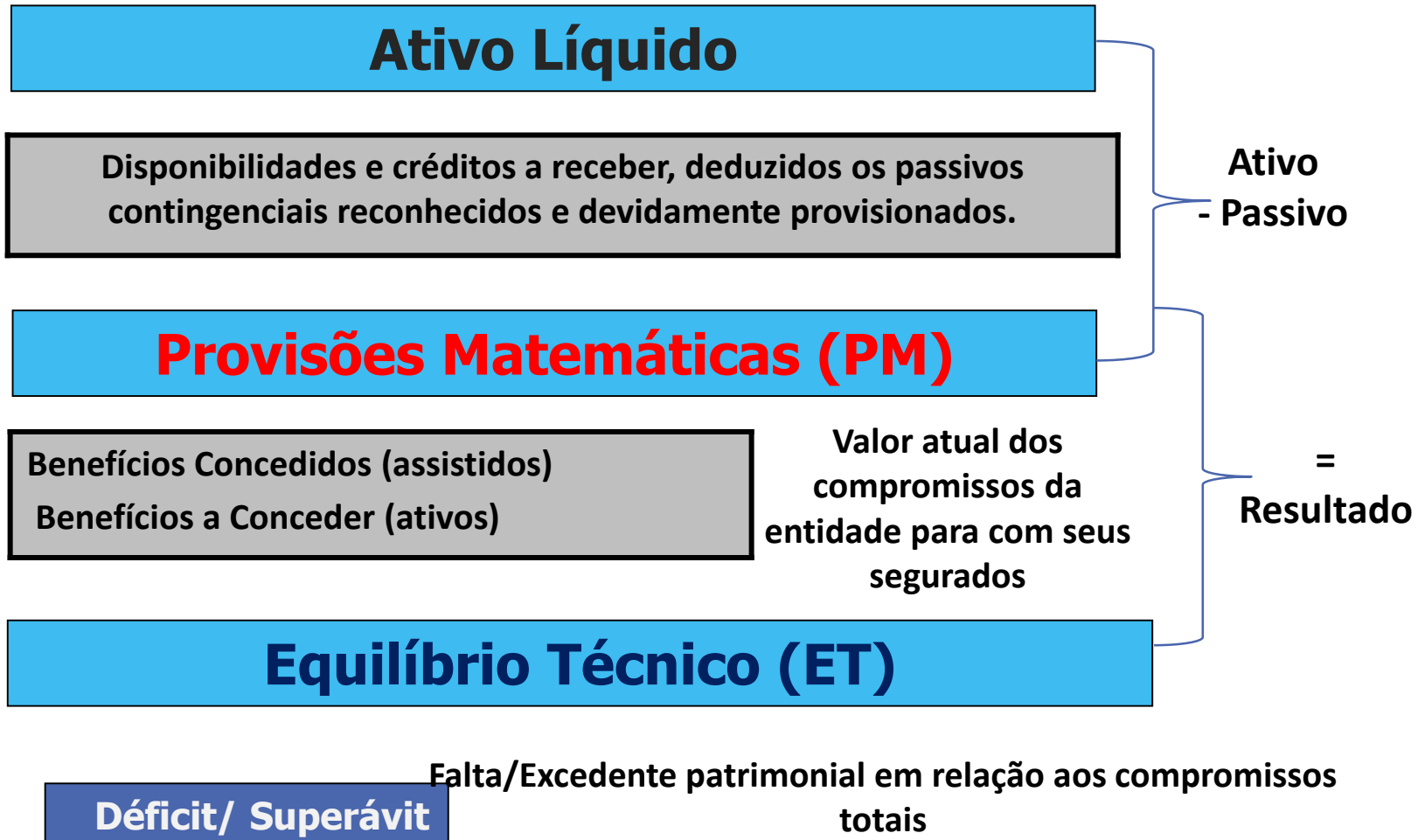
As Provisões Matemáticas são calculadas com base na diferença entre o **Valor Atual dos Benefícios Futuros (VABF)** dos diferentes benefícios cobertos pelo plano e o **Valor Atual das Contribuições Futuras (VACF)** do Ente e Segurados, de acordo com as alíquotas vigentes quando da realização da Avaliação Atuarial.

Divide-se em:

- Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (BC)
- Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (BaC)

1. Aspectos relacionados à Ciência Atuarial

Apuração do Resultado



1. Aspectos relacionados à Ciência Atuarial

Portaria MPS 403/2008 - Déficit

Caso a avaliação atuarial apure a existência de déficit atuarial, deverá ser estabelecido plano de amortização para o seu equacionamento. (art. 18)

Prazo máximo de 35 anos.

Revisto anualmente, a cada nova avaliação.

1. Aspectos relacionados à Ciência Atuarial

Portaria MPS 403/2008

Art. 19. O plano de amortização indicado no Parecer Atuarial somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo.

§ 1º O plano de amortização poderá consistir no estabelecimento de alíquota de contribuição suplementar ou em aportes periódicos cujos valores sejam preestabelecidos

1. Aspectos relacionados à Ciência Atuarial

Portaria MPS 403/2008

Salientamos que na amortização de déficit atuarial, realizado por meio de alíquota de contribuição suplementar, o recurso correspondente é considerado como gasto de pessoal, compondo o limite da Receita Corrente Líquida apurada no mesmo exercício.

Situação contrária seria observada caso a amortização ocorresse por meio de **aporte financeiro**.

Portaria nº 464/2018



No dia 19 de novembro de 2018, a **Portaria nº 464/2018** trouxe novidades acerca das normas aplicáveis às avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social.



Este normativo representa um passo importante na gestão dos Institutos pois avança em temas como governança corporativa, transparência, liquidez e solvência dos planos de previdência.

Principais alterações

1) Elaboração de Relatório de Análise das Hipóteses: na regra vigente, hipóteses como tábua de mortalidade geral, tábua de mortalidade de inválidos, tábua para entrada em invalidez, crescimento salarial e rotatividade, são determinadas principalmente pelo atuário com auxílio do regime. A nova portaria dispõe que será necessário elaborar um relatório específico com as fundamentações utilizadas para a escolha das hipóteses.

Principais alterações

Este documento deverá conter os **resultados dos estudos técnicos de aderência e de acompanhamento das premissas e hipóteses atuariais utilizadas na avaliação atuarial**. Neste item, destacamos que a unidade gestora do RPPS deverá solicitar aos representantes do ente federativo informações e manifestação fundamentada das hipóteses econômicas e financeiras relacionadas ao estabelecimento de políticas ou à execução de programas e atividades sob responsabilidade do ente, especialmente daquelas relacionadas à gestão de pessoal, para subsidiar a escolha e a análise da aderência.

Principais alterações

Caso a prefeitura ou o ente não apresentem as informações e a manifestação prevista neste artigo, caberá à unidade gestora do RPPS encaminhar ao atuário as informações de que dispõe para a definição das hipóteses, devendo constar do Relatório da Avaliação Atuarial as informações obtidas para a definição dessas hipóteses.

Principais alterações

Obrigatoriamente, este relatório deverá ser apresentado à Secretaria de Previdência, conforme periodicidade e prazos por ela definidos. O relatório deve conter os resultados dos estudos técnicos de aderência e de acompanhamento, no mínimo, das seguintes hipóteses: a) taxa atuarial de juros; b) crescimento real das remunerações; e c) probabilidades de ocorrência de morte e invalidez.

Principais alterações

Se for identificada a não aderência das hipóteses avaliadas no Relatório de Análise das Hipóteses, **sua alteração deverá ser implementada na avaliação atuarial do exercício seguinte** ao de elaboração do referido relatório.

Ressalto que, em geral, utilizam-se nas avaliações atuariais as tábuas que minimizam o *déficit* dos RPPS.

Principais alterações

2) Limite máximo da taxa de juros real anual: a portaria anterior utilizava-se do limite máximo de juros de 6% ao ano, todavia, não há mais este valor único. A taxa de juros a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS, terá como limite máximo, o menor percentual dentre os seguintes:

I - Do valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do RPPS, conforme meta prevista na política anual de investimentos aprovada pelo conselho deliberativo do regime; e

II - da taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS.

Principais alterações

Ressalto que, deverá ser demonstrada, no Relatório de Análise das Hipóteses, a convergência entre a hipótese da taxa real de juros utilizada nas avaliações atuariais e a rentabilidade dos ativos garantidores do plano de benefícios do RPPS. Ou seja, para utilização da taxa de juros prevista na política de investimentos, esta deverá ter sua adequação comprovada.

Principais alterações

3) Estudo da duração do passivo: a duração do passivo representa o prazo médio das obrigações do Instituto com seus servidores ativos, aposentados e pensionistas. É um elemento fundamental visto que vários parâmetros, como taxa de juros e prazo de equacionamento de déficit atuarial, serão baseados nesse estudo.

A duração do passivo deverá ser calculada por meio do Demonstrativo de Duração do Passivo e os critérios e metodologias para cálculo desta e da taxa de juros parâmetro serão definidos em instrução normativa da Secretaria de Previdência, que divulgará, anualmente, a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média a ser utilizada para fins de definição da taxa de juros parâmetro.

Principais alterações

A) Prazo máximo do plano de amortização de *déficit* atuarial: apurado déficit na avaliação atuarial, seu prazo de equacionamento poderá ser:

I. Pela duração do passivo; ou

II. Com base na sobrevida média dos aposentados e pensionistas, no caso de amortização do *déficit* relativo à não cobertura integral das provisões matemáticas dos benefícios concedidos, e no tempo médio remanescente para aposentadoria, no caso de amortização do *déficit* relativo às provisões matemáticas de benefícios a conceder; ou

III. Definido por um tempo geral, aplicável a todos os regimes e embasado nas regras vigentes de elegibilidade das aposentadorias programadas.

Principais alterações

Desta forma, é necessário realizar estudo considerando as três possibilidades de prazo para equacionamento, para se apurar qual é a mais vantajosa ao instituto. A portaria destaca a importância da cobertura pelos investimentos das provisões matemáticas referente aos benefícios já concedidos. Definido o prazo de equacionamento, é necessário apresentar sua forma e para tanto, outro trabalho adicional é requerido ao atuário: a **elaboração do balanço de ganhos e perdas atuariais.**

Principais alterações

O Relatório da Avaliação Atuarial, com base no estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial do RPPS, deverá identificar as principais causas do déficit atuarial por meio do balanço de ganhos e perdas atuariais, apresentar cenários com as possibilidades para seu equacionamento e os seus impactos e propor plano de equacionamento a ser implementado em lei pelo ente federativo.

Principais alterações

B) Equacionamento por plano de amortização: o plano de amortização estabelecido em lei do ente federativo deverá observar os seguintes critérios:

I - O montante de contribuição no exercício, na forma de alíquotas ou aportes, seja superior ao montante anual de juros do saldo do déficit atuarial do exercício;

II- Não poderá prever diferimento para início da exigibilidade das contribuições;

III - Contemplar as alíquotas e valores dos aportes para todo o período do plano.

Principais alterações

O equacionamento do déficit atuarial poderá consistir:

I - em plano de amortização com contribuição suplementar, na forma de alíquotas ou aportes mensais com valores preestabelecidos;

II - em segregação da massa; e

III - complementarmente, em: a) aporte de bens, direitos e ativos, observado o disposto no art. 62; b) aperfeiçoamento da legislação do RPPS e dos processos relativos à concessão, manutenção e pagamento dos benefícios; e c) adoção de medidas que visem à melhoria da gestão integrada dos ativos e passivos do RPPS e da identificação e controle dos riscos atuariais do regime.

Principais alterações

Há na Portaria nº 464/2018, inclusive, um capítulo destinado exclusivamente à **Gestão Atuarial**, que prevê que para garantir a solvência e liquidez do plano de benefícios deverão ser adotadas medidas de aperfeiçoamento da gestão dos ativos e passivos do RPPS e assegurada a participação dos conselhos deliberativo e fiscal em seu acompanhamento.

Deverá ser implementado **plano institucionalizado de identificação, controle e tratamento dos riscos atuariais**, promovendo o contínuo acompanhamento do equilíbrio entre os compromissos do plano de benefícios e os respectivos ativos garantidores, inclusive verificando a evolução das provisões matemáticas.

Principais alterações

Ademais, apontamos os **documento e informações relativos ao RPPS que deverão ser encaminhados para a Secretaria de Previdência** ou constantes do CADPREV:

I - Nota Técnica Atuarial (NTA);

II - Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA);

III - Fluxos atuariais;

IV - Base cadastral utilizada na avaliação atuarial;

Principais alterações

V - Relatório da Avaliação Atuarial;

VI - Demonstrativo de Duração do Passivo;

VII - Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio;

e VIII - Relatório de Análise das Hipóteses.

Anteriormente o trabalho atuarial contava com o envio de quatro itens aos RPPS: NTA, DRAA, Fluxos e Relatório. Com a Portaria nº 484/2018, outros quatro itens são necessários: Base cadastral, demonstrativo de duração do passivo, Viabilidade do plano de custeio e Relatórios de Análise das Hipóteses.



O EXAME CGRPPS

TÓPICO 10

ÉTICA E RELACIONAMENTO

CAPACITAÇÃO

X) ÉTICA E RELACIONAMENTO

| | |
|--|---|
| | Lei 6.385/76 Uso Indevido de Informação Privilegiada (Incluído pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001) Códigos de Ética e Operacional de Mercado (Apimec) e cap 6.4 http://www.portaldoinvestidor.gov.br/publicacao/LivroTOP.html |
| 1 - Princípios Éticos e de Relacionamento 1.1 Códigos de Ética e Operacional de Mercado (APIMEC) 1.2 Conflitos de interesse 1.3 Risco de imagem | Caset, John - Ética do mercado financeiro, ed. BM&F Pindick, R.S. e Rubinfeld, D. - Microeconomia Prentice Hall Brasil Código de Ética e Operacional de Mercado (Apimec) http://www.portaldoinvestidor.gov.br/publicacao/LivroTOP.html Cap. 6.4 |

Capítulo 6 do livro no link abaixo:

<https://www.investidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/publicacao/Livro/LivroTOP-CVM.pdf>

Obrigada!

Itaúna, 21 e 22 de agosto de 2019



Sabrina Amélia

sabrina@libertas-mg.com.br

(31) 99795-0899

(31) 3646-4460